IDCH
Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas

Coleção
Ditadura em SC



RECORTES DE JORNAIS

PAULO STUART WRIGHT

V. 4



ACERVO DITADURA EM SANTA CATARINA

Pasta: Documentos Paulo Stuart Wright

PSW: Recortes de Jornais – 4

Imprensa Nacional

Organização e digitalização: Iraci Borszcz
Coordenação:
Profa. Dra. Fernanda de Sales

Florianópolis, 2017
UDESC – FAED – IDCH

PSW – RECORTES DE JORNAIS – IMPRENSA NACIONAL

Nº	Referência
001	UMA história de amor e luta. **O Esndarte,** fev. 2000. Pag.4
002	SEGURANÇA divulga morte de dois subversivos em Recife. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 1 de nov. de 1973. 1. caderno
003	MITCHELL, José. Documento do Exército admite morte de desaparecido político. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 de jan. de 1992. 1º caderno, pag. 4
004	WRIGHT teme que Argentina acabe praticando genocídio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de set. de 1979. Nacional, pag. 6
005	LISTA do governo tem 136 desparecidos. **Jornal da Tarde**, 26 de jul. de 1995.
005a	MARQUES, Fabrício. Famílias rejeitam projeto. **Jornal do Brasil.** 30 de jul. de 1995
006	DOCUMENTO do DOPS comprova assassinato de desaparecidos**. Folha de São Paulo**, 23 de jul. de 1991. ARQUIVO do DOPS revela morte dos 'desaparecidos políticos'. **Jornal do Brasil,** 27 de jul. de 1991.
007	HATORI, Elza. Provas confirmam mortes da ditadura. **Diário Popular.** São Paulo, 01 de ago. de 1991.
008	APML: 27 denunciados. **Diário da Noite.** 14 de mar. de 1974. Registro. Justiça militar
009	INICIADO processo da ação popular. **O Estado de S. Paulo**, 20 de ago. de 1970.
010	DOSSIÊ da depressão: desparecidos?!. **ISTO É**, São Paulo. 27 de set. de 1978. P. 24-32. Faltando pag. 25 e 26
011	FALCÃO menciona 27 nome: o paradeiro de cada um. **O Estado de S. Paulo**. 7 de fevereiro, 1975.
012	0S 23 DESAPARECIDOS que constam da lista enviada pelo cardeal. **Folha de S. Paulo,** 30 de mar. de 1978.
013	LANÇAMENTO do Comitê pela Anistia: obrigar um país inteiro a se calar é o maior crime que se pode cometer. **Folha de Londrina,** Londrina, 14 de maio de 1978. Política pag. 3
014	ANISTIA encaminha a Geisel lsita de 54 desaparecidos. **Folha de Londrina,** Londrina, 28 de sez. De 1978. Geral, pag. 4
015	CBA pede a Geisel por desaparecidos. **Folha de S.Paulo,** 28 de dez. de 1978. Nacional, pag. 6
016	CARVALHO, Ricardo. Um relatório privado de D. Paulo**. Folha de S. Paulo,** 30 de mar. de 1978. Nacional, pag. 10
017	NOSSOS mortos e desaparecidos: 253. **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag.6 CHEGA de sufoco! **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag.6-7. LEI? De segurança? Nacional? **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag. 7
018	FRAGOSO, Heleno Cláudio. Como ir até o final da questão. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 29 de out. de 1979. Caderno B, pag. 11.
019	FICHÁRIO do DOPS confirma: Stuart Wright – morto, Elson Costa – Morto, Virgílio Gomes – Morto. **Correio de Noticias.** Curitiba 13 de jul. [1991].
020	ARQUIVO da DOPS mostra que 3 desparecidos estão mortos. Correio, Curitiba, 23 de jul. de 1991
021	CONSELHO castrado. Folha de S. Paulo.

022	DOCUMENTO pede que Passarinho repudie passado. Jornal do Brasil, 20 de out. de 1990. Política e Economia, pag. 7.
023	REGIME militar matou e "sumiu" 251 presos. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Capa FANTINI, Flaminio. Golberi e o governo na parede. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 5 – Nacional SEQUESTRO dos Uruguaios. Oposição cerca repressão. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag.5 MAIS um secundarista sequestrado e torturado. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 5 AQUI a lista completa do CBA. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag.6 VOU processar o governo pela morte de meu marido. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7 UMA carta de dona Dilma Alves para a mulher do consul sequestrado: o drama em 1970: choro sozinha. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7 EU vi seu corpo esfolado. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7 EU vi o diálogo com os carrascos. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7 MARTINS, José de Souza. Galdino, um preso político. **Em tempo**: Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 8
024	PUGLIESI: "Vamos mudar de vida". Deitos: só perspectiva não basta**. O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 de jan. de 1979. Pag. 19
025	GRUPO DE TORTURA NUNCA MAIS – SÃO PAULO. **Nunca mais: mortos e desparecidos.** 1989

001 | UMA história de amor e luta. **O Esndarte,** fev. 2000. Pag.4

AS IGREJAS NO MUNDO, FEITOS, DITOS E ACONTECIDOS

Rev. Richard William Irwin

Fotos: Divulgação

Uma história de amor e de luta

FEITO em Florianópolis

19 de outubro de 1999. Paulo Stuart Wright é restaurado "post mortem", ao rol de membros e ao presbiterato da Igreja Presbiteriana desta cidade, após 35 anos de exclusão. Em contraste, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina levou menos tempo do que a Igreja (21 anos) para tirar o opróbio de Paulo Wright, revogando "post mortem", no ano de 1985, a cassação de seu mandato como deputado. Ainda celebrou sua memória como herói na luta nacional pela liberdade e democracia, dando seu nome a uma das salas do palácio legislativo.



Paulo Wright é diplomado como deputado estadual (1962)

A história de Paulo Stuart Wright começou na pequena cidade de Harval, no Vale do Peixe em Santa Catarina. Filho de missionários norte-americanos, Paulo cresceu sob a influência da Igreja e de um lar profundamente cristão. Aprendeu com os pais a se identificar com pessoas carentes e injustiçadas. Paulo gostava de acompanhar os pais em visitas às casas de gente humilde, ouvindo seus problemas, trazendo-lhe a esperança oferecida pelo Evangelho e animando para uma participação mais assídua nos trabalhos da Igreja. Através dos anos cresceu sua compaixão pelos pobres.

Chegou a seguir literalmente o Sermão da Montanha, tirando muitas vezes os próprios sapatos para dar a um mendigo. Concluiu o ginásio e científico num instituto educacional de orientação metodista. Formou-se em sociologia e política nos Estados Unidos, lá fazendo a pós-graduação.

De volta para o Brasil, Paulo entrou na política e foi eleito deputado estadual de Santa Catarina em 1962. Para ele o envolvimento na política era uma maneira de servir a Deus, servindo ao próximo. Em um dos seus discursos aos cristãos de Santa Catarina, disse: "Dar um testemunho cristão na vida política significa estar sempre ao lado dos oprimidos em favor de uma ordem social mais justa".

Ao ser eleito deputado estadual, Paulo não deixou de exercer uma liderança dinâmica na Igreja, especialmente entre a mocidade. Pregava: "É preciso que tenhamos uma preocupação profunda quanto à natureza do trabalho reconciliador que Deus está realizando no mundo, descobrindo assim as possibilidades que Ele nos reservou em seu plano".

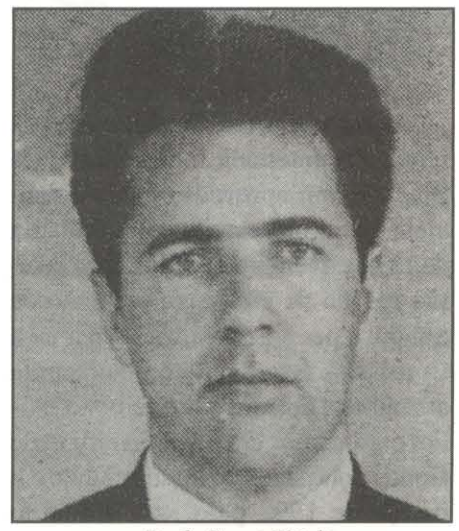
No agitado ambiente político do ano de 63 e início de 64, aos olhos dos que exerciam o poder político e econômico, Paulo encarnava a ameaça socialista - na sua arrojada ação em favor da classe operária; no seu discurso persistente contra a submissão da economia brasileira aos investimentos estrangeiros; e nos seus brados na Câmara Legislativa contra a opressão e humilhação do seu povo - que os no poder chamavam de cristão.

Com a instauração do regime repressor em abril de 1964, a insegurança, o medo e o terror tomaram conta de toda a sociedade. Paulo se viu abandonado por amigos, colegas políticos e até pela própria Igreja a qual amava e servia. E isto justamente numa hora tenebrosa em que Paulo, a esposa e filhos tanto precisavam de apoio cristão. Com a cassação de seu mandato como deputado estadual, cercado pelos inimigos e ameaçado pelos poderes em vigor, Paulo - tal como outros líderes brasileiros, que neste ano 2000 ocupam altos cargos no governo - foi obrigado a sair do país. Mas saiu determinado a preparar-se melhor, a fim de continuar a luta para a qual tinha a convicção inabalável de ter sido chamado por Deus.

Pouco se sabe a respeito de Paulo Wright durante os 9 anos de atividades clandestinas. Era um dos principais líderes da Ação Popular devido ao seu destemido testemunho cristão. Acabou sendo expulso do movimento principalmente por causa de sua vibrante fé em Cristo. Numa carta escrita à esposa Edimar durante aquele período, Paulo afirmou: "Creio que é realmente impossível ser cristão e não ser subversivo diante da ordem vigente".

Em setembro de 1973, Paulo Stuart Wright foi preso em São Paulo. Foi torturado e morto pela polícia em menos de 48 horas. A família ficou sabendo somente através de telefonemas anônimos e, posteriormente, por companheiros de Paulo na prisão. Apesar de sua família bater incansavelmente em todas as portas oficiais para descobrir o paradeiro de Paulo ou seus restos mortais, nenhuma autoridade reconheceu sua prisão e morte. Até hoje Paulo Wright consta na lista dos desaparecidos daquele amargo capítulo da nossa história.

Hoje em dia, quando a religião está reduzida a mero entretenimento, o Evangelho emasculado para servir a



Paulo Stuart Wright

interesses pessoais, e o Reino de Deus apresentado como um paraíso consumista, onde estão os cristãos da fibra de Paulo Wright? Ele aceitou irrestritamente as condições exigidas por Jesus para ser seu discípulo: "Só pode ser meu seguidor quem toma a sua cruz e me segue" (Mateus 10.38). Podemos não concordar com suas idéias políticas, mas em Paulo Stuart Wright temos o exemplo de "um cristão que teve coragem de levar suas convicções às últimas conseqüências". Como escreveu sua sobrinha, Delora Wright, "a vida de Paulo é uma história de amor e de luta por um mundo melhor".

A responsabilidade cristã diante da miséria

DITO por Paulo Stuart Wright em 1960, no 1º Encontro Sul-Americano de Estudos sobre o Calvinismo

"É certamente possível à obra humana acabar com a fome, a miséria e o analfabetismo. Nossa maneira de amar nosso próximo deve certamente ir além de ajudas que possamos dar a indivíduos necessitados; deve levar a sério nossa responsabilidade de fazer acabar com a miséria e a fome, pois estas forças não têm mais poder e foram destronadas por Jesus Cristo".

Delora Jan Wright, Vozes, 1993; Resolução: Conselho da Igreja Presbiteriana de Flrorianópolis, 19/10/1999.

FONTES: Isto é, 29/09/78;
O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba.

O Rev. Richard Irwin integra a equipe pastoral da 1ªIPI de São Paulo, ocupa a cadeira de Liturgia no Seminário Teológico de São Paulo e escreve a pedido de O Estandarte desde 1981.

UDESC - FAED - IDCH

002	SEGURANÇA divulga morte de dois subversivos em Recife. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 1 de nov. de 1973. 1. caderno

Paróg = 3
FS 8

CAP II

1 —— 0
13 90,1
5,4 8,3

Segurança divulga morte de dois subversivos em Recife

Dois subversivos — José Carlos Novais da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda — morreram durante um tiroteio no Recife, quando foram levados para um encontro com um terceiro.

A informação é dos órgãos de segurança, que ontem divulgaram um comunicado sobre uma série de operações em São Paulo, Rio, Salvador e Recife.

O COMUNICADO

"Empenhados em desarticular as organizações subversivas de cunho marxista-leninista, os Órgãos de Segurança empreenderam, a partir do mês de setembro passado, uma série de operações para atingir os principais focos dessas facções, notadamente o eixo SÃO PAULO — RIO — SALVADOR — RECIFE.

Durante o mês de outubro, surgiram os primeiros resultados, com a prisão, nessas cidades, de inúmeros militantes da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Assediados em SÃO PAULO e no RIO, alguns ativistas dessa organização subversiva se evadiram para outros Estados, enquanto os remanescentes do Comitê Nacional combinaram a realização de um encontro no RECIFE destinado a "um exame profundo da situação."

Na Capital de SÃO PAULO foi preso o subversivo JOSE' CARLOS NOVAIS DA MATA MACHADO, codinomes "FERNANDO", "HILÁRIO", "ALBERTO", "NANDO" e "ALOÍSIO", integrante do Comitê Nacional da APML, encarregado do "Setor Campo" nas áreas de SÃO PAULO, RIO, SALVADOR e RECIFE. Além de outras prisões, foi possivel, em SÃO PAULO, desarticular parte da base de operações dessa facção.

Em SALVADOR, entre outros subversivos do Comitê Regional e militantes diversos, foi preso o Chefe Regional GILDO MACEDO LACERDA, codinomes "FREDERICO", "FRED" e "MÁRCIO".

Igualmente no RIO e no RECIFE, várias "células" foram desativadas, bem como foi possivel a prisão de muitos militantes.

Os subversivos MATA MACHADO e GILDO, durante os interrogatórios confirmaram uma reunião programada para RECIFE. Ambos informaram que no dia 28 de outubro teriam, nessa cidade, um encontro com um subversivo de codinome "ANTÔNIO", ainda não identificado e que seria um dos Chefes do Comitê Nacional, encarregado da "Comissão Executiva" e da "Secretaria Internacional" da APML.

No dia 28 de outubro, sob a observação das equipes de segurança, foi propiciado o referido encontro. Cerca das 19h30m, na Avenida Caxangá esquina com a Rua General Polidoro, um elemento de cor branca, cabelos louros e compleição forte, aproximou-se do local onde se encontravam os dois subversivos. Pressentindo alguma irregularidade e a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros acusando-os, aos gritos, de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio.

Aparentemente ferido, o criminoso evadiu-se, deixando morto no local o subversivo GILDO e, gravemente ferido, MATA MACHADO, que morreu, quando era transportado para o hospital.

Dois agentes de segurança ficaram feridos, um com maior gravidade, que já está fora de perigo, após delicada cirurgia.

Os Órgãos de Segurança prosseguem as operações visando a identificação e prisão do assassino acima referido, o que deverá ocorrer a qualquer momento, bem como a desarticulação total dessa organização em todo território nacional."

8,3

49

UDESC - FAED - IDCH

003 | MITCHELL, José. Documento do Exército admite morte de desaparecido político. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 de jan. de 1992. 1º caderno, pag. 4

Documento do Exército admite morte de desaparecido político

José Mitchell

PORTO ALEGRE — Apesar de até hoje o governo federal e as Forças Armadas negarem qualquer informação sobre os 144 desaparecidos políticos no regime militar de 64, emergiu ontem dos arquivos secretos gaúchos o primeiro documento oficial do Exército que relaciona em 1978 um dos desaparecidos, o ex-deputado do PSP Paulo Stuart Wright, como "falecido", excluindo-o por isto da lista de pessoas procuradas por subversão.

O surgimento do documento oficial reforçou a intenção de seus familiares, segundo revelou ontem seu irmão, o pastor Jaime Wright, de entrarem com um habeas-data para exigir da União informações sobre Paulo, que teria morrido debaixo de torturas em 1973 no DOI-Codi de São Paulo.

O documento é um boletim confidencial editado em 1º de julho de 1978 e assinado pelo então comandante do III Exército, general Samuel Alves Correia, e que recebeu um "confere com o original" assinado pelo major Mário José de Moraes Miguez, então chefe do serviço de polícia do III Exército.

A família Wright pretende obter do governo gaúcho cópia do boletim, para fundamentar o pedido de habeas-data, assim como outro documento do mesmo III Exército, encontrado nos arquivos do Dops do Paraná. Os documentos gaúchos são originários dos Sops (repartições do interior do Dops) e igualmente serão usados pelo advogado contratado pela família Wright, Idibal Piveta, para futura ação de responsabilização da União e de tentativa de localização dos seus restos mortais.

Murilo Menon — 26.02.87



Jaime continua a busca

Vários mortos — A listagem do boletim pede a localização e prisão de 14 pessoas e o ítem C, de "exclusão do boletim informativo" relaciona 10 pessoas "falecidas", incluindo dados de filiação, local e data de nascimento. A comparação com a lista de desaparecidos e mortos durante o regime de 64, elaborada pelas entidades de Direitos Humanos, comprova que nove deles estão na lista dos mortos e um, Paulo Stuart Wright, é um dos 144 desaparecidos. Fornece sua data de nascimento (02 de junho de 1933, com erro do mês, pois nasceu em julho), natural de Joaçaba, faz referência a uma página 78 (de outro documento não localizado) e a expressão "falecido".

Os outros mortos incluem, alguns, dia, mês e ano da morte e, outros, também o local: São Paulo, sempre. No caso de Paulo, um dos líderes nacionais da Ação Popular (AP), não inclui datas nem local. O fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, destacou a importância do documento, "o primeiro a mostrar que o Exército sabia que desaparecidos estavam mortos e nada informava aos familiares. O silêncio das Forças Armadas é cruel para os familiares, num crime que se perpetua. A anistia beneficiou torturadores e assassinos, mas não atingiu os familiares dos desaparecidos". O pastor Jaime Wright, que ontem estava no Espírito Santo, disse ao **JORNAL DO BRASIL** que agora a preocupação da família é obter informações oficiais sobre o local da morte e onde estão os restos mortais do irmão.

UDESC - FAED - IDCH

004 | WRIGHT teme que Argentina acabe praticando genocídio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de set. de 1979. Nacional, pag. 6

4

Wright teme que Argentina acabe praticando genocídio

O extermínio de todos os presos políticos argentinos que não estão recolhidos oficialmente à cadeia pelo Poder Executivo Nacional pode ser a consequência do recente decreto do governo militar da Argentina, que considera morto todo cidadão desaparecido.

A denúncia foi feita pelo reverendo James Wright, membro do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul, reunidos através da publicação "Clamor", durante Culto Ecumênico em Solidariedade ao Povo da Argentina, realizado ontem às 19h30 na igreja da Consolação, pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, da Cúria Metropolitana de São Paulo.

James Wright explicou que, recentemente, o governo militar argentino promulgou um decreto pelo qual se outorga a condição de "morto por desaparecimento" a todo cidadão que, tendo sido preso pelas forças de segurança, desapareceu posteriormente de maneira definitiva. Disse que tal medida estabelece o prazo de 90 dias para o comparecimento do desaparecido, mediante convocação pública.

"A monstruosidade que pode resultar dessa lei é o simples genocídio. Ela significa a legalização pura e simples do crime organizado contra os cidadãos que incomodam o regime."

MORTE JURÍDICA

Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, durante o culto ecumênico, pediu às autoridades brasileiras que não sigam o exemplo da Argentina. Disse que no mundo inteiro nunca se ousou fazer isso, nem mesmo após a 2.ª Guerra Mundial. Uma tentativa anterior, ocorreu no Chile, durante o governo Pinochet, mas a pressão mundial evitou a criação de tal legislação.

"Acho que nunca, em toda história da humanidade se ousou matar uma pessoa juridicamente."

Afirmou que as entidades argentinas que cuidam desses casos documentaram 5.581 casos de desaparecimento em consequência de atos repressivos do regime militar e que estimativas indicam que outros sete mil se encontram na mesma situação. Segundo d. Paulo, essas 12 mil pessoas não têm possibilidades de se apresentar.

"Como elas estão presas, nós sabemos que elas não têm possibilidade física de atender à convocação. Desse modo, correm o risco de serem ausentes permanentes."

FINALIDADE

Durante o culto ecumênico, foi explicada a finalidade do ato de solidariedade ao povo argentino: "Estamos aqui, hoje à noite, para levantar nossa voz contra este genocídio — cujas vítimas potenciais se elevam a mais de 12 mil pessoas, que esperam seu destino nos chamados campos de reabilitação. Com a promulgação deste decreto, a Argentina se transforma num país onde reina a mais absoluta carência de garantias em qualquer nível e o máximo desrespeito pela vida e dignidade de todos os seus habitantes. Queremos proclamar a nossa esperança, a nossa solidariedade ao povo argentino. Que este culto ecumênico seja para cada um de nós, mais uma oportunidade de assumir o compromisso de lutar pelo respeito aos direitos humanos."

O reverendo James Wright fez ainda um pedido público ao governo brasileiro para que execute a resolução da Organização das Nações Unidas de 1975, aprovada por 11 votos a zero, inclusive do Brasil, segundo a qual compete aos países membros da ONU proteger e assegurar os direitos humanos aos imigrantes e refugiados em situação irregular, sem documentos.

Pediu também que o governo revogue o decreto da Junta Militar brasileira de 1969, que proíbe a concessão de asilo político no Brasil. Explicou que por causa desse decreto, os exilados ficam em trânsito, dando o nome de "projeto dos exilados políticos em trânsito" para o pedido que vem sendo feito ao governo. Tal projeto, segundo Wright tem o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

"O governo brasileiro, dentro do espírito de anistia deveria abolir o decreto para permitir a volta da generosidade para com os estrangeiros, especialmente os que estão fugindo da repressão dos países estrangeiros. O Brasil é em parte responsável por isso, porque exportou a repressão para os países vizinhos, que por sua vez aperfeiçoaram a tecnologia da repressão e em consequência, com as aberturas democráticas do Brasil, os perseguidos estão vindo para cá."

Ele disse que, se o Brasil ajudou a criar essa repressão, deve atender às necessidades dos que buscam refúgio em nosso País. Explicou que o culto foi chamado de ecumênico, "assim como é ecumênica a preocupação do mundo civilizado pelo sofrimento de nossos irmãos argentinos".

SEM FRONTEIRAS

Para James Wright, os direitos humanos são universais e ecumênicos e por isso não se limitam por fronteiras. O reverendo repeliu a idéia de que existam direitos humanos "nacionais" e por isso estende a sua "destra" fraternal aos irmãos oprimidos.

"Em questão de violação dos direitos humanos, a Igreja precisa apontar os erros do rei, do soberano, do ditador. Essas denúncias não podem ficar subtraídas por medo de caprichos governamentais ou por uma alegada doutrina de segurança nacional ou ainda de alegadas ingerências de assuntos de ordem interna."

Explicou que a presença da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que estará na Argentina entre os dias 6 e 20 próximos, é um fato concreto de que vivemos num mundo interdependente, onde o bem-estar dos oprimidos não se limita por fronteiras políticas ou ideológicas.

Wright disse que não está preocupado apenas com as violações dos direitos humanos na Argentina, mas também, e em especial, com o grande número de desaparecidos e com "as leis diabólicas decretadas na semana passada a respeito do desaparecimento de cidadãos, lamentados por mais de 10 mil famílias, que choram seus entes queridos".

"Sabemos por experiência própria do Brasil que os militares responsáveis pelos desaparecimentos jamais admitirão sua culpabilidade."

(A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA à Argentina está na seção Internacional)

UDESC - FAED - IDCH

005	LISTA do governo tem 136 desparecidos. **Jornal da Tarde**, 26 de jul. de 1995.

5 992

Lista do governo tem 136 desaparecidos

Stuart Angel Jones, ex-militante do MR-8; Paulo Stuart Wright, ex-líder dos ministros Sérgio Motta (Comunicações), José Serra (Planejamento) e Paulo Renato Souza (Educação) na AP; Rubens Paiva, ex-deputado e amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses três nomes, que há anos constam das listas de desaparecidos durante o regime militar, passaram ontem a integrar uma nova relação. Com outros 133 desaparecidos, eles foram incorporados à "Lista Gregori" *(veja ao lado)*, preparada pelo governo para que suas mortes sejam finalmente reconhecidas.

A declaração da morte, por meio de projeto de lei elaborado pelo chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, ainda tem que passar pelo Congresso. Se aprovado, vai permitir que as famílias dos desaparecidos obtenham certidões de óbito e recebam uma indenização que vai variar de R$ 100 mil a R$ 150 mil, dependendo da idade da pessoa na época do desaparecimento.

Amigo de Rubens Paiva, Fernando Henrique Cardoso mandou o Ministério da Justiça acelerar a preparação do projeto depois que o filho do deputado, o escritor Marcelo Rubens Paiva, escreveu um artigo cobrando providências do presidente.

Apesar da iniciativa do governo, a "Lista Gregori" exclui os nomes de 13 militantes brasileiros desaparecidos na Argentina, Chile e Bolívia, e outros três identificados apenas por apelidos — Antônio "Alfaiate", Pedro "Carretel" e "Joaquinzão". Mas uma comissão especial, nomeada pelo presidente da República, poderá incluir novos nomes na lista oficial, a pedido de familiares legais que apresentem indícios do desaparecimento por causas políticas.

A comissão terá também poderes para tentar a localização dos despojos dos desaparecidos. Também nesse caso, a investigação terá como ponto de partida a apresentação de "indícios suficientes". Na busca de despojos, a comissão terá acesso a arquivos e solicitará perícias. Mas não poderá convocará testemunhas.

As indenizações serão calculadas de maneira uniforme: um determinado número de salários mínimos será pago às famílias de acordo com a expectativa de vida dos desaparecidos, somente a pedido de parentes diretos. O processo de indenização só terá início em 1996.

A "Lista Gregori" foi baseada em seis levantamentos: lista formulada pelo ex-ministro Maurício Corrêa, em 1993; lista das associações de familiares de desaparecidos; compilação de listas da Secretaria de Direitos Humanos do Itamaraty, com denúncias de organismos internacionais; duas listas publicadas em jornais, além de testemunhos do secretário de Justiça de São Paulo, Belisário Santos Junior.

Ricardo Amaral/AE

A "LISTA GREGORI"

RECONHECIDOS
Desaparecidos que o governo reconhece como mortos

Adriano Fonseca Fernandes Filho
Aluisio Palhano Pereira Ferreira
Ana Rosa Kucinski Silva
André Grabois
Antonio Alfredo Campos
Antônio Carlos Monteiro Teixeira
Antonio de Pádua Costa
Antonio dos Três Reis Oliveira
Antonio Guilherme Ribeiro Ribas
Antonio Joaquim Machado
Antonio Teodoro de Castro
Arildo Valadão
Armando Teixeira Frutuoso
Aurea Eliza Pereira Valadão
Ayrton Adalberto Mortati
Bergson Gurjão Farias
Caiuby Alves de Castro
Carlos Alberto Soares de Freitas
Celso Gilberto de Oliveira
Cilon da Cunha Brun
Ciro Flavio Salazar
Custódio Saraiva Neto
Daniel José de Carvalho
Daniel Ribeiro Callado
David Capistrano da Costa
Dênis Casemiro
Dermeval da Silva Pereira
Dinaelza Soares Santana
Dinalva Oliveira Teixeira
Divino Ferreira de Souza
Durvalino de Souza
Edgard Aquino Duarte
Edmur Péricles Camargo
Eduardo Collier Filho
Eleni Telles Pereira Guariba
Elmo Corrêa
Elson Costa
Enrique Ernesto Ruggia
Ezequias Bezerra da Rocha
Félix Escobar Sobrinho
Fernando Augusto S.Cruz Oliveira
Francisco Manoel Chaves
Gilberto Olímpio Maria
Guilherme Gomes Lund
Helenira Rezende de Souza Nazareth
Hélio Luiz Navarro de Magalhães
Hiram de Lima Pereira
Honestino Monteiro Guimarães
Humberto A. Câmara Neto
Idalisio Soares Aranha Filho
Ieda Santos Delgado
Isis Dias de Oliveira
Issami Nakamura Okano
Itair José Veloso
Ivan Mota Dias
Jaime Amorim Miranda
Jaime Petit da Silva
Jana Moroni Barroso
João Alfredo
João Batista Rita
João Carlos Haas Sobrinho
João Gualberto
João Leonardo da Silva Rocha
João Massena Melo
Joaquim Pires Cerveja
Joel José de Carvalho
Joel Vasconcelos Santos
Jorge Leal Gonçalves Pereira
Jorge Oscar Adur (Padre)
José Humberto Bronca
José Lavechia
José Lima Piauhy Dourado
José Maria Ferreira Araújo
José Maurílio Patrício
José Montenegro de Lima
José Porfírio de Souza
José Roman
José Toledo de Oliveira
Kleber Lemos da Silva
Libero Giancarlo Castiglia
Lourival de Moura Paulino
Lucia Maria de Souza
Lucio Petit da Silva
Luís de Almeida Araújo
Luís Eurico Tejera Lisboa
Luís Inácio Maranhão Filho
Luís René Silveira e Silva
Luiz Vieira de Ameida
Luiza Augusta Garlippe
Manoel Alexandrino
Manuel José Nurchis
Márcio Beck Machado
Marco Antônio Dias Batista
Marcos José de Lima
Maria Augusta Thomaz
Maria Celia Corrêa
Maria Lúcia Petit da Silva
Mariano Joaquim da Silva
Mário Alves de Souza Vieira
Maurício Grabois
Miguel Pereira dos Santos
Nelson de Lima Piauhy Dourado
Nestor Veras
Noberto Armando Habeger
Onofre Pinto
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior
Orlando Momente
Osvaldo Orlando da Costa
Paulo César Botelho Massa
Paulo Costa Ribeiro Bastos
Paulo de Tarso Celestino da Silva
Paulo Mendes Rodrigues
Paulo Roberto Pereira Marques
Paulo Stuart Wright
Pedro Alexandrino de Oliveira
Pedro Inácio de araújo
Ramires Maranhão do Vale
Rodolfo de Carvalho Troiano
Rosalino Souza
Rubens Beirodt Paiva
Rui Frazão Soares
Ruy Carlos Vieira Bebert
Sérgio Landulfo Furtado
Stuart Edgar Angel Jones
Suely Yumiko Kamayana
Telma Regina Cordeiro Corrêa
Thomas Antônio da S. Meirelles Neto
Tobias Pereira Junior
Uirassu de Assis Batista
Vandick Reidner Pereira Coqueiro
Virgílio Gomes da Silva
Vitornio Alves Moitinho
Walquíria Afonso Costa
Wálter de Souza Ribeiro
Wálter Ribeiro Novaes
Wilson Silva

EXCLUÍDOS
Militantes de esquerda não contemplados pelo projeto de lei apresentado pelo governo

Desaparecidos na Argentina
Francisco Tenório Júnior
Jorge Alberto Basso
Luiz Renato do Lago Faria
Maria Regina Marcondes Pinto
Roberto Rascado Rodrigues
Sidney Fix Marques dos Santos
Walter Kenneth Nelson Fleury

Desaparecido na Bolívia
Luiz Renato Pires de Almeida

Desaparecidos no Chile
Jane Vanini
Luiz Carlos Almeida
Nelson de Souza Kohl
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano
Vânio José de Matos

Desaparecidos sem identificação completa
Antônio "Alfaiate" (PC do B)
"Joaquinzão" (camponês morto no Araguaia)
Pedro Carretel (camponês morto no Araguaia)

005a | MARQUES, Fabrício. Famílias rejeitam projeto. **Jornal do Brasil.** 30 de jul. de 1995

Famílias rejeitam projeto

■ Parentes de militantes querem localizar ossadas e saber circunstâncias das mortes

FABRÍCIO MARQUES

SÃO PAULO — É mais fácil ouvir queixas do que elogios ao projeto do governo que reconhece como mortos 136 militantes de esquerda nos anos 60 e 70. As famílias dos desaparecidos acham insuficiente o reconhecimento das mortes e a indenização propostos pelo governo. Querem também uma investigação sobre as circunstâncias das mortes e a localização das ossadas. "É um dever que o Estado tem com a história. Nossos parentes foram assassinados pela ditadura, mas diz-se que eles eram bandidos e morreram em tiroteios", diz o pastor presbiteriano Jaime Wright, cujo irmão, Paulo Wright, integra a lista dos desaparecidos.

Outra queixa parte das famílias dos mais de 200 militantes cujas mortes foram reconhecidas pelos órgãos de repressão, que julgam também ter direito à indenização. A questão de fato é mais complexa do que o projeto do governo a apresenta.

Sem atestado — Tome-se o caso de Gildo Macedo Lacerda, da Ação Popular, morto em Recife em outubro de 1973. O Exército informou a morte de Gildo "num tiroteio nas ruas de Recife", mas recusou-se a dizer onde ele fora enterrado, tampouco emitiu atestado de óbito.

A mulher de Gildo, a jornalista Mariluce Moura, também foi presa na época e estava grávida quando foi avisada que o marido morrera. Quando nasceu Tessa, a filha do casal, Mariluce teve dificuldades em registrá-la. O pai não estava presente e, embora declarado morto, não havia atestado de óbito. Um entrave adicional: Mariluce e Gildo eram casados só no religioso, ainda assim com nomes falsos, pois viviam na clandestinidade. Foi preciso mover um processo de reconhecimento de paternidade que só foi concluído em 1992, quando a menina já tinha 18 anos. "A única prova de que o Gildo está morto é uma notícia de jornal", diz a mulher Mariluce. "A família tem direito a indenização, assim como à localização da ossada", diz ela.

Como Gildo, há dezenas de casos de gente que foi declarada morta mas o corpo sumiu. Do ponto de vista das vítimas, a distinção entre mortos e desaparecidos faz pouco sentido. Todos perderam a vida de maneira idêntica.

O pastor Jaime Wright classifica como "uma piada" a idéia de criar uma comissão para tentar descobrir as circunstâncias das mortes. "Os militares sabem em que circunstâncias essas mortes aconteceram e a única forma de esclarecer isso é forçá-los a revelar o que sabem", diz Wright.

A Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos reclama que o ministro da Justiça, Nélson Jobim, descumpriu a promessa de ouvir as famílias na hora de fazer o projeto. "No Chile, o governo criou uma comissão que analisou caso a caso de mortos e desaparecidos. É o que queremos aqui no Brasil", diz Maria Amélia de Almeida Telles, da Comissão de Familiares. "A ferida está aberta há muito tempo e não vai ser por decreto que ela vai fechar", afirma ela. Maria Amélia nega que uma investigação desse tipo fira a Lei da Anistia. "Ninguém está falando em punir os assassinos, mas em responsabilizar o Estado pelas mortes e esclarecê-las", afirma.

Embora critiquem o projeto do governo, as famílias enxergam méritos na proposta. "É a primeira vez que o governo divulga uma lista oficial de desaparecidos e isso não é pouca coisa", diz Jaime Wright. "Nossa idéia é brigar no Congresso para ampliar os direitos concedidos por esse projeto", endossa Maria Amélia.

Projeto dos desaparecidos cria polêmica

O projeto do governo que reconhece como mortos 136 desaparecidos políticos está longe de contentar as famílias dos militantes. Além da indenização e dos atestados de óbito, parentes dos presos políticos querem a localização das ossadas e uma investigação sobre as circunstâncias das mortes. "Os militares sabem como ocorreram as mortes e a única forma de esclarecer isso é forçá-los a revelar o que sabem", afirma o pastor Jaime Wright, irmão de Paulo Wright, um dos desaparecidos. (Página 14)

FOLHA DE S. PAULO
Domingo, 30 de julho de 1995

Justiça plena

"A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo considera importante a iniciativa do governo brasileiro de reconhecer, por meio de projeto de lei, a responsabilidade do Estado brasileiro por atos praticados por agentes de governos anteriores, consistentes tais atos nos desaparecimentos forçados de integrantes da oposição à ditadura militar. A Comissão Justiça e Paz, entretanto, entende que a justiça plena somente será alcançada quando os familiares e companheiros de todos os desaparecidos tiverem condições de enterrar condignamente os seus mortos, além de conhecer as circunstâncias e verdadeiras causas desses desaparecimentos, e quando a opinião pública tiver a consciência de que tais crimes não se restringem aos familiares dos desaparecidos, mas atingem toda humanidade. A iniciativa do Executivo, enviando ao Legislativo projeto de lei a respeito do assunto, em decorrência da incansável luta de mais de 25 anos dos movimentos de direitos humanos, é relevante também porque propiciará à sociedade brasileira discutir a questão da tortura e dos desaparecimentos forçados, aprimorando no Congresso Nacional o projeto inicial, de sorte que tais atrocidades jamais se repitam."

Antonio Funari Filho, diretor-presidente, e **Marco Antonio Rodrigues Barbosa**, diretores da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (São Paulo, SP)

UDESC - FAED - IDCH

006	DOCUMENTO do DOPS comprova assassinato de desaparecidos. **Folha de São Paulo**, 23 de jul. de 1991. ARQUIVO do DOPS revela morte dos 'desaparecidos políticos'. **Jornal do Brasil**, 27 de jul. de 1991.

FOLHA DE S. PAULO
Terça-feira, 23 de julho de 1991

Documento do Dops comprova assassinato de desaparecidos

Da Sucursal de Curitiba

Três pessoas cujos nomes pertencem a uma lista de presos políticos desaparecidos no Brasil durante o regime militar foram mortas pela polícia política. É o que afirmam duas pesquisadoras da Prefeitura de São Paulo com base em documentos encontrados no arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) no Paraná, Suzana Lisboa e Maria Amélia Teles.

Vírgilio Gomes da Silva, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi o primeiro preso político desaparecido no país, em 1969. Num comunicado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), o órgão informa que ele foi preso e "falecido por resistir à prisão" (textual). Em sua ficha está escrito morto "sob tortura".

Os outros dois nomes são de Aylton Adalberto Mortati e Paulo Stuart Wright. Mortati era do Movimento de Libertação Popular (Molipo) e segundo relatório da PF sua casa foi invadida.

Paulo Stuart Wright era deputado por Santa Catarina e tem seu nome numa pasta do 3º Exército que diz: "Casos resolvidos, nomes a serem retirados da lista de procurado".

JORNAL DO BRASIL sábado, 27/7/91

Arquivo do Dops revela morte dos 'desaparecidos políticos'

SÃO PAULO — A figura do desaparecido político, criada pelo regime militar para não assumir a morte sob tortura de muitos de seus opositores nas dependências dos órgãos de repressão, está definitivamente extinta. Ontem, em São Paulo, integrantes da comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, que ao longo da semana vasculharam os arquivos do Dops do Paraná, provaram com documentos confidenciais do Exército, do extinto SNI e do próprio Dops que pelo menos 16 desaparecidos políticos foram mortos pelo regime militar — e que o regime, apesar de sabê-los mortos, afirmava que estavam desaparecidos. Entre eles estão o ex-deputado estadual de Santa Catarina Paulo Stuart Wright, irmão do reverendo James Wright, e o operário paulista Virgílio Gomes da Silva, um dos comandantes do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969.

Paulo Stuart Wright, ex-dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), foi seqüestrado por policiais dos órgãos de repressão em setembro de 1973, em São Paulo. Desde então, era considerado oficialmente desaparecido político, uma vez que o Estado nunca assumiu sua morte. Com a abertura das cerca de 60 mil fichas dos arquivos do Dops paranaense, revelou-se que as autoridades sabiam de sua morte desde 1978. No complemento ao "Boletim Informativo 178, confidencial, do Serviço de Polícia do 3º Exército", à página 9, consta: "Paulo Stuart Wright - falecido". Esse boletim, tinha o objetivo de informar, apenas internamente, a morte de opositores ao regime militar. Também nele são noticiadas, por exemplo, armas e carteiras de identidade militar extraviadas ou roubadas.

O caso do desaparecimento de Virgílio Gomes da Silva, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), visto pelos documentos internos que circulavam à época entre os organismos policiais e o Exército, revela que ele primeiro morreu e, depois, desapareceu. O documento número 261 do SNI, datado de 31 de outubro de 1969, no qual se afirma que "o destinatário é responsável pela manutenção do sigilo desse documento", informa que "Virgílio Gomes da Silva faleceu ao resistir à prisão". Em outro documento do mesmo SNI, o de número 282, de 18 de novembro de 1969, posterior, portanto, a informação "confidencial" diz que Virgílio se encontra foragido. Até hoje, Virgílio estava, segundo as autoridades, foragido — ou desaparecido.

007 | HATORI, Elza. Provas confirmam mortes da ditadura. **Diário Popular**. São Paulo, 01 de ago. de 1991.

DIÁRIO POPULAR São Paulo, quinta-feira, 1 de agosto de 1991

Provas confirmam mortes da ditadura

ELZA HATORI

Os primeiros resultados das investigações realizadas nos arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Paraná, colocados à disposição da Prefeitura de São Paulo pelo governador Roberto Requião, foram anunciados ontem pela prefeita Luiza Erundina. As pesquisas trouxeram a confirmação jamais conseguida por parentes de desaparecidos políticos: a constatação oficial da morte de vítimas da ditadura, que não tiveram o óbito assumido pelo regime militar.

O trabalho foi realizado em Curitiba pela Comissão Especial de Investigação, criada pela prefeita para acompanhar o processo em torno das 1.049 ossadas desenterradas do cemitério Dom Bosco, em Perus, no ano passado. Descobriu-se que pelo menos 17 pessoas da relação oficial de 144 desaparecidos políticos do Brasil, estão mortas e enterradas em locais a serem apurados.

As fichas dos 17 desaparecidos foram encontradas em um arquivo de aço (plaqueta G.2-1178), dentro de uma gaveta contendo a inscrição "falecidos". Entre os mortos estão três ex-militantes do PC do B que atuaram na guerrilha do Araguaia: Miguel Pereira dos Santos (filho de Helena Pereira dos Santos, dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais, seção São Paulo); Helenira Resende de Souza Nazareth e José Humberto Bronca.

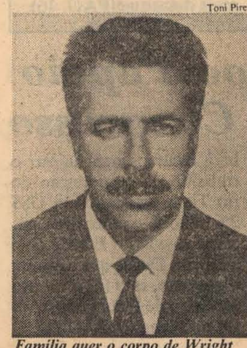
Embora os prontuários e fichas dos militantes tenham sido localizadas em Curitiba, a maior parte dos 17 desaparecidos sumiu em São Paulo, depois de serem presos e torturados. Para explicar a descoberta desses documentos fora do Estado, Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, disse que os arquivos dos órgãos de segurança da ditadura tinham caráter nacional, "por isso todos possuíam informações de todos".

Deputado também foi assassinado

O ex-deputado estadual por Santa Catarina, Paulo Stuart Wright, que teve o mandato cassado em 1964, passando desde então a atuar e depois dirigir na clandestinidade a organização Ação Popular Marxista-Lenista (APML), também está na relação de mortos. Seu óbito é reconhecido em um boletim confidencial do III Exército (Paraná), de número 1/78, que relaciona as pessoas procuradas pela Justiça Militar e divulga os nomes dos falecidos.

Os outros 13 nomes de desaparecidos cujas mortes são admitidas nos documentos encontrados no Dops paranaense são: Ísis Dias de Oliveira, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), desaparecida em 1972; Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sumido em 1971; Hiran de Lima Ferreira (PCB, sumido em 1975); Edgard de Aquino Duarte (militância desconhecida, desaparecido em 1973); Eduardo Collier Filho (APML, 1974); Antonio Três Reis de Oliveira (ALN, 1970); Ayrton Adalberto Mortati, do Movimento de Libertação Popular (Molipo, 1975); Jorge Leal Gonçalves Pereira (APML, 1970); Luiz de Almeida Araújo (ALN, 1971); Ruy Carlos Vieira Berbet (Molipo, 1971); Joaquim Pires Cerveira, Frente de Libertação Nacional (FLN, 1973); Elson Costa (PCB, 1975) e Virgílio Gomes da Silva (ALN, 1969).

Toni Pires



Família quer o corpo de Wright

Mais do que a constatação da morte dos desaparecidos políticos, a descoberta da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus, segundo Delora Wright, sobrinha do ex-deputado e desaparecido Paulo Stuart Wright, vai possibilitar que os parentes destes desaparecidos movam ações judiciais contra a União para exigir a localização e devolução dos corpos.

Segundo Delora, "agora temos a confirmação da morte de meu tio e poderemos exigir a punição dos culpados". Desde 1973, quando foi preso por agentes do Destacamento de Operaçoes de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), do II Exército, o ex-deputado nunca mais teve contato com seus familiares. Por ser cidadão norte-americano, naturalizado brasileiro, Paulo Stmart chegou a ser socorrido por organismos internacionais "mas até hoje sua prisão e morte nunca foram assumidas", afirmou Delora Wright.

Baseados nos documentos do Dops paranaense os parentes dos 17 desaparecidos pretendem mover uma ação conjunta contra a União, e depois retomar as investigações sobre o paradeiro dos demais desaparecidos. A prefeita Luiza Erundina imagina que muitos outros corpos estão sepultados clandestinamente em cemitérios paulistanos, como Vila Formosa, Campo Grande, e em outras quadras de Perus.

Pista sobre a primeira vítima

Um outro documento localizado pela Comissão de Investigação da Prefeitura de São Paulo diz respeito ao ex-dirigente da ALN, Virgílio Gomes da Silva, considerado o primeiro desaparecido político do Brasil, preso em 1969 pelo DOI-Codi paulista. Trata-se de um material confidencial do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) — atual Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos — onde a morte do militante é atribuída por "resistir à prisão".

Testemunhas da morte de Virgílio, também conhecido por "Jonas", garantem que ele foi barbaramente torturado antes de ser assassinado, mas até hoje nem mesmo sua prisão foi devidamente esclarecida. O ex-agente do Dops, Josecir Cuoco, ao depor este ano perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal, que apurou as responsabilidades sobre as ossadas de Perus, chegou a dizer que participou da prisão de Virgílio e que ele teve um infarto. Disse ainda que viu o militante morrer, mas nunca soube para onde foi levado seu corpo. Há suspeitas de que os restos de Virgílio estejam no cemitério de Vila Formosa ou junto às ossadas da vala comum de Perus.

Mortos viram nomes de ruas

Além de divulgar os resultados dos trabalhos realizados em Curitiba, a prefeita Luiza Erundina assinou ontem um decreto autorizando que 11 ruas da cidade passem a receber os nomes de 11 desaparecidos políticos. Esta homenagem às vítimas da ditadura, de acordo com a prefeita, foi a maneira que encontrou para "estimular cidadãos democráticos a não permitirem nunca mais que ocorram crimes desta natureza".

Erundina também voltou a criticar a retenção dos arquivos do Dops de São Paulo que desde a extinção do órgão em 1985 estão de posse da Polícia Federal. A prefeita e os parentes dos desaparecidos acreditam que os arquivos do órgão paulista são mais completos e poderão ser de suma importância para o esclarecimento da verdade pois a maior parte dos desaparecidos sumiu em São Paulo. Ela afirmou que já reiterou, com respaldo do Governo do Estado, a transferência dos documentos para a Capital, mas ainda não obteve resposta ao pedido.

Nos arquivos do Dops paranaense foram consultadas 62 mil fichas. Segundo Suzana Lisboa, da Comissão de Investigação, a equipe que desenvolveu as pesquisas em Curitiba trouxe para São Paulo aproximadamente mil cópias de prontuários e documentos que a partir de agora vão auxiliar nos trabalhos de investigação sobre o paradeiro dos desaparecidos.

Erundina quer fatos apurados

Toni Pires



Erundina ao lado de Suzana Lisboa lê o ofício encaminhado ao ministro

Acompanhada por Suzana Lisboa, integrante da Comissão de Investigação das Ossadas de Perus, e por parentes de desaparecidos políticos, a prefeita Luiza Erundina disse ontem que está encaminhando um ofício ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, solicitando que sejam apurados o local e as circunstâncias em que ocorreram as mortes das 17 pessoas cujas fichas foram localizadas no Dops do Paraná.

No mesmo ofício dirigido a Passarinho, Erundina pede que sejam apurados os locais em que os desaparecidos foram sepultados e em que data. A prefeita reivindica também que sejam identificados os nomes dos servidores públicos que testemunharam as mortes e os sepultamentos dos exopositores do regime militar.

Com as informações solicitadas a prefeita acredita que os trabalhos que atualmente estão sendo desenvolvidos pelos peritos da Universidade de Campinas, na identificação das 1049 ossadas de Perus, será facilitado e agilizado. Erundina reconheceu que os trabalhos são demorados, mas disse que tem interesse em deixar a Prefeitura em 1992 com essa tarefa cumprida.

UDESC - FAED - IDCH

008	APML: 27 denunciados. **Diário da Noite.** 14 de mar. de 1974. Registro. Justiça militar

Pág 4
FS 9

8

REGISTRO

Justiça Militar

APML: 27 denunciados

Vinte e sete elementos filiados à organização subversiva Ação Popular Marxista Leninista — APML — foram denunciados pelo procurador da Justiça Militar Oscar do Prado Queiroz, em longa peça acusatória que analisa as responsabilidades de cada um deles. Dez dos denunciados estão foragidos e cinco se encontram detidos, com prisão preventiva já decretada.

Os componentes da APML, que segue a filosofia de Mao Tsé-tung, dedicavam-se à agitação e propaganda, com ramificações nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Goiás. Vários deles eram do Comitê Central e outros do Comando Regional de São Paulo. Todos usavam vários codinomes e grande parte fazia uso de nomes e documentos falsos.

Nos termos da denúncia, em setembro de 1972 verificou-se um "racha" nas hostes da APML, com a formação de duas correntes, ambas se dedicando à conscientização das massas e pretendendo consolidar a tomada do poder através da guerra revolucionária. Entre os acusados figuram médicos, engenheiros, professores, jornalistas, estudantes e até um "profissional da subversão". Há referência à deslocação de muitos para outros Estados, por certo com a finalidade de confundir os órgãos de segurança.

São os seguintes os denunciados: Antonio Norival Soave, Beatriz do Valle Bargieri, Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Cornélio Lima Filho, Elzira Vilela Nakazu, Haroldo Rodrigues Lima, Hernandez Santaliestra, Jair Ferreira de Sá, José Benedito Pires Trindade, José Milton Ferreira de Almeida, José Renato Rabelo, Licurgo Nakazu, Liuco Fugi, Luiz Aparecido da Silva, Marcelo Hugo de Medeiros, Maria Ceres Pimenta, Maria de Fátima Azevedo, Maria Luiza Guimarães de Almeida, Maria Madalena Prata Soares, Nelson Martinez, Osvaldo Rocha, Otto José Mattos Filgueiras, Paulo Stuart Wright, Pedro Pereira do Nascimento, Péricles Santos de Sousa, Tertuliano Ambrósio da Fonseca e Waldemir Bargieri.

UDESC - FAED - IDCH

Paáx=3
FS 7

L 1
13,5 25
~~6,0~~ ~~11,1~~
7,5 12,8

9

O ESTADO DE S.PAULO - 20.08.70

Iniciado processo da Ação Popular

Das Sucursais

Na 1.a Auditoria da Aeronautica, o Conselho Permanente de Justiça iniciou, ontem, no Rio, o sumario de culpa com a qualificação e interrogatorio de 65 pessoas implicadas no chamado processo da "Ação Popular", que pretendia a derrubada do governo por modos violentos. Dos indiciados compareceram 18, sendo que 17 se encontram presos, e um apresentou-se espontaneamente. Os outros 47 estão foragidos. Foram intimados por edital e não comparecendo passarão a revéis. Dos 17 presos, alguns estão recolhidos na Ilha das Flores e outros à Penitenciaria de Bangu.

Compareceram escoltados os seguintes presos: André Snolentzov, Antonio Oscar, Fabiano de Campos, Celso Simões, Fernando Dias Ferreira, Flavio Monteiro de Melo, Jean Marc Frederick Charles Von Weit, Luiz Henrique Peres, Mario Fonseca Neto, Vitor Hugo Klegebrunn, Martha Maria Klegebrunn, Marijane Vieira Lisboa, Hilda Drandlan Siegl, Norma Teresa de Oliveira, Maria Elodes Alencar, Priscila Melile, Solange Maria Santos, e Maria do Carmo Resende Menezes. Maria Savaget, em iberdade, apresentou-se espontaneamente.

Após longos debates, o juiz permitiu que o estudante André Snolentzov formulasse por escrito uma denuncia de maus tratos fisicos, inclusive citando os nomes dos responsaveis. A permissão se deu em virtude de afirmativa do advogado, segundo a qual estava havendo cerceamento da defesa.

EXCLUSÃO

Dos indiciados, inicialmente citados no inquerito, foram excluidos Antonio Funari Filho, Antonio Luiz, Antonio Sergio, Dinorah Leite da Silva, Domingos Cardoso, Geraldo Azevedo Amorim, Geraldo Magela, Haroldo Rodrigues Lins, José Newton, Luiz Marcos Magalhães Gomes, Marlene Raimundo das Dores, Paulo Rogerio Guimarães, Pericles de Souza, Ricardo Gonçalves Angelin e Vitoria Lucia Martins Pamplona Pereira.

Foram excluidos do processo em face de "habeas corpus" concedidos pelo Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal.

UDESC - FAED - IDCH

010	DOSSIÊ da depressão: desparecidos?!. **ISTO É**, São Paulo. 27 de set. de 1978. P. 24-32. Faltando pag. 25 e 26

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Desaparecidos?!

A face mais dura do esquema repressivo imposto no Brasil nos últimos catorze anos esteve presente, involuntariamente, aos dois dias – terça e quarta-feiras, dias 19 e 20 – de julgamento dos 63 acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, afinal absolvidos por unanimidade. Presente, por exemplo, nas lágrimas de Carolina, a filha de David Capistrano, ao ouvir a negativa do Conselho de Sentença ao pedido de abertura de inquérito para apurar o desaparecimento dos oito acusados revéis, "por não existirem nos autos qualquer evidência de que a ausência dos mesmos se relacione com fatos que induzam a possibilidade da existência de qualquer delito".

Era o malogro de mais uma das inúmeras tentativas feitas pelos familiares de 47 brasileiros nessa estranha situação: nem mortos, nem vivos, nem presos. Simplesmente desaparecidos.

Presente também nas lágrimas que um dos réus – Dimas da Anunciação Ferrin – arrancou de seus parentes e de outro acusado, Oseas Laranjeiras, ao narrar as torturas sofridas nas dependências do DOI-CODI do Rio: "Fui torturado durante onze dias e onze noites, com choques elétricos, murros, pontapés. E, com medo de que meus algozes fizessem idênticas perversidades com minha esposa, filhos e netos, decidi assinar as declarações impostas". O Conselho aprovou o encaminhamento das denúncias de Dimas ao Ministério Público Militar, por ter sido verificada, nos autos, a existência de evidências de maus tratos na fase inquisitorial.

Das lágrimas de um julgamento às histórias de horror e morte

A denúncia de Dimas é apenas uma entre centenas de outras, vítimas das mesmas ou de torturas ainda piores, que, segundo levantamento de exilados brasileiros, levaram 81 presos políticos à morte, entre 1966 e 1973.

Nem preso, nem morto. Desaparecido, segundo mestre Aurélio Buarque de Holanda, é "que, ou aquele que desapareceu". "Pelo menos, era assim até 1970. Nesse ano, a ação dos organismos de repressão no Brasil introduziu um novo significado para essa palavra: aquele cuja prisão ou morte não é reconhecida por qualquer autoridade. De 1970 – quando desapareceu o estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, preso em São Paulo a 10 de maio, primeiro caso do gênero registrado – até agora, 47 pessoas, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia, ingressaram nessa relação assim descrita por Alceu de Amoroso Lima, em artigo no *Jornal do Brasil:* "São pais, irmãos, noivas, mulheres,



O julgamento do PCB no Rio: oito não compareceram, são desaparecidos. E foram absolvidos

UDESC - FAED - IDCH

cia estivera no edifício onde o casal morava, fazendo perguntas. E, a um estudante da USP, perguntaram a chapa do automóvel de Ana.

Dias depois, Majer, um velho professor de literatura judaica, recebeu aviso de que sua filha desaparecera, com o marido. Sem saber a quem recorrer, viajou para a Inglaterra, ao encontro do filho, o jornalista Bernardo Kucinski, então trabalhando no *Guardian*, de Londres, ao mesmo tempo em que mandava uma carta ao outro filho, Wolf, que mora num *kibutz* em Israel. Majer voltou logo depois ao Brasil e, Bernardo, em julho, depois de ter mantido alguns contatos na Europa. A partir de então, começou a funcionar um gigantesco mecanismo de contatos com personalidades do mundo todo. Não exatamente para conseguir libertar Ana Rosa e Wilson, mas para obter uma informação a respeito.

Bernardo Kucinski conta que passou a viver entre a convicção íntima de que os dois estavam mortos e as informações, precárias embora, vindas dos Estados Unidos, dizendo que Ana estava viva. O *Washington Post* e o *New York Times* noticiaram o desaparecimento, a Organização dos Estados Americanos informou que o caso Ana Rosa tomava o número 1.897 na sua comissão de direitos humanos, mas não dava muitas esperanças. De Israel, Wolf informava que um general israelense conhecia os generais Sylvio Frota e Ednardo d'Ávila Mello e ia pedir a interferência de ambos. A chancelaria de Israel fez saber ao Itamaraty, discretamente, que Israel estava disposto a acolher os dois, sem maiores formalidades, se o Brasil permitisse a saída. Um cientista do Instituto Weizzman enviou carta ao general Golbery do Couto e Silva, confessando seus temores a respeito do destino do casal. E o rabinato dos Estados Unidos movimentava-se junto a congressistas norte-americanos.

Morta, 99,9%. Em 2 de dezembro de 1976, uma organização judaica de âmbito internacional enviou carta a Wolf: "Não há nenhuma dúvida de que Ana Rosa está morta. É uma informação 99,9% positiva".

No Brasil, Bernardo continuava caçando informações – e pagando por elas. "Uma vez", conta, "paguei 80 mil cruzeiros por uma informação. E estava quase pagando mais 500 mil cruzeiros, quando denunciei processo de chantagem à Justiça Militar" (o caso foi agora avocado pela Justiça Comum, e Bernardo pretende levá-lo até o fim).

"Chega um momento em que não se agüenta mais. Agora, passados quatro anos, meu sofrimento maior é não saber o que foi feito deles", desabafa o jornalista. É nessa hora que as famílias são procuradas por todos os tipos de pessoas – cartomantes, videntes, parapsicólogos, charlatães, a maioria animada do mais honesto propósito de ajudar.

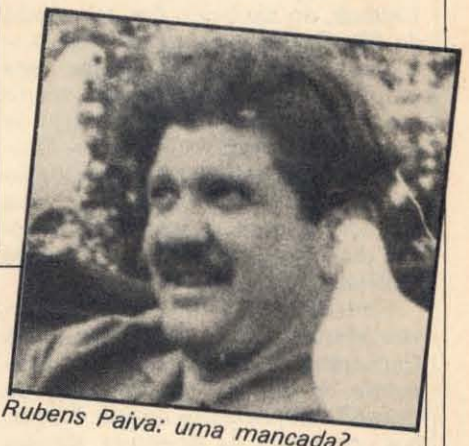
Foi o que aconteceu com o reverendo Wright, por exemplo. Um parapsicólogo contou-lhe que seu irmão Paulo estaria preso numa espécie de campo de concentração, a 150 milhas da foz do rio Amazonas. A descrição era tão perfeita que até elementos da CIA estiveram no local, investigando-o. Nada encontraram.

Como os Kucinski, Wright recorreu à ajuda externa, ainda mais que Paulo tem dupla nacionalidade, por ser filho de norte-americanos. Latham Wright, outro dos irmãos, também pastor evangélico, começou a se corresponder com parlamentares dos Estados Unidos e conseguiu interessar até o Departamento de Estado pelo caso. O que também não adiantou.

A missa da certeza. Aos poucos, a esperança ia morrendo, mas o reverendo Wright diz que só se convenceu da morte do irmão ao ser convidado para concelebrar a missa pela morte de Vladimir Herzog. "A gente não pode ter falsas esperanças" – diz ele, agora. "Mas ter esperança é próprio da natureza humana. Eu mesmo, como membro da Pastoral dos Direitos Humanos, tenho cuidado de muitos casos em que as pessoas se negam a admitir algumas evidências. A família vive o drama de perder alguém e passa a se solidarizar com famílias nas mesmas condições."

A missa de Vlado marcou o reverendo: "Quando, no púlpito da catedral, vi toda aquela multidão, percebi que era uma homenagem a todos os mortos e desaparecidos".

Na verdade, as histórias de todos os desaparecidos – ou de quase todos – se parecem, e todas são exemplares.



Rubens Paiva: uma mancada?

25) **João Massena Melo** – desaparecido em São Paulo;

26) **David Capistrano da Costa** – desapareceu quando tentava retornar ao Brasil, em março de 1974;

27) **José Roman** – desapareceu com Capistrano, no trajeto Uruguaiana–São Paulo;

28) **Caiuby Alves de Castro** – desapareceu no Rio, em 1974;

29) **Joaquim Pires Cerveira** – ex-major, preso em Buenos Aires;

30) **Walter de Souza Ribeiro** – desapareceu no percurso Rio–São Paulo, em abril de 1974;

31) **Luiz Ignácio Maranhão Filho** – sua mulher, Odete, denunciou, em carta à direção do MDB, que ele estava sendo "barbaramente torturado" pelo delegado Fleury, em São Paulo;

32) **Ieda Santos Delgado** – desapareceu no percurso Rio-São Paulo, em abril de 1974;

33) **Ana Rosa Kucinski Silva** – desapareceu em abril de 1974;

34) **Wilson Silva** – idem;

35) **Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto** – desapareceu no Rio, em maio de 1974;

36) **Issami Nakamura Okamo** – desapareceu em São Paulo, em maio de 1974;

37) **Rui Frasão Soares** – seqüestrado diante de testemunhas, em Petrolina (PE), a 27 de maio de 1974;

38) **Jayme Miranda Amorim** – desapareceu no Rio, em junho de 1974;

39) **Itair José Veloso** – desapareceu no Rio, em maio de 1975;

40) **Armando Teixeira Frutuoso** – desapareceu no Rio, em julho de 1975;

41) **Orlando Bonfim Júnior** – desapareceu no Rio, em julho de 1975;

42) **José Montenegro de Lima** – desapareceu em Pernambuco, em setembro de 1975;

43) **Edgar Aquino Duarte** – desapareceu no Rio, em 1975;

44) **Marcos Antônio Batista** – desapareceu no Rio, em 1975;

45) **Hiran Lima Pereira** – desapareceu no Rio, em fevereiro de 1975;

46) **Elza Rocha Miranda** – desapareceu no Rio, em 1975;

47) **Elson Costa.**

UDESC - FAED - IDCH

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

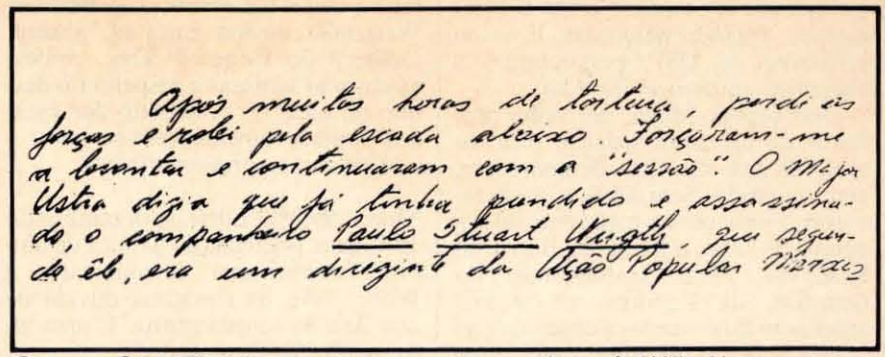
Há a forma misteriosa de os familiares serem informados de que aconteceu: o reverendo Wright recebeu apenas três telefonemas idênticos – "Paulo caiu". E desligavam. O filho do advogado e jornalista Orlando Bonfim, que vivia na clandestinidade, também foi avisado por telefone: "Quem fala é um amigo de seu pai. Contrate um advogado e comuniquese com a Associação Brasileira de Imprensa".

É possível que essa mesma pessoa tenha sido o misterioso portador das fotografias dos onze netos de Bonfim, nascidos no seu período de clandestinidade.

Vestir luto. E cada família tem uma história de sofrimento e esperança para contar. Como o jornalista Haroldo Amorim de Miranda, irmão do também jornalista Jayme Amorim de Miranda, preso no Rio de Janeiro, no dia 4 de fevereiro de 1975:

"Os subterrâneos do protesto foram percorridos na busca de Jayme" – descreve ele em carta publicada pela edição deste mês do jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. "Um par de velhos – o chefe do clã ficou totalmente cego com o trauma do filho nem morto nem vivo – chora, hoje, o desejo de pelo menos enterrar seu morto. Quatro crianças crescem na indefinição de se o pai é vivo ou morto, e uma mulher não sabe se veste luto ou sofre, dia e noite, vida toda, o drama da violência."

Certamente a mesma esperança levou Maria Augusta, mulher de David Capistrano, a comparecer ao julgamento de seu marido ausente e de mais 62 companheiros no Rio. Talvez, nos corredores da Auditoria, alguém lhe passasse uma informação sobre o marido. Ou qualquer pista. Mesmo inútil. Como a surpresa que o reverendo Wright recebeu um dia: de repente, uma moça desceu de um carro, entregou à filha do reverendo um pacote e foi-se embora sem nada dizer. No pacote, estavam todos os documentos do irmão – carteira de identidade, carteira de habilitação, certificado de saúde, título de eleitor. Wright não acreditava que tais documentos ainda existissem, pois o irmão estava na clandestinidade desde 1968 e desaparecido desde 73, certamente usando documentos falsos. Por que o pacote? Talvez porque, pouco antes, o STM acolhera petição em favor de Paulo Stuart e pedira explicações ao II Exército, suposto responsável por sua detenção?


Após muitas horas de tortura, perdi as forças e rolei pela escada abaixo. Forçaram-me a levantar e continuaram com a "sessão". O Major Ustra dizia que já tinha quebrado e assassinado, o companheiro Paulo Stuart Wright, que segundo êle, era um dirigente da Ação Popular Marxista

O preso Otto Filgueiras conta, em carta ao advogado Hélio Navarro, o que sabe do destino de Paulo Stuart Wright. Data: 13/5/75

Outro estranho pacote chegou à casa de Majer Kucinski dias depois de ter ele entregue carta ao general Dilermando Gomes Monteiro, a respeito do caso Ana Rosa-Wilson Silva, fato amplamente noticiado pelos jornais. Era um envelope com carimbo e selo de Portugal e continha propaganda de organizações esquerdistas com as quais Majer jamais tivera ou pensara ter vínculos. Por que o pacote?

Desaparecidos? Seria "desaparecido" um termo correto para designar todos os 47 componentes da lista do Comitê Brasileiro pela Anistia? A julgar pelos depoimentos de inúmeros presos políticos, contemporâneos de alguns deles, a resposta é não. Examinemos alguns casos:

1) Mário Alves Vieira de Souza, jornalista, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foi preso no Rio de Janeiro em janeiro de 1970 e imediatamente conduzido ao DOI-CODI. No dia 16 de janeiro, alguns presos foram informados por um soldado que Mário Alves morrera, depois de prolongadas sessões de tortura. O nome de Mário figurou na lista dos desaparecidos publicada pelo *JB* há quinze dias. Agora, o CBA já o considera morto. As evidências recolhidas nesse período são mais do que suficientes.

2) Rubens Paiva – No dia 20 de janeiro de 1971, sua residência foi invadida por elementos dos organismos de segurança, que o detiveram. No dia seguinte, também sua esposa Eunice e a filha do casal, Eliana, foram seqüestradas e conduzidas ao CODI, na rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro. Eunice ficou doze dias presa e, ao sair, verificou que no pátio da prisão estava o carro do marido, retirado no dia seguinte pela irmã de Rubens Paiva, mediante recibo passado por um militar lotado naquela dependência policial.

Apesar da evidência, o I Exército, em resposta ao *habeas corpus* impetrado junto ao STM, informou que Rubens, Eunice e Eliana jamais haviam estado presos em unidades da área do I Exército. No dia 28 de janeiro de 1971 os organismos de segurança anunciaram que um "preso de alta categoria social" fora resgatado por seus companheiros em operação no Alto da Boa Vista. O preso chamar-se-ia Rubens Seixas. Cinco meses depois, anunciava-se que o suposto resgatado não era Seixas, mas Rubens Paiva.

3) Stuart Angel – Sua mãe, a modista Zuzu Angel, tinha em seu poder, antes de morrer em acidente de automóvel, carta de Alex Polari de Alvarenga, companheiro de cela de Stuart, na qual narrava a maneira pela qual Stuart morrera, amarrado a um jipe que o arrastava pelo chão, na Base Aérea do Galeão. O episódio é contado no livro do historiador Hélio Silva, volume 20 da coleção *Pequena História do Brasil*.

Da mesma forma, há depoimentos de presos políticos denunciando a morte, entre outros, de Antônio dos Três Reis Oliveira, Gastoni Beltrão, Honestino Guimarães, João Massena Melo.

Um dos depoimentos é nominal: Inês Etienne Romeu, presa política condenada a 32 anos e meio e que cumpre pena no Instituto Talavera Bruce, no Rio, diz ter sabido por seus interrogadores do destino de alguns dos 49 desaparecidos. Inês foi presa em maio de 1971 em São Paulo e levada para uma casa de torturas no Rio, onde passou cem dias, tempo suficiente para ouvir macabras confissões.

Diz ela, por exemplo, que os policiais afirmaram ter matado Rubens Paiva e se referiram ao fato como "uma mancada". Outros da lista que os policiais admitem ter matado: Eleni Teles Pereira Guariba, Paulo de Tarso Celestino, Aluísio Palhano e

Walter Ribeiro. A própria Inês ouviu, de sua cela, os interrogatórios de Eleni e Paulo de Tarso, nos dias 19 e 20 de julho, e de Aluísio Palhano, dias 13 e 14 de maio. Ela soube, também, que Marilena Villas-Boas Pinto, que participara de tiroteio com a polícia, morreu naquela casa, ferida e sem cuidados médicos. "Foi aí mesmo, na cama em que você está", disseram-lhe os policiais.

Carta-certeza. Outras histórias de negativas, subornos, ameaças e revelações são contadas pelos familiares do estudante Carlos Alberto Soares de Freitas, preso no dia 15 de fevereiro de 1971, no Rio. Três dias depois da prisão, uma amiga de Carlos Alberto, que não havia lido a notícia publicada no *Jornal do Brasil*, foi visitá-lo. Ao se aproximar da casa, viu forte esquema policial montado e afastou-se rapidamente para colocar no correio uma carta que "Beto" lhe havia entregue para ser enviada a seus familiares em Minas Gerais, caso fosse preso. Essa amiga não tinha dúvidas sobre a prisão: ela sabia que ele era procurado pelos órgãos de segurança e que vivia na clandestinidade. A presença de tantos policiais diante da casa só podia ter um significado: "Beto" estava preso.

A família recebeu a carta e começou a procurar por ele, por intermédio de advogados contratados no Rio e em Minas. Um *habeas corpus* foi impetrado junto ao STM, mas, como o julgamento tardava, os parentes resolveram levar, pessoalmente, cartas às autoridades. Uma delas, ao então presidente Médici, foi levada por dona Alice, a mãe, e Adir, a irmã, ao chefe da Casa Militar, general João Baptista Figueiredo, que as recebeu "mal e nem quis ouvir a história", conforme conta Adir. A outra foi levada por Eduardo, irmão de Carlos Alberto, ao ministro Waldemar Lima Rodrigues, do STM, que respondeu: "Eu não tenho nenhuma obrigação, eles são subversivos mesmo".

Começou, então, a peregrinação pelos organismos de segurança e o cerco a policiais do DOPS mineiro, que solicitavam dinheiro em troca de informações. Eram visitas semanais e informações vagas: foi transferido do Recife para Minas, depois de Minas para o Rio.

Um xis na foto. Dados mais concretos – e tenebrosos – surgiram em junho, numa delegacia de Itaguaí, Estado do Rio. Um cartaz de "terroristas procurados", visto por Eduardo, exibia seu irmão Carlos Alberto riscado com um xis. Depois, Inês Etienne Romeu, colega de faculdade e amiga íntima de "Beto", presa em São Paulo e levada a um centro clandestino de tortura no Estado do Rio, ouviu de seus interrogadores que ele "fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver".

Para os irmãos, essas informações bastaram para convencê-los da morte de Carlos Alberto. Para os pais, não. Até hoje, passados sete anos e meio, Jaime Soares de Freitas, o pai, 78 anos, recusa-se a mudar de apartamento. "Não, o 'Beto' tem a chave." E dona Alice, a mãe, mantém o quarto arrumado, exatamente como o filho o deixou, no Natal de 1970.

Contato perdido. Um outro ponto comum em muitas histórias de desaparecidos emerge do depoimento da família de Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira, preso no dia 23 de fevereiro de 1974: o corte abrupto de contatos com pessoas – às vezes muito bem colocadas – em um determinado ponto do caminho em busca de desaparecidos.

Fernando saiu de casa, nesse dia, dizendo que voltaria antes das 6 horas. Não voltou. Começou, então, a longa peregrinação, perseguindo todas as hipóteses e batendo em todas as portas: marechal Juarez Távora, marechal Cordeiro de Farias, general Muricy, um funcionário do DOI-CODI de São Paulo, o ex-deputado Etelvino Lins. E, em todos os casos, chegava um momento em que, como com os marechais Távora e Cordeiro, lhes diziam: "Infelizmente, não tenho mais condições de dizer nada".

De qualquer forma, por Juarez a família ficou sabendo que o general Ednardo d'Ávila Mello, então comandante do II Exército, lhe informara que Fernando não estava preso em São Paulo. Essa informação contrariava o que a família já levantara: Fernando (e Eduardo Collier) havia sido preso no Rio e levado, dias depois, para São Paulo. Seus parentes chegaram, inclusive, a entregar, no DOI-CODI paulista, no dia 14 de março de 1974, uma sacola com mantimentos e objetos de uso pessoal ao carcereiro de plantão, que se identificou como "Marechal".

Outro contato interrompido foi com o professor Gastão Jacinto Gomes, um dos diretores da Cruz Vermelha, que conhecia um coronel do Exército através do qual poderia obter informações. De fato, as obteve, inicialmente. O coronel chegou a anunciar que Fernando estava preso

Caros Pais:

Esta carta só lhes será enviada se eu estiver preso. A forma de como lhes chegou, não importa. É bem possivel que me deixem no Rio, ou talvez me mandem para Minas. Ainda não posso prever com certeza. Se querem me ajudar, ajam da seguinte forma:

1) O motivo da interferência é conseguir minorar as torturas (impossivel dete-las de todo, a nao ser num segundo momento).

2)- Tem-se que incomodá-los. Enxer-lhes a paciência com visitas, com insistência para ver-me. Recusam continuadamente. Tentem mais uma vez. Outra, Gritem, chorem, levem cartas, enfim, não lh lhes deem socego. Sempre se consegue romper a barreira.

3)- No principio, eles negam a prisão. Dizem mesmo que a pessoa não foi presa. Insistam, voltem a carga.

4)- No meu caso, como noticiaram que eu havia sequestrado um avião em junho, poderão mesmo jogar com isso e dar-me sumiço.

Repito: se um dia eu saisse do país, eu os avisaria. Estou aqui, Preso pelos carrascos do povo brasileiro. A noticia do sequestro, era falsa, reafirmo. Use as cartas para provar que eu estou no país. Mas tirem fotocópia, pois eles poderão requisitar as cartas. Não se deixem envolver pelas malandragens (e arbitrariedades) dos nossos gorilas.

5)- Minhas convicções continuarão firmes. Não trairei meus companheiros e meu povo. . Apezar dos defeitos, tenho caráter bastante para não seguir na trilha dos Massafimi e Lugaretti, pequenos vermes que sempre atravessam a vida da gente. Apezar de Voces não comungarem meus ideais, acho que me respeitarão mais por saberem ja que não traio e não me desfibro.

Se não poderem me ajudar, não guardarei rancores. Muitas vezes os laços de classe se sobrepoem aos familiares. Saberei compreendê-los.

Abraça-lhes o filho,

Carlos Alberto Soares de Freitas (assinado) Beto

Prisões possiveis: Vila Militar (principal) e PE (duas), uma na Tijuca, outra não sei onde, alem da Ilha das Flores.

A carta em que Carlos Alberto de Freitas anuncia a sua prisão

UDESC - FAED - IDCH

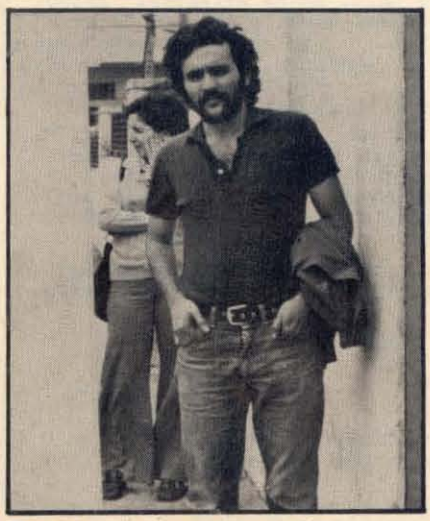
em São Paulo e, numa determinada época, necessitara de cuidados médicos. "Mas agora está tudo bem", completou.

De repente, o professor Gastão pediu aos parentes de Fernando que não mais o procurassem na Cruz Vermelha e, sim, em sua casa. Lá, ouviram a informação de que o coronel não podia mais dar informações. "Os contatos foram cortados" – disse-lhes o professor, que, todavia, os encaminhou, com um bilhete, a um sobrinho, militar lotado em Brasília.

E a família foi a Brasília, onde ouviu a informação que menos aceitava: "Fernando não está preso". A mesma informação constaria, meses depois, de nota oficial lida pelo ministro Armando Falcão na televisão.

Onde está? Contra todos os indícios, as famílias – pelo menos algumas – insistem em esperar que os parentes voltem, ou, ao menos, em perguntar por eles. Como o fez, em carta a dona Scyla Médici, esposa do ex-presidente Médici, a mãe de Jorge Leal Gonçalves Pereira, seqüestrado no Rio em 20 de outubro de 1972: "Acho que não tenho outra pessoa a quem me dirigir. Quando eu rezo diante da Virgem Santíssima, eu lhe digo que é uma mãe que pede a outra. Assim faço neste momento. Dirijo o pedido de uma mãe e avó a outra: onde está Jorge?" Não houve resposta.

E o menino Felipe, filho de Fernando Augusto, que parou de acordar no meio da noite, perguntando pelo pai, comenta agora com a família e os amigos: "Quando eu crescer, vou no quartel saber onde esconderam meu pai".



Fernando: contatos cortados

A rotina da tortura e da morte

"Tiroteios" "suicídios", "atropelamentos". Ou apenas assassinatos?

Em um pequeno cemitério de Paris, o túmulo de frei Tito de Alencar Lima traz uma inscrição terrível: procurou a morte, levado pelos estigmas herdados das torturas sofridas quando aprisionado pelo regime militar brasileiro. Frei Tito suicidou-se em agosto de 1974, em Paris, onde vivia exilado, após ter sido um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. A sua morte, na verdade, começou na então Operação Bandeirantes, nos primeiros meses de 1970: ele estava preso desde novembro do ano anterior, no Recolhimento Tiradentes. Levado à OBAN, passou dois dias sob torturas no pau-de-arara, recebeu choques elétricos na boca ("é a sua hóstia", diziam-lhe os torturadores) e, não resistindo, tentou o suicídio.

Levado inicialmente ao Hospital Geral do Exército, foi depois reconduzido ao Presídio Tiradentes, onde três médicos – também presos – fizeram exame de corpo de delito, constatando as torturas. A troca pelo embaixador suíço tirou-o da prisão, mas, ao que tudo indica, nada foi suficiente para apagar as marcas físicas e psíquicas deixadas pela tortura.

É possível que o dominicano Tito de Alencar Lima tenha se suicidado por outros motivos que não as seqüelas deixadas pela tortura. Mas há – segundo minucioso dossiê elaborado por exilados brasileiros – oitenta outros casos de mortes sob tortura comprovados, entre 1966 e 1973, os anos negros da repressão. Depois de 1973, há dois casos – os do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho –, oficialmente atribuídos a suicídio, mas sobre os quais pairam sérias dúvidas.

O começo. Tortura e suicídio foram palavras intimamente associadas desde os primeiros dias de abril de 1964. Os jornais de 18 de abril desse ano, por exemplo, anunciam, em pequena nota nas páginas policiais, a morte do operário José de Souza, que se atirou do terceiro andar do prédio da Polícia Central, no então Estado da Guanabara, depois de ter sido preso para interrogatório pelo DOPS. No mesmo dia e no mesmo local, suicidou-se Astrogildo Pascoal Viana, dirigente comunista e líder do Sindicato dos Portuários de Manaus. Mas os jornais nada publicaram.

Seria apenas em 1966 que a morte de um preso político despertaria atenções gerais: no dia 24 de agosto desse ano, foi encontrado boiando nas águas do rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, o ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares, que havia sido preso três meses antes. Seu corpo apresentava marcas de tortura, mas, inicialmente, as autoridades negaram que ele estivesse preso. O *Jornal do Brasil*, edição de 4 de setembro, entretanto, publicaria carta do ex-sargento à sua esposa, datada de 25 de junho, na qual ele inclusive antevia a morte: "Que mais posso temer? (...) Não foi necessário demonstrar que não tenho medo da morte (...) O tempo dirá..."



Frei Tito: morte em Paris

Ao que tudo indica, os carcereiros de Manoel Raimundo levaram-no até o Guaíba para simular um afogamento, técnica de tortura em uso no Rio Grande. Mas a simulação foi longe demais. A morte do ex-sargento levou a Assembléia Legislativa gaúcha a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que, segundo o *Jornal do Brasil* de 17 de junho de 1967, apontou como responsáveis o então coronel Washington Bermudez, secretário de Segurança Pública, o coronel Mena Barreto e os delegados de polícia José Morsh e Itamar Ferreira de Souza. Não houve punições.

A escalada. De 1966 a 1968, o número de casos de mortes por torturas, segundo o dossiê dos exilados, foi de quatro nesses quatro anos – à média,

UDESC - FAED - IDCH

portanto, de um por ano. Em 1969, começou a escalada: 7 casos. No ano seguinte seriam 11, 25 em 1971, 18 em 1972 e 16 em 1973.

Raros desses episódios puderam ser tão exaustivamente apurados como o de Manoel Raimundo Soares. As autoridades policiais-militares atribuíam as mortes a "intensos tiroteios" entre terroristas e os organismos de segurança (caso, por exemplo, de Eduardo Leite), a "atropelamentos" durante tentativa de fuga (caso de Alexandre Vannuchi Leme) ou à "resistência" à prisão.

Há, de qualquer modo, depoimentos copiosos que destroem a maioria dessas versões. Tomemos a história de Eduardo Leite, provavelmente exemplar. Ele foi preso na Guanabara, no dia 21 de agosto de 1970. Foi torturado lá mesmo, transferido para o 41º Distrito Policial (bairro de Vila Rica, SP), voltou à Guanabara e permaneceu em cárceres privados até os primeiros dias de setembro. Sempre sob torturas, entre as quais a aplicação do chamado soro da verdade (pentotal sódico). Na segunda quinzena de setembro, voltou a São Paulo, agora para as instalações da Operação Bandeirantes, de onde passou para o DEOPS em outubro. No DEOPS, ficou na cela nº 4 do chamado *fundão*, estreito corredor com quatro pequenas celas, totalmente isolado. No dia 23 de outubro, morre Joaquim Câmara Ferreira, um dos líderes da guerrilha urbana. Alguns jornais do dia seguinte noticiam que fora Eduardo Leite quem, levado pelos policiais, o apontara na rua e, aproveitando-se da confusão, fugira. Os sessenta presos então recolhidos ao DEOPS, entretanto, eram testemulhas de que: 1) Eduardo não saíra de sua cela; 2) estava incapacitado de locomover-se, em conseqüência das torturas. Tinha as pernas semiparalisadas e estava extremamente debilitado.

Ficou evidente aos presos que se tramava a morte de Eduardo Leite, suspeita que aumentou depois de um completo remanejamento dos detidos, de modo a deixar vazia a cela nº 1, com porta de aço blindada e localização estratégica: em frente à carceragem, fora do ângulo de visão das demais celas. Essa cela teve, em seguida, suas dobradiças e trincos lubrificados. Para ela foi transferido Eduardo Leite, no dia 25.

Os sessenta presos resolveram, então, montar plantão permanente, para denunciar e tentar evitar a remoção de Eduardo. Mas, aos 50 minutos de 27 de outubro, ele foi retirado da cela 1, para "novo interrogatório", conforme ele próprio gritou aos demais presos. Durante quinze minutos, os presos bateram utensílios, sapatos etcétera, procurando impedir a remoção. Inutilmente.

No dia 8 de dezembro, os jornais anunciaram a morte de Eduardo Leite, em "tiroteio" na cidade paulista de São Sebastião. O corpo foi entregue à sua esposa, Denise Crispim, que verificou que o cadáver tinha as orelhas decepadas, os olhos vazados, os dentes arrancados. No intervalo de 43 dias entre a retirada de Eduardo do DEOPS e a sua morte, as roupas que deixara na cela 1 foram divididas entre seus companheiros de prisão. Denise recebeu de volta um par de sapatos de bebê, que ela mesmo dera a Eduardo, quando do nascimento da filha de ambos.

Atestados. Em outros casos, os atestados de óbito, devidamente assinados pelos médicos do Instituto Médico Legal, eram em si provas evidentes de que a vítima fora torturada até a morte. O do estudante Chael Charles Schreier, por exemplo, dá como *causa mortis* "contusão abdominal com ruptura do mesocólon transverso e do mesentério, com hemorragia interna". Chael fora preso no dia 21 de novembro de 1969 e levado ao QG da Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro. Ele morreu na noite daquele mesmo dia. Seu corpo só foi entregue à família quatro dias depois, embalsamado e em caixão lacrado.



Eduardo Leite: uma história de horror

Mais detalhado ainda é o laudo cadavérico do operário Olavo Hansen, preso em São Paulo, no dia 1º de maio de 1970, levado ao DEOPS e torturado de 6 a 8 de maio, quando foi encaminhado ao Hospital Militar do Cambuci, morrendo antes de receber os primeiros socorros. O laudo cadavérico levou o então líder do MDB, deputado Oscar Pedroso Horta, a dizer, da tribuna da Câmara: "As lesões encontradas no cadáver provam que Olavo Hansen, ainda vivo, foi submetido ao pau-de-arara, despido, amarrado pelos braços e pelas pernas a uma barra de ferro. A autópsia determinou que a morte foi produzida por um veneno comercialmente denominado *Paration*, um inseticida violento que, ao alcançar o sangue, se localiza nos rins e, como se vê do próprio laudo médico, provoca pielonefrite aguda".

O inquérito aberto para apurar as circunstâncias da morte foi arquivado, seguindo-se o parecer do procurador Durval Ayrton de Moura Araújo, que pedira o arquivamento "por não ter ficado apurado que a morte tenha sido causada por crime ou que tenha sido responsabilidade de terceiros".

Outro episódio em que a versão da polícia não confere com os elementos colhidos pela família é o de Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de psicologia da USP, presa na Guanabara, no dia 10 de novembro de 1972. No dia seguinte, os jornais anunciam a sua morte, conseqüência de tiroteio ocorrido entre seus companheiros e os policiais, os quais ela teria levado a um suposto ponto de encontro. Devolvido o corpo aos familiares, estes e seus advogados constataram marcas de torturas, entre as quais um afundamento de dois centímetros na região frontal da cabeça, indicativo do uso do chamado torniquete, um dos mais dolorosos métodos de tortura. Não foram encontradas, entretanto, perfurações provocadas por arma de fogo.

Balanço: 178. As histórias dos 81 presos políticos mortos sob tortura não diferem, basicamente, das relatadas. A partir de 1974, entretanto, não houve denúncias relativas a novos casos. Ocorreram, entretanto, as mortes, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, por suicídio, segundo a versão oficial, amplamente contestada, até porque a maior parte da imprensa já tivera levantada a censura, e ambos os casos puderam ser abundantemente noticiados.

Com as três mortes ocorridas na invasão de uma casa na Lapa (SP), onde estaria reunido o PC do B, mais os dois supostos suicídios, o número total de mortos se elevaria a 178. Segundo o levantamento dos exilados brasileiros, 81 morreram sob tortura, 10 foram fuzilados (ou seja, mortos antes mesmos de receberem voz de prisão), 67 morreram em combate, houve 7 casos de suicídio e 1 de envenenamento. Para outros 14 casos, não há indicação da causa da morte.

UDESC - FAED - IDCH

DOSSIÊ DA REPRESSÃO

Três siglas, o universo do medo

Como funciona a máquina de repressão montada em 1969

OBAN, primeiro, DOI-CODI, depois. Essas três siglas transformaram-se, ao longo dos últimos oito anos, em palavras temidas, ditas quase sempre em voz baixa. Foram esses três organismos que, a partir de 1969, assumiram o comando das operações repressivas, particularmente em São Paulo.

A OBAN – Operação Bandeirantes – surgiu primeiro, aparentemente como estrutura informal. Vivia-se, então, o clima da chamada guerra revolucionária, que levava, por exemplo, à distribuição farta de folhetos no Estádio do Morumbi (SP), contendo, de um lado, a letra do Hino Nacional, do outro, dez mandamentos que pediam: "Aprenda a gravar na memória os detalhes característicos das pessoas que encontre em cafés, cinemas, lojas, residências; (...) sempre que apanhe uma linha cruzada no telefone, ouça a conversa e transmita-a, se necessário, ao quartel ou delegacia mais próximos. As autoridades lhe darão todas as garantias, inclusive a de anonimato; quando tiver um novo vizinho no seu edifício ou quarteirão, avise imediatamente a polícia ou quartel mais próximo!"

É verdade que o aparelho de segurança do Estado já era, então, bastante amplo. Mas os organismos existentes ou funcionavam isoladamente, com arquivos próprios e disputas entre si, ou mantinham – como o DEOPS e as polícias civil e militar – uma estrutura burocrática, com plantões de fim de semana, recursos insuficientes, elementos mal-preparados.

É nesse contexto que surge a OBAN, unificando os serviços. Tudo indica que seu primeiro QG foi o quartel do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado, o REC–MEC, de São Paulo. Mas também o próprio quartel-general do II Exército chegou a ser utilizado, como testemunha o padre-operário Antônio Soligo, preso a 10 de fevereiro de 1969: "Prenderam-me na rua e levaram-me ao quartel-general do II Exército, onde encontrei outros operários desaparecidos, todos barbaramente golpeados".

Tutóia, 921. Em janeiro de 1970, no entanto, cumprida sua função de organismo-piloto, a OBAN deu lugar ao DOI-CODI e a um endereço que se tornou temido em São Paulo: rua Tutóia, 921, bairro do Paraíso, sede do 36º Distrito Policial – e, a partir de então, centro nervoso da repressão em São Paulo.

O CODI é oficialmente subordinado ao comando do Exército da área em que atua, diretamente vinculado à Segunda Seção (S-2). Coordena a atuação dos três Centros de Informação das Forças Armadas (Cenimar, Centro de Informações da Marinha; Ciex, Centro de Informações do Exército; e Cisa, Centro de Informações da Aeronáutica). E mantém vínculos com todos os demais organismos policiais e militares. Seu braço executivo é o Destacamento de Operações Internas (DOI).

O CODI de São Paulo parece ter servido de modelo aos demais, mas esse organismo não chegou a ser criado em todos os Estados. Ele funciona, além de São Paulo, na Guanabara, em Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em alguns outros Estados há o DOI (vários DOIs podem estar subordinados a um único CODI), ou, então, o organismo centralizador vale-se mesmo da Polícia Federal ou das polícias estaduais para as suas missões.

Três turmas. O número de homens do DOI-CODI varia de Estado para Estado, mas, aparentemente, os organismos mais bem-aparelhados dispõem de cerca de 250 elementos, divididos em três equipes básicas (de análise de informações, de busca e de interrogatório). As duas últimas turmas trabalham em sistema de revezamento: 24 horas de trabalho por 48 de descanso. O comandante e o subcomandante são sempre oficiais do Exército.

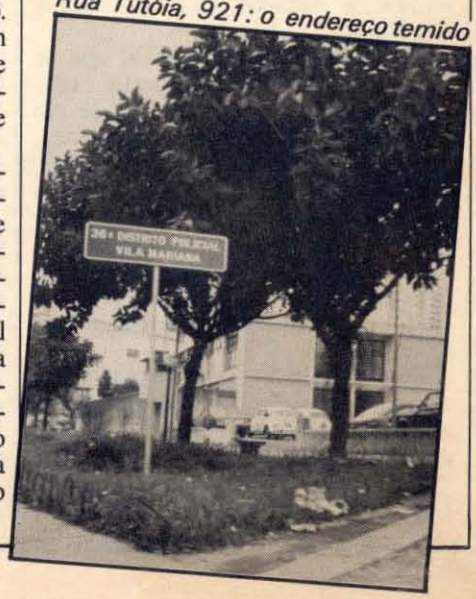
Toda essa máquina – a partir da aparentemente informal Operação Bandeirantes – tornou-se extraordinariamente poderosa com o passar dos anos. O reconhecimento das mais altas autoridades não faltou aos homens que estiveram na origem do sistema: o general José Canavarro Pereira, estruturador da OBAN quando comandante do II Exército, recebeu a Ordem do Mérito Militar, como reconhecimento do governo federal "à ação realizada por essa grande unidade militar na preparação da tropa e na luta contra a subversão". O falecido general Vicente de Paula Dale Coutinho, que viria a ser o primeiro ministro do Exército do governo Geisel, prestou, em julho de 1970, no dia do aniversário do general Canavarro, calorosa homenagem ao então comandante por ter estruturado a Operação Bandeirantes, "instrumento sem par da luta contra a subversão".

Punição, promoção. E as denúncias de torturas? Raramente foram levadas a sério. Condenações por prática de tortura, há o caso de cinco oficiais do 1º Batalhão de Infantaria Blindada, de Barra Mansa (RJ), e mais dois policiais da cidade, acusados de matarem, sob tortura, quatro soldados. A condenação foi em janeiro de 1973, menos de dois anos depois de ter sido arquivado inquérito em que oficiais do mesmo BIB eram acusados – pelo bispo Valdir Calheiros e mais onze sacerdotes – de praticarem torturas em presos políticos.

Punição, há a do general Ednardo d'Ávila Mello, comandante do II Exército, após a morte de Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. É verdade que, oficialmente, não se vinculou um fato ao outro, mas como explicar o súbito afastamento do general senão como conseqüência do ocorrido?

Existem, entretanto, acusados que não apenas não foram punidos como obtiveram até promoção: o coronel Washington Bermudez, que uma CPI da Assembléia gaúcha responsabilizou, ao lado de outros militares e policiais, pela morte do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, é hoje chefe de gabinete do vice-presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos. E o delegado Sérgio Paranhos Fleury, citado 86 vezes no relatório de 1972 da Anistia Internacional como responsável direto por torturas a presos, é delegado-geral da polícia de São Paulo – seu chefe, portanto.

Rua Tutóia, 921: o endereço temido



UDESC - FAED - IDCH

011 | FALCÃO menciona 27 nome: o paradeiro de cada um. **O Estado de S. Paulo**. 7 de fevereiro, 1975.

12 — O ESTADO DE S. PAULO — SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 1975

Falcão menciona 27 nomes

O paradeiro de cada um

E' a seguinte a íntegra da nota oficial do Ministério da Justiça:

"O Ministério da Justiça, em face de notícias recentemente divulgadas pela imprensa, inclusive no Exterior, e de apelos dirigidos às autoridades para localização de pessoas apontadas como desaparecidas, na sua quase totalidade vinculadas à subversão, torna públicos, a respeito, os seguintes dados constantes dos registros dos órgãos de segurança e informações:

Caiuby Alves de Castro. Filho de Mariano Alves de Castro e de Leopoldina Ribeiro de Castro, nascido a 16 de agosto de 1923, bancário aposentado. Militante comunista. Detido pelo DOPS-GB, em maio de 1963, participando de agitações de rua, foi posto em liberdade após prestar declarações, em 6 de maio de 1968.

David Capistrano de Costa. Filho de José Capistrano da Costa e de Cristina de Araujo Cirila, nascido a 16 de novembro de 1913, no Ceará. Membro efetivo do comitê central do Partido Comunista Brasileiro — PCB —, condenado pela Justiça. Foragido em Praga — Checoslovaquia, trabalhando na "Revista Internacional", órgão de agitação do movimento comunista internacional.

Eduardo Collier Filho. Filho de Eduardo Collier e Risoleta Meira Collier, nascido a 5 de dezembro de 1948, em Recife-Pernambuco. Militante da organização subversiva-terrorista "Ação Popular Marxista-Leninista — APML". Elemento de cupula da organização, encontra-se foragido, existindo mandado de prisão contra o mesmo, da 1.a Auditoria da 2.a CJM.

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira. Filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e de Elzita Santa Cruz Oliveira. Militante da organização subversivo-terrorista "Ação Popular Marxista-Leninista — APML". E' procurado pelos órgãos de segurança e encontra-se na clandestinidade.

Fernando Augusto Fiuza de Melo. Filho de Bernardino Bastos Fiuza de Melo e de Orlandina Carneiro Fiuza de Melo, nascido a 24 de abril de 1945, em Belém do Pará. Militante do "Partido Comunista do Brasil — PC do B". Foi preso por atividades subversivas, em 26 de abril de 1974, no Maranhão, tendo sido posto em liberdade em 13 de novembro de 1974. Responde a processo na área do IV Exército.

Honestino Monteiro Guimarães. Filho de Benedito Monteiro Guimarães e de Maria Rosa Leite Monteiro, nascido a 23 de março de 1947, em Itaboraí-Goiás. Militante da "Ação Popular", sendo um dos seus dirigentes e possuindo um visto registro de atividades subversivas. Foi condenado pela auditoria da 12.a CJM a dois anos de reclusão, em 1972; encontra-se foragido.

Huberto Albuquerque Camara Neto. Filho de Roberto Alves Camara e de Marilene de Sá Leitão Camara, nascido a 23 de maio de 1947, em Campina Grande-Paraiba. Militante da "Ação Popular Marxista-Leninista — AML". Integrante da direção do "Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR". Encontra-se na clandestinidade.

Issami Nakamura Okano. Filho de Hideo Okano e de Sadae Nakamura, nascido a 23 de novembro de 1945, em Cravinhos — São Paulo. Militante da organização terrorista "Vanguarda Armada Revolucionária Palmares — VAR — Palmares". Condenado a dois anos de prisão pela 2.a CJM, em 1971. Encontra-se foragido.

João Batista Rita Pereda Filho de Graciliano Miguel dita e Aracy Pereira Rita, nascido a 24 de junho de 1948, em Braço Norte — Santa Catarina. Foi banido em 13 de janeiro de 1971 e viajou para o Chile em troca da libertação do embaixador da Suiça, sequestrado por terroristas. A 12 de dezembro de 1973 seu nome foi citado pela Rádio Guaiba de Porto Alegre, como sendo um dos quatro guerrilheiros mortos em combate contra forças militares na Bolívia.

João Massena de Melo. Filho de Sebastião Massena Melo e de Olimpia Melo Maciel, nascido a 16 de agosto de 1919, em Pernambuco. Membro do comitê central do Partido Comunista Brasileiro — PCB —, atualmente cooptado pelo "comitê estadual", do PCB em São Paulo. Seu destino é ignorado.

Joaquim Pires Cerveira. Filho de Marcelo Pires e Auricela Goulart Cerveira, nascido a 14 de dezembro de 1923, em Santa Maria — Rio Grande do Sul. Chefe da "Frente de Libertação Nacional — FLN"; foi banido do território nacional em 15 de junho de 1970 e viajou para a Argélia, em troca da libertação do embaixador da Alemanha, sequestrado por grupos terroristas na Guanabara.

Luiz Inácio Maranhão Filho. Filho de Luiz Inácio Maranhão e de Maria Saolome Carvalho Maranhão, nascido a 25 de janeiro de 1921, em Natal — Rio Grande do Norte. Em 1964 esteve em Cuba, juntamente com Francisco Julião, a convite de Fidel Castro. Participou, ativamente, em 1967, de campanhas contra o Brasil no exterior, particularmente na França, conforme o jornal "L'Humanité" de 23 de janeiro de 1967. Membro efetivo do comitê central do Partido Comunista Brasileiro — PCB. Encontra-se foragido e com mandado de prisão preventiva expedido, em 1971, pela 2.a Auditoria da Marinha.

Maria da Conceição Sarmento Coelho da Paz. Filha de Lídio de Barros Sarmento, nascida a 8 de dezembro de 1920, em União dos Palmares — Alagoas. Militante do grupo terrorista "Ação Libertadora Nacional — ALN", a serviço do qual viajou para Cuba, onde realizou um curso de guerrilha. Foi presa, em 3 de junho de 1974, encaminhada ao DOPS-SP, em 24 de junho, sendo libertada em 25 de julho de 1974.

Maria Margarida da Rocha Melo. Filha de Wilson Rodrigues da Rocha e de Elvira Shering da Rocha, nascida a 22 de fevereiro de 1945, em Belém do Pará, esposa do subversivo Fernando Augusto Fiuza de Melo, militante do PC do B. Esteve presa, juntamente com o marido, por atividades subversivas. Libertada em 23 de setembro de 1974, responde a processo na área do IV Exército.

Maria Nilde Mascelani. Filha de Tito Pedro Mascelani e Margarida Swoboda, nascida a 3 de abril de 1931, em São Paulo. Demitida, por atividades subversivas, do Curso de Coordenadoria Geral do Ensino Vocacional em São Paulo. Foi presa por ter sido indiciada em inquérito policial instaurado pelo DOPS-SP. Foi posta em liberdade em 20 de março de 1974, pela 2.a Auditoria Militar.

Messias de Araujo Pontes. Filho de Vicente Araujo Pontes e de Georgina Arruda Pontes, nascido a 18 de abril de 1947, em Fortaleza-Ceará. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil — APML do B. Foi preso no Ceará no dia 3 de junho de 1974, estando em liberdade desde 18 de setembro de 1974.

Paulo Israel Singer. Filho de Arthur Singer e de Carolina Singer, nascido a 24 de março de 1932, na Austria, naturalizado brasileiro. Detido em São Paulo no dia 19 de setembro de 1974, para averiguações, suspeito de ser elemento de ligação com o exterior do Movimento Comunista Internacional — MCI. Foi posto em liberdade no dia 24 de setembro de 74.

Paulo Stuart Weight. Filho de Latham Ephrain Wright e Maggie Belli Wright, nascido a 2 de junho de 1933, em Joaçaba — Santa Catarina. Militante da "Ação Marxista-Leninista — APML", com curso de guerrilha em Cuba e capacitação política na Academia Militar de Pequim — China. Condenado pela Justiça Militar, encontra-se foragido, existindo mandado de prisão expedido pela 1.a Auditoria da 2.a CJM em 13 de março de 74.

Paulo de Tarso Celestino da Silva. Filho de Pedro Celestino da Silva Filho e de Zuleika Borges Pereira Celestino, nascido a 26 de maio de 1944, em Morrinhos — Goiás. Militante da organização terrorista "Ação Libertadora Nacional — ALN", com curso de guerrilha em Cuba. Seu destino é ignorado.

Rui Frazão Soares. Filho de Mario da Silva Soares e de Alice Frazão Soares, nascido no Maranhão. Elemento da "direção nacional" da associação terrorista "Ação Popular Marxista-Leninista — APML" e membro do seu "comitê central", com curso de capacitação política da Academia Militar de Pequim — China. Seu destino é ignorado.

Tomás Antonio da Silva Meireles Neto. Filho de Togo Meireles e de Maria Garcia Meireles, nascido a 1.o de julho de 1937 em Parintins — Amazonia. Militante da "Ação Libertadora Nacional — ALN", condenado pela 2.a Auditoria da Aeronautica, em 1972, a três anos e seis meses de reclusão, tendo o STM reduzido sua pena para um ano de detenção. Posto em liberdade, seu destino é ignorado.

Valter de Souza Ribeiro. Filho de Benedito Ribeiro e de Natalicia Alves Ribeiro, nascido a 24 de setembro de 1924, em Minas Gerais. Ex-oficial do Exército, expulso, por atividades subversivas, como indigno para o oficialato. Membro do "comitê estadual" do Partido Comunista Brasileiro — PCB —, em São Paulo. Há um mandado de prisão expedido pela 2.a Auditoria da 2.a CJM em 1970. Encontra-se foragido.

Wilson Silva. Sem dados de qualificação. Redator do jornal comunista "Voz Operaria". Assinou artigos publicados nas edições de agosto e setembro de 1974, nos quais se refere a fatos transcorridos em maio e setembro e cita trechos de artigos publicados em junho e julho do mesmo ano. Dedicava-se, portanto, à pratica de atividades subversivas, clandestinas, na época em que é apontado como desaparecido.

Nenhum registro foi encontrado sobre: José Roman, Ana Rosa Kucinski, esposa de Wilson Silva, Ieda Rosa Delgado, e Fernando Antonio da Silva Meireles Neto. Brasília, 6 de fevereiro de 1975. A. Falcão".

UDESC - FAED - IDCH

012 | 05 23 DESAPARECIDOS que constam da lista enviada pelo cardeal. **Folha de S. Paulo,** 30 de mar. de 1978.

"Não peço sua interferência, mas acredito que o senhor deva ser informado"

Os 23 desaparecidos que constam da lista enviada pelo cardeal

Esta é a lista de 23 desaparecidos que d. Paulo Evaristo Arns enviou a Jimmy Carter em 29 de outubro de 1977:

1 — RUBENS BEYRODT PAIVA, nascido em 26 de dezembro de 1929, filho de Jayme Almeida Paiva e de Aracy Beirodt Paiva. Engenheiro civil e deputado federal por São Paulo, eleito em 1962 e cassado em 1964. Preso em sua residência no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1971. Foi visto por testemunha nos dias 22 e 23 de janeiro de 1971 no DOI-CODI do I Exército.

2 — PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA, nascido em 26 de maio de 1944 em Morrinhos — Goiás, filho de Pedro Celestino da Silva Filho e Zuleika Borges Pereira Celestino. Advogado, formado pela Universidade de Brasília em 1967. Foi preso em 23 ou 24 de julho de 1971, na cidade do Rio de Janeiro, e levado para o DOI-CODI do I Exército. Desde então, desaparecido.

3 — ISIS DIAS DE OLIVEIRA, nascida em 29 de agosto de 1941 em São Paulo, filha de Edmundo Dias de Oliveira e Felícia Nardini de Oliveira, estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Foi presa em 31 de janeiro de 1972 no Rio de Janeiro. Desde então, encontra-se desaparecida.

4 — PAULO STUART WRIGHT, nascido em 02 de julho de 1933, na cidade de Joaçaba — Santa Catarina, filho de Latham Ephraim Wright e Maggie Belle Wright. Foi deputado estadual no estado de Santa Catarina. Cassado em 1964. Encontra-se desaparecido desde a primeira semana do mês de setembro de 1973 em São Paulo. Existe testemunha que afirmou tê-lo visto preso nas dependências do DOI-CODI do II Exército. É cidadão com dupla nacionalidade, brasileira e norte-americana.

5 — HUMBERTO ALBUQUERQUE CÂMARA NETO, nascido em 28 de maio de 1947 em Campina Grande — Paraíba, filho de Roberto Alves Câmara e Marilene de Sá Leitão Câmara. Membro da União Nacional dos Estudantes. Encontra-se desaparecido desde 08 de outubro de 1973. Foi preso na cidade do Rio de Janeiro quando saía de seu trabalho para o almoço.

6 — HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES, nascido em 28 de março de 1947 em Itaboral — Goiás, filho de Benedito Monteiro Guimarães e Maria Rosa Leite Monteiro. Geólogo, formado pela Universidade de Brasília. Líder estudantil, foi presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília em 1968, e diretor da União Nacional dos Estudantes em 1969. Encontra-se desaparecido desde 08 de novembro de 1973, quando foi preso na cidade do Rio de Janeiro.

7 — CAYBI ALVES DE CASTRO, nascido em 16 de agosto de 1928, filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. Bancário aposentado. Preso em Copacabana — Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1973, e desde então desaparecido.

8 — JOÃO BATISTA RITA PEREDA, nascido em 24 de junho de 1948 em Santa Catarina, filho de Graciliano Miguel Rita e Araci Pereira Rita, preso dia 05 de dezembro de 1973, em território argentino, tendo sido visto em 12 e 13 de janeiro de 1974 no DOI—CODI do I Exército, na companhia de Joaquim Pires Cerveira.

9 — JOAQUIM PIRES CERVEIRA, nascido em 14 de dezembro de 1923 no Rio Grande do Sul, filho de Marcelo Pires e Auricéia Goulart Cerveira. Casado com Maria de Lourdes Pires Cerveira. Major de Exército Brasileiro, reformado pelo Ato Institucional n.º 1 em 1964. Foi deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Foi preso nos primeiros dias de dezembro de 1973 em Buenos Aires. Segundo informações colhidas pelo Alto Comissariado da ONU em Buenos Aires, existem provas de que o sequestro foi realizado por oficiais brasileiros. Há notícia de que nos dias 12 e 13 de janeiro de 1974 Cerveira encontrava-se no DOI—CODI do I Exército no Rio de Janeiro. Desde então, encontra-se desaparecido.

10 — FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santa Cruz Oliveira. Casado com Ana Lima Santa Cruz. Vinte e cinco anos, estudante de Direito, funcionário do Departamento de Águas e Esgotos. Foi preso em 23 de fevereiro de 1974 na cidade do Rio de Janeiro. Desaparecido.

11 — EDUARDO COLLIER FILHO, nascido em 05 de dezembro de 1948 em Recife — Pernambuco, filho de Eduardo Collier e Risoleta Meira Collier. Estudante de Direito. Preso e desaparecido em 23 de fevereiro de 1974 na Guanabara, na rua Prado Júnior, em Copacabana, na companhia de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira.

12 — JOÃO MASSENA MELLO, nascido em 16 de agosto de 1919 em Pernambuco, filho de Sebastião Massena de Mello e Olímpia Mello Maciel. Metalúrgico e ex-deputado estadual pela Guanabara. Preso no dia 03 de abril de 1974 em São Paulo e desde então desaparecido. Anteriormente fora preso por motivos políticos no período de 1970 até 1973, quando foi solto por falta de provas.

13 — LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO, nascido em 25 de janeiro de 1921 em Natal — Rio Grande do Norte, filho de Luiz Ignácio Maranhão e Maria Salomé de Carvalho Maranhão. Casado com Odete Rosseli Garcia Maranhão. Jornalista e advogado, professor da Universidade do Rio Grande do Norte. Preso no dia 03 de abril de 1974 em São Paulo e desde então desaparecido.

14 — WALTER DE SOUZA RIBEIRO, nascido em 24 de setembro de 1924 em Minas Gerais, filho de Benedito Ribeiro e Maria Natalícia Alves Ribeiro. Casado, ex-militar e jornalista. Foi preso em 03 de abril de 1974 em São Paulo, e nunca mais foi encontrado.

15 — IEDA SANTOS DELGADO, advogada, presa em 18 de abril de 1974 no trajeto Rio/São Paulo, quando vinha visitar familiares por ocasião da semana santa. Desde então, desaparecida.

16 — DAVID CAPISTRANO DA COSTA, nascido em 16 de novembro de 1913 no Ceará filho de José Capistrano da Costa e Cristina de Araújo Cirila, jornalista e ex-deputado estadual em Pernambuco. Preso no dia 19 de abril de 1974 quando viajava para São Paulo, proveniente de Uruguaiana na companhia de José Roman. Desde então,desaparecido.

17 — JOSÉ ROMAN, corretor de imoveis, 55 anos, casado. Preso em 19 de abril de 1974 no trajeto rodoviário que liga o Rio Grande do Sul a São Paulo. Desde então, desaparecido.

18 — WILSON SILVA, nascido em 21 de abril de 1942 em São Paulo, filho de João Silva e Ligia Villaça, casado com Ana Rosa Kucinski. Fisicc formado pela Universidade de São Paulo, desaparecido em 22 de abril de 1974.

19 — ANA ROSA KUCINSKI, nascida em 12 de janeiro de 1942 em São Paulo, filha de Majer Kucinski e Esther Kucinski, casada. Professora doutora do Departamento de Química da Universidade de São Paulo, onde trabalhava. Foi presa no dia 22 de abril de 1974 em São Paulo juntamente com seu marido Wilson Silva.

20 — TOMAS ANTONIO DA SILVA MEIRELES NETO, nascido em 1.º de junho de 1937 em Parintins, Amazonas, filho de Togo Meireles e Maria Garcia Meireles. Sociólogo formado pela Universidade Central de Moscou. Condenado pela Lei de Segurança Nacional. Foi libertado na primeira semana de dezembro de 1972. Foi preso no dia 7 de maio de 1974 no percurso rodoviário entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Desde então, desaparecido.

21 — ISSAMI NAKAMURA OKAMO, nascido em 5 de fevereiro de 1945 em Cravinhos, São Paulo, filho de Hideo Okamo e Sadae Nakamura. Estudante de Química da Universidade de São Paulo. Foi preso no dia 14 de maio de 1974 em São Paulo e desde então, desaparecido. Cumprira anteriormente, condenação por motivos políticos.

22 — RUI FRASÃO SOARES, natural do Maranhão, filho de Mario da Silva Soares e Alice Frasão Soares, estudante de engenharia da Universidade de Pernambuco. Foi preso no dia 27 de maio de 1974 por elementos da Polícia Federal na feira livre de Petrolina, na presença de várias testemunhas. Foi removido para local ignorado. Encontra-se desaparecido.

23 — JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA, de qualificação ignorada, pertencia à Juventude Democrática do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), preso no dia 29 de setembro de 1975 na rua. Desde então, desaparecido.

Há mais casos

Advogados ligados à Arquidiocese paulista continuaram suas pesquisas a respeito de pessoas desaparecidas devido ao seu suposto envolvimento político.

Estes são os 15 casos:

1 — VIRGILIO GOMES DA SILVA, operário. Desaparecido desde o dia 29 de setembro de 1969, em São Paulo.

2 — MARIO ALVES VIEIRA DE SOUZA, ex-deputado. Desaparecido entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1970.

3 — JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA, nascido em Salvador, em 1938. Casado. Pai de quatro filhos. Engenheiro eletricista. Desaparecido desde outubro de 1970. Consta que foi visto por testemunhas no DOI-CODI do I Exército, no Rio de Janeiro.

4 — STUART EDGARD ANGEL JONES, estudante, desaparecido desde 14 de maio de 1971, no Rio de Janeiro.

5 — ALOISIO PALHANO, desaparecido desde maio de 1971, em São Paulo.

6 — LUIS DE ALMEIDA ARAUJO, desaparecido desde junho de 1971, em São Paulo.

7 — HELENI TELES GUARIBA, estudante, filha de Pascoina Alves Ferreira, desaparecida desde 13 de julho de 1971, no Rio de Janeiro.

8 — AYLTON ADALBERTO MORTATI, estudante de Direito do Mackenzie, Oficial do Exército. Desaparecido desde 4 de novembro de 1971, em São Paulo.

9 — ANTONIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA, nascido em 1950. Estudante. Desaparecido desde 29 de março de 1972, no Rio de Janeiro.

10 — LUIS EURICO TEJERA LISBOA, nascido em 1948. Casado. Desaparecido desde fim de agosto e início de setembro de 1972.

11 — HIRAN LIMA PEREIRA, casado. Desaparecido desde janeiro de 1975.

12 — ELZA ROCHA MIRANDA, desaparecida desde 16 de fevereiro de 1975, no Rio de Janeiro.

13 — JAIME AMORIM MIRANDA, nascido em 1923. Jornalista. Desaparecido desde 18 de fevereiro de 1975, no Rio de Janeiro.

14 — ITAIR JOSE VELOSO, secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, desaparecido desde 22 de maio de 1975, no Rio.

15 — ORLANDO BONFIM JUNIOR, jornalista e advogado. Desaparecido desde 8 de outubro De 1975, no Rio de Janeiro.

Americano-brasileiro

Advogados ligados à Arquidiocese paulista continuaram suas pesquisas a respeito de pessoas desaparecidas devido ao seu suposto envolvimento político.

Segundo versão de sua família, o outro cidadão americano-brasileiro desaparecido, é o estudante Stuart Angel Jones, sequestrado por agentes de segurança no dia 14 de maio de 1971 e levado para o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), na base aérea do Galeão. Stuart foi submetido a torturas durante todo o dia e morreu na madrugada do dia 15, por envenenamento de monóxido de carbono, depois de ter sido amarrado a um carro e arrastado no pátio do Cisa durante horas, aspirando os gases de escapamento do veículo.

As circunstâncias da morte de Stuart foram assim relatadas por outro estudante preso, Alex Polari de Alverga, que presenciou o fato. Em carta à mãe de Stuart, a figurinista Zuzu Angel, Alex relatou como conseguiu ver de uma janela de sua cela as torturas e a morte de Stuart. Baseada nesta carta (que foi incluída no livro "Governos Militares", 20.º volume da série "História da República Brasileira", do historiador Hélio Silva) e em outras evidências, Zuzu levou as denuncias sobre a morte de seu filho até o senador norte-americano Edward Kennedy, que discutiu o caso no Congresso dos EUA (Stuart tinha dupla cidadania por ter pai norte-americano).

A IIIZona Aérea, a que estava afeita ao Cisa, era comandada nesta época pelo brigadeiro João Paulo Penido Burnier e o Cisa pelo brigadeiro Afonso Dellamora. O afastamento desses cargos, e posterior passagem para a reserva, dos dois brigadeiros e do próprio ministro da Aeronáutica, Marcio Souza e Melo, em 1971, foram atribuídos às pressões norte-americanas pelo caso Stuart Jones.

Em 1976, quando o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger esteve no Brasil, Zuzu Angel entregou-lhe uma carta pessoal, uma tradução da carta de Alex e um exemplar do livro de Hélio Silva.

Depois de receber várias ameaças de morte pelo telefone, Zuzu morreu em desastre automobilístico considerado "suspeito" por seus amigos e pelo próprio historiador Hélio Silva, a quem ela havia entregue um arquivo pessoal sobre o caso para ser divulgado caso "lhe acontecesse alguma coisa". Alex Polari de Alvarenga atualmente cumpre pena de prisão na penitenciária Frei Caneca, no Rio. Stuart Angel Jones foi oficialmente considerado revel, julgado e absolvido pelos tribunais militares.

CARTER NO BRASIL

Ulisses teria encontro no ano passado

RIO (Sucursal) - Se o presidente Jimmy Carter não tivesse cancelado a visita ao Brasil no fim do ano passado, teria mantido entrevista não oficial com o deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, e com o senador Magalhães Pinto, já então muito empenhado em sua campanha pela presidência da República.

A informação foi prestada ontem no Rio por fonte ligada aos meios diplomáticos norte-americanos, segundo a qual um dos que não estavam incluídos na lista de pessoas a serem convidadas era o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales. Naquela época cogitava-se convidar o empresário Cláudio Bardella, que, agora, escusou-se.

Segundo se informou, o deputado Ulisses Guimarães seria convidado mais em razão de, na oportunidade, estar sendo processado, do que por dirigir o partido de oposição. Os demais seriam o presidente da OAB, Raimundo Faoro; o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e o presidente do BNDE, Marcos Vianna, que ultimamente tem feito pronunciamentos que, para esta fonte, tem surpreendido.

Os três foram convidados agora.

DCE da Bahia repudia visita

SALVADOR (Do Correspondente) — "O povo brasileiro e todos os povos que anseiam por liberdade não aceitam regimes que não respeitam a dignidade humana. Por isso, renegamos a visita desse chefe de governo, que ajuda e mantém um outro governo opressor; que se sustenta através das Forças Armadas e da Polícia." Esta afirmação foi feita em nota distribuída ontem, a propósito da visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil, assinada pelo Diretório Central dos Estudantes e mais 10 diretórios acadêmicos da Universidade Federal da Bahia.

O documento diz: "estamos cansados de ser sugados, massacrados e explorados". E de acordo com os estudantes baianos, Carter seria a "expressão maior da exploração e opressão de todo o povo brasileiro". A nota ainda indaga a Carter por que seu governo, que se diz defensor dos direitos humanos, não atende às reivindicações dos "bravos grevistas" mineiros de seu país.

UDESC - FAED - IDCH

013 | LANÇAMENTO do Comitê pela Anistia: obrigar um país inteiro a se calar é o maior crime que se pode cometer. **Folha de Londrina,** Londrina, 14 de maio de 1978. Política pag. 3

Lançamento do Comitê pela Anistia:

Obrigar um país inteiro a se calar é o maior crime que se pode cometer

"O Brasil tem hoje 10 mil exilados políticos; tem, reconhecidos pelo Governo, 200 presos políticos; e tem, ainda, vivos e podendo portanto gozar de seus direitos, 4.870 cidadãos cassados. O Brasil tem, também, 128 cidadãos banidos e 36 desaparecidos.

Tem, ainda, 263 estudantes que, atingidos pelo Decreto 477, não podem mais estudar". Este é um trecho do discurso oficial de lançamento do Comitê Londrinense pela Anistia, proferido em conjunto na noite de ontem na Associação Odontológica do Norte do Paraná por quatro membros da comissão provisória de fundação do Comitê: o advogado Odair Cirine, o jornalista Pedro Paulo Felismino, o escritor Domingos Pellegrini Junior e o professor Vanoly Acosta Fernandes.

Já hoje, às 20 horas, no Colégio Marista, haverá uma reunião com todos os interessados em participar do comitê. Além de serem formadas algumas comissões, serão desenvolvidas discussões sobre como será seu funcionamento. Isso porque a comissão provisória - entendendo que não podia alijar pessoas de Londrina e região "que muito têm a contribuir com a criação do comitê" - não quis dar algo pronto, fechado. "E a reunião de hoje será exatamente para que todos participem da real formação e criação do comitê".

NINGUÉM PODE SER CONDENADO PELA COR DE SUA PELE

No discurso, os membros da comissão provisória lembraram que a partir do momento em que se anunciou a criação do Comitê, várias moções de apoio chegaram dos mais variados pontos do país e até do Exterior , hipotecando solidariedade com o movimento, que visa a anistia ampla, geral e irrestrita e a defesa dos Direitos Humanos. "Essas manifestações - continuaram - vêm demonstrar que a anistia é hoje uma das maiores reivindicações da sociedade brasileira.Neste dia,13 de maio de 1888,o povo negro do Brasil recebia a liberdade. Noventa anos depois, há brasileiros que pedem liberdade de opinião, pois não é crime ter opinião, como nunca foi crime ter a pele negra. Ninguém pode ser condenado pela cor de sua pele ou pelas cores de suas idéias".

Acrescentaram no pronunciamento que isso é a vontade das nossas Constituições desde o começo da República: que todos são iguais perante a lei independentemente de sexo, raça, crenças e convicções."Com base nesse preceito constitucional — e também com base na Declaração Universal dos Direitos do Homem - o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos será aqui lançado". Depois de exporem o número de exilados, presos políticos, cassados, banidos e estudantes atingidos pelo 477 existentes no Brasil, hoje, os membros da comissão acrescentaram que, diante disso, o país tem visto crescer o movimento pela anistia, iniciado há três anos e agora conta com comitês e núcleos em vários Estados "e com a simpatia crescente da opinião pública nacional".

FATOS QUE CHOCAM OS QUE RESPEITAM OS DIREITOS HUMANOS

"Em Londrina continuaram já houve em 75 uma tentativa de se criar um comitê pela anistia. De lá para cá, a cidade vinha apenas assistindo ao crescimento do movimento pela anistia. Ao mesmo tempo, os cidadãos assistiam, aqui em nosso Estado e em nossa cidade, fatos que chocavam a todos que respeitam os direitos humanos". Lembraram então que em meados do ano passado foi proibida uma palestra do jurista Aliomar Baleeiro sobre a Assembléia Constituinte "e os cidadãos de Londrina ficavam com um sentimento de impotência à procura de solução. Finalmente - apenas para citar fatos mais recentes - esse sentimento procurariа solução na criação deste comitê, depois que três universitários de Londrina foram detidos em Belo Horizonte, para onde iam ao Encontro Nacional de Estudantes. Estão hoje, por isso, incursos na Lei de Segurança Nacional. Um professor de Apucarana foi pedir um atestado numa repartição de Curitiba. Acabou sequestrado, desaparecido durante vários dias até reaparecer torturado - como também, mais recentemente, uma professora de Curitiba".

Nesse sentido acrescentaram que logo em seguida, dois estudantes de Apucarana que as famílias julgavam vivos e esperavam foram dados como mortos pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, que lançou uma lista de 157 vítimas fatais de repressão política. A família de um dos dois estudantes quer reaver o corpo para um funeral digno. "Finalmente, cidadãos que cumpriram suas penas por delitos políticos procuraram jornalistas de nossa cidade. Cansados de procurar emprego e receber sempre recusas, causadas pelo preconceito e pelo medo, queriam apelar à opinião pública. Suas famílias estavam passsando necessidade, continuavam cumprindo na fome e na incerteza as penas que os pais já tinham cumprido".

TODOS DE VOLTA ATÉ O NATAL

O Movimento Brasileiro pela Anistia, conforme acrescentaram os membros da comissão provisória - não é de partidos. Não tem donos, deve ser de todos, pois a todos beneficiará na medida em que soma forças para a restauração do Estado de Direito e, através dele, para uma sociedade mais justa e mais humana. "A anistia está sendo oferecida pela sociedade brasileira ao Estado, como forma do Estado iniciar um diálogo com a sociedade. Dar a anistia, eis o passo concreto, a primeira palavra prática e objetiva que os democratas esperam do Estado para que se inicie a redemocratização com a participação de todos os brasileiros".

A anistia, acrescentaram, é ainda um movimento animado por um profundo sentimento cristão pois a anistia é perdão, conforme entenderam os bispos do Brasil reunidos em Itaici. A Igreja olhou para os milhares de brasileiros exilados e lançou o lema: "Todos de volta até o Natal". "Que seja uma anistia ampla, geral e irrestrita. Que sejam libertados os presos para essa festa democrática. Que os cassados recebam, não de presente, mas como condição inalienável, os direitos políticos. E que este comitê funcione como centro de debate e geração de convicções democráticas, antes e depois da anistia. Meditemos, por exemplo: o que é democracia?"

O PROBLEMA DO PÃO

secamente moral e oposto ao totalitarismo amoral e maquiavélico. É o regime em que não se pode dizer, nem pensar que há certas injustiças necessárias; em que não se pode suspender, por algum tempo, os direitos da pessoa humana sob o pretexto de resolver o problema urgentíssimo do pão; em que não se pode alegar que a oposição atrapalha o governo; e em que não se pode dizer, nem pensar, nem sonhar, que o amordaçamento da imprensa e o monopólio do ensino possam trazer algum benefício para o homem.

"Nesse sentido a democracia é definida como política de substância ética, tem o cheiro do homem, o gosto do homem, a imperfeição do homem; tem, como diz Maritain "um certo gosto de miséria".Miséria que deriva de sua própria grandeza.Por isso esse regime parecerá feio, ridículo, humilhante,se comparado ao funcionamento de um computador e é claro que a sociedade assim estruturada vai parecer um feio e bisonho grupo de seres irriquietos e desafinados, se comparada com uma cena de ópera wagneriana. Mas haja o que houver dentro desse fatigante regime, dessa malarrumada sociedade de homens livres, é preciso guardar fidelidade a essa fadiga e a essa fealdade. Haja o que houver, é preciso não esquecer que um homem é um homem".

Acrescentaram ainda os membros da comissão provisória que o bem comum da política democrática é intrinsecamente moral, "isto quer dizer que tem a ininterrupta continuidade do fato moral. Para o totalitarismo, pelo contrário, o bem comum é um resultado que se encontra no termo de uma obra. De um plano quinquenal, por exemplo. Será obtido em certa data, assinado em certa inauguração oficial". Será, portanto, descontínuo e heterogêneo em relação aos dias que passam, às vidas que transcorrem nessa etapa da construção. "Tudo ficará reduzido à condição de meio, de puro intermediário, e o homem que vive hoje, ou que morre hoje, não participará desse bem a ser montado. Nessas condições compreende-se que se possa suspender momentaneamente, por dez, cinco ou cinquenta anos os chamdos direitos do homem. Os homens são sacrificados por uma idéia, por um regime porque a sociedade passa a ser considerada um monte de argila dócil, que se deixa modelar pelos dedos de um escultor inspirado que sonhou como deve ser feita a estátua de um povo".

ANTES, A LIBERDADE E A MORAL, DEPOIS, O PÃO E O LEITE

Conforme acrescentaram, "um homem, tomado isoladamente, pode conseguir um apreciável resultado material, se adotar um pragmatismo que se emancipe da antiga moral de escravos. Pode até morrer no apogeu de sua carreira sem que se veja nenhum sinal de humana ou mesmo divina sanção em sua gloriosa vida. Pelo contrário, as sociedades se praticam imoralismo sistemático e oficial não conseguem atingir o puro sucesso material que planejaram. Em outras palavras, não se pode conseguir para um povo mais leite e mais pão deixando para depois a liberdade e a moral".

O USO DA MENTIRA COMO PRINCIPAL MOTOR DO REGIME

Na democracia frisaram eles o bem comum deve ser conduzido para um ideal humano de longo alcance, no tatalitarismo o bem-comum é planejado para uma certa data. Será uma obra com inauguração marcada. Mas como o homem não pode ficar com sua humanidade suspensa, daí os fracassos das realizações que se precipitam, passando a ter mais teatralidade do que utilidade só se equilibrando esse conjunto de falsos prestígios mediante intensa estupidificação das massas. "A propaganda,que era um dos recursos da concorrência comercial e da livre iniciativa, torna-se o principal instrumento do totalitarismo. É preciso inculcar idéias e nomes a martelo. É preciso repetir fórmulas timpânicas para conseguir a hipnose de um povo. Esse é um dos traços mais característicos e mais repulsivos da política amoral, o uso da mentira como principal motor do regime".

EIS UM CRIME: CALAR O PAÍS

Finalizando, os membros da comissão provisória disseram que é bom lembrar que é um erro pensar que as grandes calamidades nascem sempre de grandes discordâncias: "Não. As piores calamidades do mundo nasceram de terríveis concordâncias. É um erro ainda maior pensar que as grandes confusões se originam sempre do vozerio das discussões. Não. As piores confusões do mundo nasceram de terríveis silêncios. Calar-se é muitas vezes um crime. Mas obrigar um país inteiro a calar-se é o maior crime político que um homem pode cometer".

UDESC - FAED - IDCH

014 ANISTIA encaminha a Geisel lsita de 54 desaparecidos. **Folha de Londrina,** Londrina, 28 de sez. De 1978. Geral, pag. 4

Anistia encaminha a Geisel lista de 54 desaparecidos

BRASILIA —O Comitê Brasileiro pela Anistia deu entrada hoje no Palácio do Planalto a uma carta endereçada ao presidente Ernesto Geisel contendo 54 nomes de pessoas desaparecidas desde 1969, numa lista considerada ainda incompleta pela Comissão de levantamento de mortos e desaparecidos, da entidade. O documento recebeu, no protocolo da Presidência da Republica, o número 9.966/78.

A carta, assinada pela presidente da CBA, Eny Raymundo Moreira e por mais 25 parentes das pessoas desaparecidas, foi levada ao Palácio do Planalto às 17 horas, pelo advogado José Carlos Sigmaringa Seixas, pela vice-presidente da Seção de Brasilia, sra. Yone de Almeida e pelo representante da Seção do Rio de Janeiro, Sérgio Ferreira.

"Esses homens e mulheres, cujos nomes o Comitê Brasileiro pela Anistia e os proprios familiares enviam agora a Vossa Excelência, não são pessoas que um dia sairam de casa e não voltaram por amnésia, ou, como já foi insinuado por membros do Governo, por incompatibilidade conjugal. Esses homens e mulheres, estranhamente, tinham um passado político. Ocupavam uma posição em sua comunidade. Desenvolviam atividades politicas e tinham uma posição definida contra a situação politica em que nos encontramos desde 1964. E mais estranhamente ainda verificamos que não há desaparecidos pro-governo. Por que?

"Nós —acrescenta —os familiares dos desaparecidos e o Comitê Brasileiro pela Anistia, que abraçou nossa luta e nossa dor, traumatizados, sofrendo o desaparecimento de nossos entes queridos, convivemos até agora apenas com boatos aterradores, com informações dispares e, em alguns casos, com testemunhos que conflitam com as evasivas oficiais". É a seguinte a lista dos desaparecidos, em ordem cronologica, enviada ao palacio do planalto:

ANOS DE 1969 — 1970

1. Antonio dos Três Reis Oliveira —maio de 1970 — SP; 2. Jorge Leal Gonçalves Pereira —20 de outubro de 1970 —RJ; 3. Marcos Antonio Dias Batista —maio de 1970 —GO; 4. Mario Alves de Souza Vieira —16 de janeiro de 1970 —RJ. 5. Virgilio Gomes da Silva —29 de setembro de 1969 —SP.

ANO DE 1971

6. Aluisio Palhano —6 de maio de 1971 —SP; 7. Antonio Joaquim Machado —15 de fevereiro de 1971 —RJ; 8. Carlos Alberto Soares de Freitas —15 de fevereiro de 1971 —RJ; 9. Edgar de Aquino Duarte — 1971 —SP; 10. Eleni Teles Pereira Guariba —12 de julho de 1971 —RJ; 11. Joaquim Mariano dos Santos — 1 de maio de 1971 —PE; 12. Luiz de Almeida Araujo — julho de 1971 —SP ; 13. Rubens Beyrodt Paiva —20 de janeiro de 1971 —RJ; 14. Stuart Edgard Angel Jones —14 de maio de 1971 —RJ; 15. Walter Ribeiro Novaes —12 de junho de 1971 —SP; 16. Ivan Mota Dias —15 de maio de 1971.

ANO DE 1972

17. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas —1972 — Araguaia; 18. Elenira Rezende de Souza Nazaré — março de 1972 —PE; 20. Isis Dias de Oliveira —30 de janeiro de 1972 —RJ; 21. Jane Maroni Barroso —abril de 1972. 22. Luiz Eurico Tejera Lisboa —agosto de 1972 —SP; 23. Maria Lucia Pstit —1972 —Araguaia.; 24. Paulo Cesar Botelho Massa —30 de janeiro de 1972 —RJ; 25. Paulo Costa Ribeiro Bastos —1972 —RJ; 26. Sergio Landulfo Furtado —1972 —RJ.

ANO DE 1973

27. Cauby Alves de Castro —21 de novembro de 1973 —RJ; 28. Honestino Monteiro Guimarães —10 de outubro de 1973 —RJ; 29. Humberto Camara Neto — 08 de outubro de 1973 —RJ; 30. João Batista de Rita Pereda —13 de janeiro de 1973 —Buenos Aires —Argentina. 31. Joaquim Pires Cerveira —13 de janeiro de 1973 —Buenos Aires-Argentina; 32. José Porfirio de Souza —7 de junho de 1973 —Brasilia —DF; 33. Paulo Stuart Wright —setembro de 1973 —RJ; 34. Ramires Maranhão do Valle —27 de outubro de 1973 —RJ;

ANO DE 1974

35. Ana Rosa Kucisnki Silva —22 de abril de 1974 —SP; 36. David Capristano da Costa —16 de março de 1974 —Uruguaiana-RS; 37. Eduardo Collier Filho —23 de fevereiro de 1974 —RJ; 38. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira —23 de fevereiro-RJ.; 39. Ieda Santos Delgado - 11 de abril de 1974 - SP; 40. Issami Nakamura Okano —14 de maio de 1974 —SP; 41. Jayme Amorim de Miranda —junho de 1974 —SP; 42. João Massena Melo —15 de março de 1974 —SP; 43. José Roman —16 de março de 1974 —Uruguaiana-RS; 44. Luiz Inácio Maranhão Filho —3 de abril de 1974 — SP; 45. Rui Frazão Soares —27 de maio de 1974 —PE; 46. Thomás Antonio da Silva Meirelles Neto —7 de maio de 1974-RJ; 47. Walter de Souza Ribeiro —abril de 1974 —SP; 48. Wilson Silva —22 de abril de 1974 — SP;

ANO DE 1975

49. Armando Teixeira Frutuoso —junho de 1975 — RJ; 50. Elcio Costa —1975 —SP; 51. Hiram Pereira de Lima —fevereiro de 1975 —RJ; 52. Itair José Veloso — 22 de maio de 1975 —RJ; 53. José Montenegro de Lima —29 de setembro de 1975 —SP; 54. Orlando Rosa Bonfim Junior —8 de outubro de 1975 —RJ.

Sequestro dos uruguaios:

Identificação de policial faz Guazelli voltar a Porto Alegre

PORTO ALEGRE — Há uma grande expectativa, entre politicos e autoridades, sobre o resultado da audiência, hoje, do secretário de Segurança Publica, coronel Moura Jardim, com o governador Sinval Guazelli. O chefe do Executivo estadual interrompeu as suas férias e voltou para Porto Alegre, devido à identificação do policial Orandir Lucas,conhecido como "Didi Pedalada", como um dos sequestradores de um casal de refugiados uruguaios e duas crianças.

Já o garoto Camilo de Casariego, de oito anos, que foi sequestrado com sua irmã Francesca, sua mãe Lilian de Casariego e mais Universindo Diaz, identificou, em Montevidéu, "Didi Pedalada" como um dos sequestradores. A foto de Didi foi mostrada ao garoto, junto com as fotografias de outros jogadores, por um repórter de um jornal de Porto Alegre que está atualmente no Uruguai.

Na sede da seção gaucha da OAB, por outro lado, prosseguia ontem de manhã o depoimento do advogado João de Castro, perante uma comissão de advogados gauchos, indicados pelo presidente do Conselho Federal, sr. Raymundo Faoro. O advogado João de Castro sabe o nome de um policial do DOPS envolvido no sequestro, que poderá ser "Didi Pedalada" ou outro policial do DOPS que esteja também envolvido no sequestro.

O advogado ficou sabendo ao ser procurado por uma cliente, preocupada pelo fato de seu irmão, policial jovem no DOPS, ter participado da operação ilegal. Mas, até agora, o advogado João de Castro nada quis revelar sobre o assunto, principalmente o nome do policial, alegando sigilo profissional. Ele evita qualquer contato com a imprensa.

"Didi Pedalada" retornou terça-feira à noite para sua residência, na rua Antonio Carlos Tibiriça, e não quis comentar o caso com a imprensa. Didi disse apenas que, pelos estatutos da Policia, é proibido de falar com a imprensa.

Mostrando seu nervosismo, "Didi Pedalada" ameaçou os repórteres, afirmando que já estava perdendo a paciência.

Curitiba:

Continuam hospitalizadas 98 vítimas da intoxicação

CURITIBA — Atinge a 98 o número de pessoas internadas em hospitais de Curitiba, acometidas de tóxi-infecção, causada por maionese estragada, segundo levantamento feito até o meio-dia de ontem por epidemiologistas da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná. Esses técnicos apontaram a maionese como a possível portadora da bactéria que causou a intoxicação alimentar em cerca de 300 das 400 pessoas que jantaram, sábado, no restaurante Cascatinha, no bairro italiano de Santa Felicidade. Os resultados dos exames laboratoriais que poderão comprovar as suspeitas serão concluídos no final desta semana. Além do "Cascatinha", os demais restaurantes de Santa Felicidade, calculados em 30, serão todos vistoriados.

Os médicos da Saúde Pública realizaram levantamento em todos os hospitais da cidade, verificando que, de sábado até a manhã de hoje, 246 pessoas foram atendidas com intoxicação alimentar. Dessas, 98 permaneciam internadas, algumas em estado grave, como um paciente hospitalizado que chegou a ficar em coma. Ainda hoje a secretaria teve que internar às pressas oito pessoas de uma mesma familia de indigentes, que haviam recebido sobras do restaurante. A suspeita de que a causa da tóxi-infecção tenha sido provocada pela maionese baseia-se no fato — segundo o relatório dos epidemiologistas — de que somente os que não se serviram desse prato nada sofreram. As exceções verificadas, segundo eles, explicam-se pela possibilidade da bactéria ter sido transmitida através da utilização dos mesmos talheres da salada. A bactéria que provocou a infecção talvez seja a salmonela, segundo o secretário da Saúde, Hélio Freire, encontrada nos ovos. "O cozimento mata a bactéria — disse Helio Freire — mas na maionese também são utilizados ovos crus".

Médicos vão denunciar Almeida Machado ao CRM

BRASILIA — A Associação Médica de Brasilia deverá denunciar o ministro Almeida Machado ao Conselho Regional de Medicina por "infração à ética médica", devido à carta divulgada na semana passada, onde ele responsabiliza dois médicos do Hospital do Gama pela morte por hidrofobia do menor Milton Gaite.

Ao prestar estas declarações, o presidente da Associação Médica do Distrito Federal, Claudio Penna, informou que esta também é a opinião unânime de toda a classe, pois o ministro, ao condenar um profissional sem ter provas cabais de sua culpa, submetendo-se à execração pública, cometeu uma "leviandade grave". O inquérito de sindicância instaurado para apurar os fatos ainda não concluiu seus trabalhos.

Cláudio Penna assegurou que o ministro Almeida Machado está desesperado: "Ele acha que vai ser o próximo ministro da Saúde e por esse motivo precisa se promover. Já telefonou até para o presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Kassab, evidentemente para procurar aliança. Entretanto, alguns técnicos do ministério disseram que isso vai prejudicar sua campanha de continuismo na pasta da Saúde. Para nós, ele está liquidado".

Para o presidente da Associação Médica do DF, toda a sociedade comandada pelo ministro da Saúde juntou-se para condenar os médicos do Gama sem saber se eles são realmente culpados. "Condenaram antes de dar oportunidade do direito de defesa", explicou Penna, para quem o médico é inocente, pois do ponto de vista criminal, a ação não tem a menor importância.

Ele apontou como responsável pela morte do menor o próprio Governo do DF, "que gastou Cr$ 500 milhões para construir um parque com ondas, Cr$ 400 milhões para reformar o teatro, mas não quer gastar a metade desta quantia para construir um hospital".

015 | CBA pede a Geisel por desaparecidos. **Folha de S.Paulo,** 28 de dez. de 1978. Nacional, pag. 6

Noronha toma posse hoje

Um almirante substitui o general Fragomeni na ESG

RIO (Sucursal) — Afirmando-se um militar e não um político, o almirante Carlos Henrique de Noronha, assumirá hoje, na Fortaleza de São João, o comando da Escola Superior de Guerra, substituindo o general José Fragomeni, indicado para comando do 2.º Exército. O almirante Noronha é o primeiro oficial da Marinha nas últimas duas décadas a assumir o comando da ESG.

Homenageado com almoço ontem, no Clube Militar, o almirante em seguida deu pequena entrevista em que informou o prosseguimento das ordens em vigor na ESG, bem como a sequência dos planos para o ano letivo de 1979, já preparados pelo general Fragomeni. "Graças a Deus, a ESG se modifica com muito vagar", disse.

Depois, o almirante evitou falar em termos políticos. Sobre as reformas que entrarão em vigor na próxima semana, não quis falar "porque tem conotação política", mas fez um desejo, o de aumento de vencimento dos militares, que considerou baixo. Sobre a afirmação do presidente Geisel de que haverá mudança no regime, Noronha disse que "não acho nada, pois como oficial da ativa não posso ter afirmação diferente daquela do Governo".

Acrescentou sobre o AI-5: "O próprio presidente falou que realizaria uma abertura lenta e gradual; eu não digo que não aprovo ou que desaprovo, eu tenho de seguir a orientação presidencial". Depois, cortês com os repórteres, disse: "Eu não sou um político, sou um militar, minha família tem tradição na Marinha, eu estou na ativa e como oficial sou disciplinado e devo obedecer meu chefe supremo".

No discurso de agradecimento que fez à homenagem da ADESG, no Clube Militar, o almirante Carlos Henrique de Noronha disse: "Eu sou o ano novo, então sou uma ficção". Explicou que isto queria dizer que o Ano Novo é um ano de esperanças, "que deve nos trazer coisas novas e grandes apoios".



O general José Fragomeni é homenageado no Clube Militar. Ao lado, o almirante Carlos Noronha (dir.).

FRAGOMENI

Evitando a todo custo fazer qualquer comentário sobre a nova etapa da vida brasileira, sem a vigência de atos institucionais, o general José Fragomeni foi homenageado ontem, com almoço no Clube Militar, pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e confirmou que assumirá o comando do 2.º Exército no dia 10 de janeiro.

Ao encerrar-se a homenagem, o general José Fragomeni foi assediado pelos repórteres, que pediam dele um pronunciamento sobre o futuro do País com a vigência das reformas, mas o general se negou a comentários. Alguém pediu a ele uma mensagem de Ano Novo especialmente para a área onde vai exercer comando. "Não tenho mensagem de Ano Novo", respondeu o general.

Indagado se pretende comandar o 2.º Exército em uma linha semelhante a do general Dilermando Gomes Monteiro e se tem planos para a área, Fragomeni respondeu que tratará disso "só quando chegar lá". A outra questão, sobre o caráter de "risco calculado" das reformas, o general José Fragomeni disse que "os militares não devem evidenciar para essas coisas".

Em agradecimento a homenagem da ADESG, o general Fragomeni fez um pequeno discurso dizendo que a responsabilidade dos diplomados pela ESG não termina quando o diploma é entregue, mas pelo contrário, "deve se prolongar com preocupações em relação ao futuro do Brasil".

General destaca papel da PM de Minas em 1964

BELO HORIZONTE (Sucursal) — O papel desempenhado pela Polícia Militar de Minas Gerais na Revolução de Março de 1964 foi ressaltado ontem pelo general Edmundo Adolpho Murgel, comandante da 4.ª Região Militar, durante a formatura dos novos soldados da Companhia de Polícia de Guardas, em solenidade realizada defronte ao Palácio dos Despachos, presidida pelo governador Ozanam Coelho e com a presença de secretários de Estado; do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Carlos Augusto da Costa, e várias outras autoridades.

Para o general Edmundo Adolpho Murgel, que foi o paraninfo dos formandos, a Polícia Militar de Minas Gerais "é herdeira das nobres tradições de gente mineira". Sua história — prosseguiu — "remonta ao século passado, participando ativamente da vida mineira e nacional, vivendo momentos históricos com altivez e, sobretudo, com espírito cívico. Participou com lealdade e eficiência, ao lado do Exército, da Revolução de 1964, quando a Nação reclamou uma tomada de posição das Forças Armadas em favor do povo, para restabelecimento da ordem pública, que estava sendo perturbada pela ação do comunismo internacional".

DISCIPLINA

Ainda no discurso que pronunciou, aos formandos, o comandante da 4.ª Região Militar destacou que "a formação do militar, de maneira geral, exige que se dê ênfase à disciplina, à hierarquia, ao preparo do combatente e ao respeito devidos à Lei, e à ordem constituídas. Incluem-se na sua formação, lealdade, amor à Pátria e a preservação dos valores morais e cívicos". No caso específico do policial militar — frisou — esses assuntos são extremamente importantes, principalmente, tendo em vista o emprego da força policial, não só no policiamento ostensivo, fardado, no trabalho diuturno, de grande responsabilidade para a manutenção da ordem pública, mas, principalmente, "pela destinação constitucional de ser reserva do Exército".

Mais adiante, o general Edmundo Murgel ressaltou que "o policiamento militar deve estar preparado para proporcionar à comunidade tranquilidade e segurança, para que seus integrantes possam viver em paz e harmonia", acrescentando que "para tanto, é fundamental que o homem seja respeitado como pessoa humana. Seus direitos devem ser respeitados, porém, por outro lado, que ele cumpra seus deveres para com o próximo, para com a sociedade e para com as instituições".

Alteração no quorum torna mais rápidos julgamentos no STM

RIO (Sucursal) — A lei que alterou dispositivos da organização judiciária militar, sancionada na última terça-feira pelo presidente Geisel, reduzindo para no mínimo quatro ministros militares e pelo menos dois togados o quórum para a realização das sessões plenárias do Superior Tribunal Militar, acarretará maior rapidez no julgamento dos processos em pauta naquela corte. A nova lei foi uma iniciativa do ministro (togado) Waldemar Torres da Costa que a redigiu, após consultar os seus pares, principalmente os representantes das Forças Armadas naquele Tribunal.

O ministro Waldemar da Costa explicou ontem que, anteriormente, o STM deixava muitas vezes de realizar sessões plenárias pela ausência de ministros militares, impedindo a formação do quórum exigido, o que não ocorria com os togados que dificilmente faltavam às sessões.

Uma outra alteração estabelecida pela lei diz respeito aos acórdãos. A partir de agora, as decisões do STM serão assinadas só pelo presidente e pelo relator do processo e, nos casos previstos no regimento em que há revisor, levarão também a assinatura deste. Antes, o acórdão deveria conter, obrigatoriamente, as assinaturas de todos os 15 ministros. A medida determinará uma economia processual e beneficiará principalmente os réus presos que anteriormente ficavam com a liberdade condicionada à publicação do acórdão assinado por todos os componentes do Tribunal. Essa coleta de assinatura, na maioria dos casos, retardava a libertação dos beneficiados pelas decisões, principalmente nos processos de apelação. Quanto à transformação de todas as auditorias militares — exceto a de correção — em uma única instância, o ministro Torres da Costa disse que a medida visa a beneficiar os juízes-auditores.

Tácito diz que só pensa em descansar

RIO (Sucursal) — O ex-ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Tácito Teóphilo Gaspar, revelou ontem ter "absoluta convicção de que apesar do aumento do custo do petróleo o Brasil terá um ano de progresso e de felicidade". O general não quis comentar o fim da vigência dos atos institucionais argumentando que agora não chefia mais o EMFA. Revelou que não pretende assumir nenhum cargo na empresa privada, mas apenas viajar para o Ceará, onde deverá passar uma temporada.

Toma posse o novo corregedor do MP

Ao tomar posse do cargo de corregedor-geral do Ministério Público para o biênio 1979/80, Artur Cogan afirmou ontem que não pretende "fazer da Corregedoria um órgão inquisitorial, mas antes e acima de tudo, um centro de colaboração e de ajuda para os que realmente fazem do Ministério Público uma meta de realização, imbuídos da vontade de lutar e de vencer". Acrescentou que "aos que trilham a sua vida profissional por um padrão de conduta sem máculas e sem deslizes, nada há que temer, nada existe que os possa preocupar", pois "jamais confundi o rigor da lei com a injustiça, o cumprimento fiel das minhas obrigações com a intransigência".

CBA pede a Geisel por desaparecidos

BRASÍLIA (Sucursal) — Três representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia entregaram ontem, no setor de protocolo do Palácio do Planalto, uma carta endereçada ao presidente Geisel, pedindo esclarecimentos sobre o paradeiro e as circunstâncias de desaparecimento de 54 pessoas, que teriam sido presas, por organismos de segurança desde 1969.

O advogado Luis Carlos Sigmaringa Seixas, que trata dos assuntos de vários prisioneiros políticos no Brasil, e um dos que foram levar a carta ao Palácio do Planalto, explicou que a lista das 54 pessoas se refere apenas, àquelas sobre as quais não existem as menores dúvidas a respeito do desaparecimento das mesmas.

NOVAS CARTAS

Outro representante da CBA que foi ao Planalto ontem, Sérgio Ferreira, da comissão de levantamento de mortos e desaparecidos, afirmou que "quanto aos outros desaparecidos, que não constam da lista, o CBA está fazendo um levantamento e, à medida que forem sumindo as dúvidas, seus nomes serão mandados ao presidente Geisel".

EVASIVAS

Já a terceira representante da CBA ao Planalto, Yone Almeida (vice-presidente do CBA — seção de Brasília) preferiu lembrar um dos tópicos da carta, em que falam do encontro havido em 1974 com o chefe do gabinete Civil da Presidência, general Golberi do Couto e Silva, "depois disso — disse ela — houve uma resposta bem evasiva e outros casos de desaparecimento, neste governo".

Os três representantes do CBA chegaram ontem às 17 horas ao Palácio do Planalto, onde eram esperados por alguns jornalistas. Dirigiram-se até o balcão das recepcionistas e em seguida foram ao setor de protocolo, no térreo, onde a carta recebeu o número 9966/78, após 10 minutos de espera.

A carta

Esta é a íntegra da carta ao Presidente da República:

"Esta carta segue-se a muitas outras enviadas individualmente por familiares de presos políticos desaparecidos a V.Exa. ou a membros de seu Governo. E mais um apelo dirigido à sua compreensão e à sua autoridade como chefe da Nação.

"Em agosto de 1974, como V.Exa. deve recordar-se, foi realizado um encontro entre membros da Igreja Católica, entre os quais d. Evaristo Arns e o professor Cândido Mendes, familiares de desaparecidos e o ministro Golberi do Couto e Silva. Uma resposta viria mais tarde, através do ministro da Justiça, sr. Armando Falcão. Resposta está aguardada na expectativa e na angústia por tantas famílias. Resposta que aumentou esta angústia e a expectativa, por que veio insatisfatória, fria, vazia, e não resiste ao menor confronto com fatos concretos já levantados pelas famílias e constantes até mesmo de processos em curso na Justiça Militar.

"Mas ao primeiro levantamento dos desaparecidos, somam-se hoje novos nomes. Homens e mulheres que foram presos e desapareceram, após 1974. Portanto, durante o governo de V.Exa.

"Esses homens e mulheres, cujos nomes o Comitê Brasileiro pela Anistia e os próprios familiares enviam agora a V.Exa. não são pessoas que um dia saíram de casa e não voltaram, por amnésia, ou, como já foi insinuado por membros do seu Governo, por incompatibilidade conjugal. Esses homens e mulheres, estranhamente, tinham um passado político. Ocupavam uma posição em sua comunidade. Desenvolviam atividades políticas e tinham uma posição definida contra a situação política em que nos encontramos desde 1964. E mais estranhamente ainda verificamos que não há desaparecidos pró-governo. Porque?

"Nós, os familiares dos desaparecidos e o Comitê Brasileiro pela Anistia, que abraçou nossa luta e nossa dor, traumatizados, sofrendo o desaparecimento de nossos entes queridos, convivemos até agora apenas com boatos aterradores, com informações dispersas, e, em alguns casos, com testemunhos que conflitam com as evasivas oficiais.

"E é em nome deste direito, inalienável, de obter esclarecimento desses desaparecidos e de apurar as circunstâncias em que ocorreram, que indagamos a V. Exa., certos de que obteremos uma resposta. Porque após tanto tempo, tantas evasivas? Sr. Presidnte, queremos, mas nem sempre conseguimos manter a esperança de que ainda estejam vivos. E se estiverem, onde se encontram? Por ue o silêncio de tantos anos em torno deles?

"Esta resposta, V. Exa. não dará apenas aos familiares dos desaparecidos e ao Comitê Brasileiro pela Anistia. Dará também à opinião pública que pede hoje uma ação concreta do Governo no sentido do restabelecimento do respeito aos direitos humanos."

Atenciosamente,

Comitê Brasileiro pela Anistia

54 desaparecidos

Anexo à carta, o Comitê Brasileiro pela Anistia enviou ao presidente Ernesto Geisel uma relação parcial de 54 presos políticos desaparecidos entre os anos 1969 a 1975.

DE 1969 — 1970

1. Antonio dos Três Reis Oliveira — maio de 1970 (SP)
2. Jorge Leal Gonçalves Pereira, 20 de outubro de 1970 (RJ)
3. Marcos Antonio Dias Batista — maio de 1970 (GO)
4. Mário Alves de Souza Vieira — 16 janeiro de 1970 (RJ)
5. Virgilio Gomes da Silva — 29 de setembro de 1969 (SP)

1971

6. Aluisio Palhano — 06 de maio de 1971 (SP)
7. Antonio Joaquim Machado — 15 de fevereiro de 1971 (RJ)
8. Carlos Alberto Soares de Freitas — 15 de fevereiro de 1971 (RJ)
9. Edgar de Aquino Duarte 1971 (SP)
10. Eleni Teles Pereira Guariba — 12 de julho de 1971 (RJ)
11. Joaquim Mariano dos Santos — 1 de maio de 1971 (PE)
12. Luiz de Almeida Araújo — julho de 1971 (SP)
13. Rubens Beyrodt Paiva — 20 de janeiro de 1971 (RJ)
14. Stuart Edgard Angel Jones — 14 de maio de 1971 (RJ)
15. Walter Ribeiro Novaes — 12 de junho de 1971 (SP)
16. Ivan Mota Dias — 15 de maio de 1971

1972

17. Antonio Guilherme Ribeiro Ribas — 1972 — Araguaia
18. Elenira Rezende de Souza Navaré — 1972 — Araguaia
19. Ezequias Bezerra da Rocha — março de 1972 (PE)
20. Isis Dias de Oliveira — 30 de janeiro de 1972 (RJ)
21. Jane Moroni Barroso — Abril de 1972
22. Luiz Eurico Tejera Lisboa — agosto de 1972 (SP)
23. Maria Lucia Petit — 1972 — Araguaia
24. Paulo César Botelho Massa — 30 de janeiro de 1972 (RJ)
25. Paulo Costa Ribeiro Bastos — 1972 (RJ)
26. Sergio Landulfo Furtado — 1972 (RJ)

1973

27. Cauby Alves de Castro — 21 de novembro de 1973 (RJ)
28. Honestino Monteiro Guimaraes — 10 de outubro de 1973 (RJ)
29. Humberto Câmara Neto — 08 de outubro de 1973 — (RJ)
30. João Batista de Rita Pereda — 13 de janeiro de 1973 — Buenos Aires — Argentina
31. Joaquim Pires Cerveira — 13 de janeiro de 1973 — Buenos Aires
32. José Porfírio de Souza — 7 de junho de 1973 — Brasília (DF)
34. Ramires Maranhão do Valle — 27 de outubro de 1973 (RJ)

1974

35. Ana Rosa Kucinski Silva — 22 de abril de 1974 (SP)
36. David Capristano da Costa — 16 de março de 1974 — Uruguaiana (RS)
37. Eduardo Collier Filho — 23 de fevereiro de 1974 (RJ)
38. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira — 23 de fevereiro (RJ)
39. Ieda Santos Delgado — 11 de abril de 1974 (SP)
40. Issami Nakamura Okano — 14 de maio de 1974 (SP)
41. Jaime Amorim de Miranda — Junho de 1974 (SP)
42. João Massena Melo — 15 de março de 1974 (SP)
43. José Roman — 16 de março de 1974 — Uruguaiana (RS)
44. Luiz Inácio Maranhão Filho — 3 de abril de 1974 (SP)
45. Rui Frazão Soares — 27 de maio de 1974 (PE)
46. Thomas Antônio da Silva Meirelles Neto — 7 de maio de 1974 (RJ)
47. Walter de Souza Ribeiro — abril de 1974 (SP)
48. Wilson Silva — 22 de abril de 1974 (SP)

1975

49. Armando Teixeira Frutuoso — junho de 1975 (RJ)
50. Elcio Costa — 1975 (SP)
51. Hiram Pereira de Lima — fevereiro de 1975 (RJ)
52. Itair José Veloso — 22 de maio de 1975 (RJ)
53. José Montenegro de Lima — 29 setembro de 1975 (SP)
54. Orlando Rosa Bonfim Júnior — 8 de outubro de 1975 (RJ)

Juiz constata fraude no Piauí

TERESINA — (Do correspondente) — O juiz eleitoral de Fronteiras do Piauí (a 400 km da capital), Joaquim Bezerra Feitosa, encaminhou ao Tribunal Regional Eleitoral as folhas de quatro seções eleitorais do Município de São Julião e pediu a instauração de inquérito para apurar a responsabilidade de 20 mesários, entre os quais quatro presidentes de seções que votaram no último dia 15 de novembro por eleitores que não compareceram para votar.

Nas folhas de votação, o juiz Joaquim Bezerra apresenta justificativas para a abertura de inquérito e salienta que o presidente da 13.ª seção, Carlos Alberto Bezerra de Alencar, é irmão do prefeito de São Julião, Otacílio Bezerra.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BNH
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DO FGTS
EDITAL N.º 04/78

A COORDENAÇÃO GERAL DO FGTS, tendo em vista o disposto na POS n.º 01/71, baixa o presente edital, contendo os seguintes coeficientes a serem utilizados no **1.º trimestre civil** de 1979, para:

1 - CRÉDITO, PELO BANCO DEPOSITÁRIO, DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NAS CONTAS VINCULADAS (item 66 da POS n.º 01/71):
a) 0,085664 (taxa 3%) – referente a empregado não optante, optante após 22/09/71 (mesmo que a opção haja retroagido a tempo anterior a essa data), trabalhador avulso e empregado optante, cujo contrato de trabalho haja sido rescindido ou extinto até o 4.º trimestre civil de 78;
b) 0,088358 (taxa 4%) – referente a empregado que optou de 1967 a 22/09/71 e que permaneceu na mesma empresa um período de 3 a menos de 6 anos e que tenha sido desligado por motivo de aposentadoria ou falecimento;
c) 0,091052 (taxa 5%) – referente a empregado que permanece na empresa e optou de 1969 a 22/09/71 e a empregado que, tendo optado no período de 1967 a 22/09/71 e permanecido na mesma empresa um período de 6 a menos de 11 anos, haja sido desligado por motivo de aposentadoria ou falecimento;
d) 0,093746 (taxa 6%) – referente a empregado que permanece na empresa e optou em 1967 ou 1968 e a empregado que, tendo optado no referido período e permanecido na mesma empresa mais de 11 anos, haja sido desligado por motivo de aposentadoria ou falecimento.

2 - RECOLHIMENTO, PELA EMPRESA, DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, RELATIVO A DEPÓSITOS EM ATRASO (ITEM 72 DA POS N.º 01/71)

MÊS EM QUE O DEPÓSITO É DEVIDO	MÊS DA EFETIVAÇÃO DO RECOLHIMENTO												
	JANEIRO/79				FEVEREIRO						MARÇO		
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII
FEV/67 MAR	19,136572	19,744466					21,900229					22,765400	
ABR MAI JUN	17,842971	18,411818					20,429087					21,238676	
JUL AGO SET	16,602540	17,133935					19,018403					19,774697	

UDESC - FAED - IDCH

016 | CARVALHO, Ricardo. Um relatório privado de D. Paulo. **Folha de S. Paulo,** 30 de mar. de 1978. Nacional, pag. 10

Os encontros de Carter, amanhã, com setores da Oposição, no Rio

Um relatório privado de d. Paulo

Ricardo Carvalho

Ao se encontrar amanhã pela manhã no Rio com o presidente Jimmy Carter, o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, fará entrega ao presidente de dois documentos, ambos relacionados com a questão dos Direitos Humanos. Isto, se o encontro dos dois não for privativo.

Caso dom Paulo tenha a chance de se encontrar a sós com Carter, como é o seu desejo, ele entregará apenas o documento já subscrito pelo cardeal Stephen Hwan Kim, da Coréia e pelo bispo Donal Lamont, que, ao lado de Carter e dom Paulo foram agraciados com o título de doutor "honoris causa" em Direitos Humanos pela Universidade norte-americana de Notre Dame. Neste documento, dom Paulo, dom Kim e dom Lamont se comprometem a continuar lutando pelos Direitos Humanos até que sejam vencidas as barreiras existentes em todo o mundo para a promoção destes direitos. Dom Paulo estaria pretendendo talvez, a adesão de Carter ao documento.

Ainda na hipótese de o encontro ser privativo (somente na hora é que se vai saber), dom Paulo deverá apenas fazer um relato verbal de suas preocupações com a Igreja que se identifica com os problemas do Terceiro Mundo. Levará consigo, entretanto, uma síntese por escrito, sobre o tema, caso não possa conversar a sós com Carter, pois, certamente se sentiria constrangido em tratar do assunto na presença dos outros convidados.

Estarão com Carter: dom Eugênio Salles, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Raimundo Faoro, presidente da OAB, Marcos Viana, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), José Mindlin, diretor presidente da Indústria Metal Leve e Julio de Mesquita Neto, proprietário do jornal "O Estado de São Paulo".

ESVAZIAMENTO

Este encontro, reunindo todos os convidados ao mesmo tempo, chegou a desagradar os círculos eclesiásticos paulistas, que acreditam ter sido uma "inteligente manobra" das áreas que querem evitar um maior impacto junto à opinião pública de um encontro isolado entre dom Paulo e Carter. Isto, pela própria posição que dom Paulo ocupa hoje no cenário político nacional, com suas opiniões francamente em desacordo com as posições do governo.

Dom Paulo tem, ultimamente, defendido a anistia para presos políticos, apoiado a livre manifestação dos estudantes, impetrou mandado de segurança contra a censura ao jornal "O São Paulo", mantido pela Arquidiocese, entre outras atitudes.

O cardeal paulista viaja hoje ao Rio e ficará hospedado na residência de dom Eugênio Salles, retornando a São Paulo amanhã, a tempo de participar do lançamento do documento ecumênico sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

AS CARTAS

O relacionamento de dom Paulo Evaristo Arns com o presidente Jimmy Carter teve início no dia 22 de maio de 1977, quando receberam o título de doutor honoris-causa em Direitos Humanos, concedido pela Universidade norte-americana de Notre Dame. O cardeal Stephen Hwan Kim, da Coreia e o bispo Donald Lamont (expulso da Rodésia) foram também, na ocasião, agraciados com o título.



O cardeal arcebispo dom Paulo Evaristo Arns reencontra o presidente Jimmy Carter.



Stuart Edgard Angel Jones



Paulo Stuart Wright

O estreitamento das relações entre dom Paulo e Carter se deu a partir de 29 de outubro, quando o cardeal paulista enviou ao presidente norte-americano uma carta, sobre os presos políticos desaparecidos no Brasil desde 1971, acompanhando uma lista de 23 casos, elaborada por advogados ligados à Arquidiocese paulista. (Ver abaixo).

Citou especificamente o desaparecimento do ex-deputado Paulo Stuart Wright, de dupla nacionalidade, brasileira e norte-americana. Mais tarde, além de Wright, os advogados paulistas levantaram o caso de Stuart Edgard Angel Jones, norte-americano, filho da modista Zuzu Angel, falecida há dois anos em um desastre de automóvel.

No dia 8 de janeiro deste ano dom Paulo recebeu a resposta de Carter, escrita no ano passado através do consulado norte-americano em São Paulo.

A CARTA

A carta de dom Paulo é, na íntegra, a seguinte:

Presidente Jimmy Carter, Casa Branca, Washington, D.C.

"Sr. Presidente,

"A paz e a graça estejam consigo!

"Escrevo-lhe como amigo e irmão em Cristo, lembrando com alegria os momentos que passamos juntos na Universidade de Notre Dame.

"Nos últimos anos, eu tive o triste privilégio de proporcionar conselhos pastorais e conforto a inúmeros parentes e amigos de prisioneiros políticos desaparecidos. Incluído entre eles está um cidadão de seu País, Paulo Stuart Wright, irmão de meu amigo James Nelson Wright, um pastor presbiteriano unido que vive aqui em São Paulo.

"Embora não seja minha intenção sugerir sua interferência em favor desses prisioneiros políticos desaparecidos, creio que deve ser informado de que nós ainda carregamos esse peso em nossos corações, junto com os respectivos parentes e amigos.

"A lista anexa de prisioneiros políticos desaparecidos foi preparada e atualizada na semana passada por um grupo de advogados de minha Arquidiocese. Uma característica comum a todos os casos é o fato de que há evidências de que cada um deles foi detido pela polícia ou pelas forças da segurança — e depois disso desapareceram.

"Eu rezo para que sua próxima visita a meu País possa ser uma mútua bênção: beneficiando nosso povo sofredor e intensificando seu apostolado na área dos direitos humanos. Fraternalmente."

A RESPOSTA

O telex enviado a dom Paulo pelo cônsul norte-americano em São Paulo, Frederic L. Chapin, encaminhando cópia da carta de Jimmy Carter é, na íntegra, o seguinte:

CARTER NO BRASIL

8 de janeiro de 1978

Sua Eminência Reverendíssima, Cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo.

Vossa Eminência:

Recebi por telex a seguinte carta do Presidente Carter dirigida a V. Emª. A carta original seguiu por mala diplomática, mas achei que V. Emª gostaria de recebê-la o mais cedo possível.

"Agradeço sua carta de 29 de outubro, submetendo à minha atenção a lista de prisioneiros políticos brasileiros que desapareceram desde 1971. Esses casos acentuam a importância do império da lei, com o direito de habeas-corpus e processo justo perante tribunais civis independentes. Tais medidas podem não eliminar as violações dos direitos humanos, mas elas pelo menos mostrariam que o governo estaria vinculado a um sistema de justiça regular.

"Seu trabalho a favor da dignidade humana tornou-me orgulhoso de dividir consigo o pódium da Universidade de Notre Dame. Desejo-lhe o maior sucesso em seus esforços para assegurar os direitos básicos de todos os seres humanos, ajudar todos aqueles cujos direitos foram violados e confortar suas famílias.

"Lamento não ter podido visitar o Brasil no Outono, mas espero fazê-lo no próximo ano e se nossos compromissos permitirem, espero encontrá-lo de novo nessa ocasião.

Sinceramente, Jimmy Carter."

Até Kennedy interferiu por Paulo Wright

Em 21 de janeiro de 1974 o senador Edward Kennedy escreveu uma carta ao então secretário de Estado norte-americano, Henri Kissinger, afirmando que considerava Paulo Stuart Wright também com cidadania norte-americana, além de brasileira, esperando, por isso, "que a Embaixada (dos EUA no Brasil) possa interceder em seu favor junto ao governo brasileiro. A última informação — prossegue — é que ele foi preso em setembro (de 73) e visto por último na prisão da Operação Bandeirantes, em São Paulo. Eu apreciaria qualquer providência que fosse tomada".

Esta é apenas uma das 50 cartas que senadores norte-americanos enviaram ao Departamento de Estado, pressionados por seus eleitores, solicitando informações a respeito de Wright.

O Departamento de Estado, a princípio, não admitia a cidadania norte-americana de Wright. Seu irmão, James Wright, pastor presbiteriano no Brasil, acabou viajando aos EUA e depois de conversar com juristas e consultar senadores, encontrou um caso *semelhante votado pela Suprema Corte dos Estados Unidos*. Paulo Wright teve, assim, a sua cidadania reconhecida até pelo Departamento de Estado, que chegou a pressionar o Itamarati para obter informações sobre Paulo.

James Wright conseguiu também no mesmo sentido, um parecer do professor Gofredo da Silva Telles.

EX-DEPUTADO

"Meu irmão sempre esteve, desde menino, preocupado com a condição humana", afirmou ontem o pastor James Wright, irmão de Paulo Wright, que conta o primeiro trauma e revolta que tomou conta de Paulo:

"Ele trabalhava como operário metalúrgico no interior de Santa Catarina e viu seu filho viver apenas um dia pela falta de assistência médica, embora sua esposa estivesse internada no que seria hoje um hospital da rede do *INPS*".

No ano seguinte, 1959, Paulo filiava-se ao PTB e acabou perdendo as eleições para prefeito da cidade de Joaçaba por apenas 11 votos. Nesta mesma época fundou na cidade o primeiro sindicato de metalúrgicos da região, intensificando daí em diante sua atividade política.

Suas origens político-ideológicas segundo James Wright, vem de 1954, quando nos Estados Unidos filiou-se à ACA (Associação Cristã Acadêmica - protestante) correspondente no Brasil à JUC (Juventude Universitária Católica) que mais tarde geraria a Ação Popular (AP), movimento do qual Paulo nunca iria se afastar.

Elegeu-se deputado estadual pelo PSP (o PTB não lhe deu a legenda) em 1962, tendo sido cassado logo depois da Revolução de 64, exilando-se no México. Esteve em Cuba em 1965, tendo a sua família perdido quase o total contato com ele, "que viveu os oito anos seguintes praticamente na clandestinidade, entrando e saindo do Brasil e as informações que chegavam vinham dos amigos espalhados pelo mundo", segundo James Wright.

Os primeiros sinais a respeito da prisão de seu irmão, James obteve através de três telefonemas anônimos, informando que Paulo estava preso no DOI-CODI. James foi ao quartel da rua Tutóia "e eles nunca admitiram que Paulo estivesse lá, embora parecessem nervosos quando perguntamos por ele".

A SESSÃO SECRETA

O advogado José Carlos Dias foi contratado pela família e acabou entrando no STM em 1973 com representação para que as autoridades informassem o paradeiro de Paulo. Depois de respostas negativas do II Exército, do Dops paulista, do Cenimar e do II Exército, Dias solicitou uma sessão secreta do STM para "relatar fatos importantes e preservar a segurança de uma pessoa", como ele recordou ontem.

Dias relatou nesta inédita sessão secreta na história do Poder Judiciário brasileiro o depoimento de uma pessoa, prestado a advogados paulistas, onde ela dizia que se encontrou com Paulo na sala de identificação do DOI-CODI paulista, durante o período que esteve presa. Foram dados tantos detalhes delicados, que o então ministro do STM Alcides Carneiro, já falecido, declarou ao término da sessão: "O advogado tinha toda a razão em pedir a sessão secreta para preservar a segurança desta pessoa".

DELFIN oferece a
VANTAGEM

UDESC - FAED - IDCH

017	NOSSOS mortos e desaparecidos: 253. **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag.6 CHEGA de sufoco! **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag.6-7. LEI? De segurança? Nacional? **Em Tempo:** Semanário Nacional, n.37, 13 a 19 de nov. de 1978. Pag. 7

NOSSOS MORTOS E DESAPARECIDOS: 253

O Congresso Nacional pela Anistia elaborou a mais completa lista de pessoas mortas e desaparecidas, vítimas do regime militar de 1964 aos dias de hoje, pelo "crime" de fazer oposição e defender os interesses populares. Os anos do governo do general Médici foram os mais negros, não há dúvida. Em primeira mão, seguem os 253 nomes da relação.

1964

1. Ivan Aguiar
2. Jonas José Albuquerque Barros
3. Coronel Alfeu Alcântara Monteiro
4. Nelson José de Almeida
5. Astrogildo Pascal Viana
6. Bernardino Saraiva
7. Carlos Schirner
8. José de Souza
9. Pedro Domiense

1966

10. Manoel Raimundo Soares

1967

11. Milton Palheira

1968

12. José Carlos Ghimarães
13. Luiz Paulo da Cruz Nunes
14. Jorge Aprígio de Paula
15. João Lucas Alves
16. Edson Luiz de Lima e Souto

1969

17. Marco Antonio Brás de Carvalho
18. Hamilton Fernandes Cunha
19. Severiano Viana Colon
20. Padre Henrique Pereira Neto
21. Carlos Roberto Zanirato
22. Reinaldo Silveira Pimenta
23. Fernando Borges Paula Ferreira
24. José Wilson Lessa Sabag
25. João Domingos da Silva
26. Roberto Cieto
27. Luiz Fogaça Balboni
28. Virgilio Gomes da Silva
29. Eremias Dolisoikov
30. Chael Charles Screier
31. Carlos Marighela
32. João Antonio Abi-Eçab
33. Catarina Abi-Eçab
34. Ishiro Nagami
35. Sérgio Correima
36. pai de Wellington Moreira Diniz
37. Pedro Ferreira de Medeiros
38. João Roberto Soares de Souza
39. Sebastião Gomes da Silva

1970

40. Marco Antonio Silva Lima
41. Mário Alves
42. Antonio Raimundo Lucena
43. José Roberto Spigner
44. Dorival Ferreira
45. José Idésio Brianesi
46. Juarez Guimarães de Brito
47. Joelson Crispin
48. Norberto Nering
49. Roberto Macarini
50. Avelmar Barros
51. Olavo Hansen
52. Antonio dos Tres Reis de Oliveira
53. Alceri Maria Gomes da Silva
54. Eiraldo Palha Freire
55. Luciano Brandão Guimarães
56. Edson Cabral Sardinha
57. Joaquim Câmara Ferreira
58. Jorge Leal Gonçalves Pereira
59. Marcos Antonio Dias Batista
60. Ari de Abreu Lima da Rosa
61. Yoshitane Fujimori
62. Eduardo Leite
64. Celso Gilberto de Oliveira
65. Luiz Afonso Miranda da Costa Rego
66. Ari da Rocha Miranda
67. Elisa Ianni
68. Abelardo Rausch Alcântara

1971

69. Joel (da UBES)
70. Raimundo Eduardo da Silva
71. Aldo Sá de Brito de Souza Neto
72. Rubens Beirodt Paiva
73. Aderval Alves Coqueiro
74. Odijas Carvalho de Souza
75. Gerson Teodoro de Oliveira
76. Maurício Guilherme da Silveira
77. Stuart Edgard Angel Jones
78. Mário Prata
79. Marilene Vilas Boas Pinto
80. Devanir José de Carvalho
81. Joaquim Alencar de Seixas
82. Dimas Antonio Casimiro
83. Denis Casimiro
84. Raimundo Gonçalves Figueiredo
85. Carlos Alberto Soares de Freitas
86. Antonio Joaquim Machado
87. Aluisio Palhano Pedreira Ferreira
88. Luís Almeida Araújo
89. Paulo de Tarso Celestino Silva
90. Heleni Teles Guariba
91. Luís Eduardo da Rocha Merlino
92. José Raimundo da Costa
93. Yara Iavelberg
94. Nilda Carvalho Cunha
95. Otoniel Campos Barreto
96. José Campos Barreto
97. Carlos Lamarca
98. Luís Antonio Santa Bárbara
99. Amaro Luís de Carvalho
100. Antonio Sérgio de Matos
101. José Manuel Mendes de Abreu
102. Eduardo Antonio da Fonseca
103. Joaquim Mariano dos Santos
104. Roberto Lanari
105. Valdeir Silva
106. Aylton Adalberto Mortati
107. José Roberto Arantes de Almeida
108. Flávio de Carvalho Molina
109. Francisco José de Oliveira
110. Carlos Eduardo Pires Fleury
111. José Milton Barbosa
112. Luís Hirata
113. Raul Amaro Nin Ferreira
114. Ivan Mota Dias
115. José Gomes Teixeira
116. Felix Escobar
117. Valter Ribeiro Novais
118. Cleide Dall'Ojo

1972

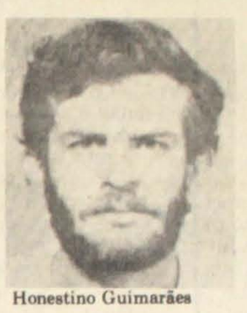
119. Hiroaki Torigoi
120. Jeová Assis Gomes
121. Ana Maria Palmeira
122. Paulo Cesar Botelho Massa
123. Marco Antonio Pinto de Oliveira
124. Maria do Amparo Araújo


Ana Rosa Kucinski


Stuart Angel


Orlando Bonfim


David Capistrano


Honestino Guimarães


Paulo Wright

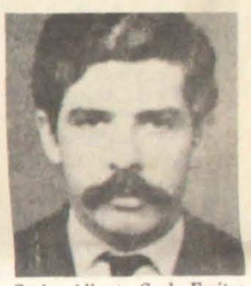

Luiz Tejera


Isis Dias


Luiz Maranhão


Eleni Guariba


Jorge leal Gonçalves


Carlos Alberto S. de Freitas

125. Paulo Norberto Pereira Marques
126. Maria Lúcia Petit da Silva
127. Gelson Reicher
128. Alex de Paula Xavier Pereira
129. Gastone Lúcia Beltrão
130. João Mendes Araujo
131. Isis Dias de Oliveira
132. Hélcio Pereira Fortes
133. Arno Preiss
134. Frederico Eduardo Mayr
135. Lauriberto José Reys
136. Alexandre José Ibsen Voerões
137. Lígia Maria Salgado da Nobrega
138. Ranúzia Alves Rodrigues
139. Wilson Ferreira
140. Maria Regina Lobo Leite Figueiredo
141. Antonio Carlos Nogueira Cabral
142. Ruy Osvaldo Aguiar Psztenreuter
143. Marcos Nonato da Fonseca
144. Ana Maria Nacinovic
145. Yuri Xavier Pereira
146. Ismael Silva Jesus
147. José Júlio Araújo
148. Bergson Gurjão Farias
149 Kleber Gomes
150. Helenira Rezende Souza Nazaré
151. José Toledo de Oliveira
152. Ciro Flávio Oliveira Salazar
153. José Francisco Chaves
154. Antonio Monteiro Teixeira
155. Nurks
156. João Haas Sobrinho
157. Lourival Paulino
158. Nelson Dourado
159. Antonio Benetazzo
160. João Carlos Cavalcanti Reis

161. Aurora Maria Nascimento Furtado
162. Lincoln Cordeiro Oest
163. Luís Guilhardini
164. Getúlio de Oliveira Cabral
165. Fernando Augusto da Fonseca
166. José Bartolomeu Souza
167. José Silton Soares
168. Luciana Ribeiro da Silva
169. Valdir Sales Sabóia
170. Carlos Nicolau Daniele
171. Sérgio Landulfo Furtado
172. Paulo Roberto Ribeiro Bastos
173. Luis Eurico Tejera Lisboa
174. Rui Carlos Vieira Berbet
175. Exequias Bezerra

1973

175. Pauline Reichstul
176. Eudaldo Gomes da Silva
177. Evaldo Luis de Souza
178. Anatália Melo Alves
179. Soledad Barret Viedma
180. Jarbas Pereira Marques
181. Arnaldo Cardoso Rocha
182. Francisco Seiko Okamo
183. Francisco Emanuel Penteado
184. Alexandre Vannucchi Leme
185. Lincoln Bicalho Roque
186. Ronaldo Mouth Queiroz
187. Merival Araújo
188. Márcio Beck Machado
189. Maria Augusta Thomas
190. Luis José da Cunha
191. Helber José Gomes Goulart
192. Manuel Aleixo da Silva
193. Manoel Lisboa de Moura

194. Emmanuel Bezerra dos Santos
195. José Carlos Novaes da Matta Machado
196. Gildo Macedo Lacerda
197. Humberto Câmara Neto
198. Honestino Guimarães
199. Paulo Stuart Wrihgt
200. Joaquim Pires Cerveira
201. João Batista Rita Pereira
202. Antonio Carlos Bicalho Lana
203. Sônia Maria Morais
204. José Mendes Sá Roriz
205. Jane Moroni Barroso
206. Ramires Maranhão do Vale
207. Edgard Duarte de Aquino
208. Idalisio Aranha Filho
209. Walkiria Costa
210. Paulo Rodrigues
211. Dinalva Conceição Teixeira
212. Ari
213. Alfredo
214. Maurício Grabois
215. Andrés Grabois
216. Sueli Yomika Nakaiama
217. José Humberto Bronca
218. Adriano Fonseca
219. Sônia
220. Hélio Luís Navarro Magalhães
221. James Allen Luz
221. Oswaldo Orlando Costa
222. Alcir Gomes da Silva

1974

223. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira
224. Eduardo Collier Filho

225. Ruy Frazão Soares
226. David Capistrano da Costa
227. Jose Roman
228. Walter de Souza Ribeiro
229. Luís Ignacio Maranhão Filho
230. João Massena de Melo
231. Caiuby Alves de Castro
232. Issami Nakamura Okamo
233. Tomás Antonio da Silva Meireles Neto
234. Ieda Santos Delgado
235. Ana Rosa Kucinsky Silva
236. Wilson Silva
237. José Porfirio

1975

238. Jaime Amorim Miranda
239. Orlando Bonfim Júnior
240. Itair José Veloso
241. Elson Costa
242. José Montenegro de Lima
243. Hiran Lima Pereira
244. Elza Rocha Miranda
245. Armando Teixeira Frutuoso
246. Wladimir Herzog
247. Pedro Jerônimo de Souza
248. Tenente Coronel PM José Ferreira de Almeida

1976

249. Sebastião Lopes
250. Manoel Fiel Filho
251. João Batista Drummond
252. Angelo Arroyo
253. Pedro Pomar

57. Joaquim Câmara Ferreira

CHEGA DE SUFOCO!

"Exigimos o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores e a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do regime a que eles servem", é o que diz a Carta do Congresso Nacional pela Anistia, aprovada no encerramento do encontro em São Paulo. Denominado "Compromisso com a Anistia", o documento define-se contra a anistia parcial e repudia a anistia recíproca: "proclamamos como indispensável e urgente a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos". "Ampla" quer dizer para todas as manifestações de oposição ao regime. "Geral", para todas as vítimas da repressão. E "irrestrita, sem discriminações ou restrições". Eis o texto integral do "Compromisso".



Fotos do Congresso: João Bittar

Neste momento da Conjuntura Nacional, em que amplos setores da sociedade brasileira lutam de várias formas por liberdades políticas, nós proclamamos como indispensável e urgente a conquista da **Anistia, Ampla Geral e Irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos** - imposição da consciência democrática de todos os que se opõem ao regime arbitrário que se instaurou no Brasil com o golpe político-militar de 1964.

A Anistia pela qual lutamos deve ser **Ampla** - para todas as manifestações de oposição ao regime; **Geral** - para todas as vítimas da repressão; e **Irrestrita** - sem discriminações ou restrições. Não aceitamos a Anistia parcial e repudiamos a Anistia recíproca. Exigimos o fim radical e absoluto das torturas e dos aparatos repressores, e a responsabilização judicial dos agente da repressão e do regime a qual eles servem.

A exploração econômica de todo o povo brasileiro e, mais particularmente, dos operários, dos trabalhadores assalariados e do homem do campo - tem, a garanti-la, a dominação política, que se exprime na repressão, os operários, os trabalhadores assalariados, os homens do campo e setores da sociedade civil tem se erguido, timidamente, a princípio, e mais energicamente nos últimos tempos. O crescimento das lutas contra a exploração e a dominação acabou por colocar em cena a luta pela Anistia, que cada vez se amplia mais e que cada vez mais se mostra como indispensável para a libertação econômica, social, cultural e política de todo povo brasileiro.

Nos últimos meses, as greves operárias, as greves de setores profissionais de classes médias, as reivindicações populares contra as péssimas condições de vida, têm arregimentado camadas cada vez mais amplas da população. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se os movimentos e as entidades pela Anistia, cada vez mais compreendida como instrumento de luta pelas liberdades democráticas - liberdade de palavra, de expressão, de manifestação, de associação e reunião, de atuação sindical, de greve, de atuação política e de organização partidária. Do Pará ao Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte ao Mato Grosso do Sul brotam núcleos pela Anistia. As cartas pela Anistia foram surgindo e se difundindo, numa progressão programática que revela a ampliação, o avanço e a unificação da lutas: São Paulo, Rio, Salvador. Hoje, este primeiro Congresso Nacional pela Anistia que agora se encerra em São Paulo exprime um salto político e organizativo que, incorporando as linhas gerais dos programas anteriores, passa a constituir um compromisso novo e superior nessa luta de oposição ao regime que aí está.

Este compromisso está claro para todos nós: temos de ampliar e fazer avançar a luta pela **Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos presos e perseguidos políticos;** transformando-a num instrumento consciente de luta dos operários e de todos os trabalhadores assalariados, inscrevendo-a nas demais lutas do povo brasileiro por liberdades políticas e incorporando-a a todas as lutas que se opõem ao regime autoritário e arbitrário que nos explora, que nos domina e que nos reprime. Esta é a nossa perspectiva: lutar até a vitória final de todo povo brasileiro.

As denúncias

As denúncias dos crimes praticados pela repressão desses anos mostra a dimensão das arbitrariedades, os danos causados ao povo brasileiro e a necessidade de que sejam devidamente apuradas. Novas denúncias vêm a público exatamente no momento em que cresce a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no bojo de outros movimentos populares. Vai tomando forma de um sentimento de revolta e luta.

No centro das mais graves e sérias denúncias destacam-se os casos de desaparecidos. O drama de seus familiares e amigos. Há mais de duas centenas de mortos. Muitos sofreram violentas e bárbaras torturas, e as circunstâncias de suas mortes foram escamoteadas pela repressão ou apresentadas como inteiramente falsas, sempre com o objetivo de enganar o povo.

Os presos políticos - que lutaram por melhores condições para o povo- sobreviventes das torturas e dos longos períodos de incomunicabilidade, após julgamentos irregulares e longas penas impostas, enfrentam os cárceres, o isolamento da sociedade, as péssimas condições carcerárias, a censura de livros e revistas e vêem seus familiares sofrendo revistas humilhantes. Não foram poucas as vezes em que tiveram de recorrer à medida extrema da greve de fome para defender sua sobrevivência.

São muitos os problemas enfrentados pelos atingidos com as cassações e aposentadorias, cujo número chega a milhares entre civis e militares, e pelos exilados e banidos, que continuam impedidos de desempenhar plenamente suas atividades civis, profissionais e políticas.

São muitos os brasileiros perseguidos, que, forçados pela falta de liberdade, e permanecendo na luta contra a opressão em todas as suas manifestações, se vêem obrigados a viver foragidos e ameaçados de serem presos, torturados e mortos se forem encontrados pelos órgãos repressivos.

A repressão policial institucionalizada pelo regime está presente não só contra as manifestações políticas, mas também se generaliza a todos os que passam pelas suas mãos, e, particularmente, que sofre diariamente a violência policial e termine por suportar, nas prisões, torturas e condições desumanas de tratamento. As denúncias contra a repressão devem continuar a ser ampliadas, e, nesse sentido, incorporar a nossa solidariedade a todos os povos latino - americanos que sofrem a repressão.

Proposições políticas gerais

Hoje não é mais possível manter expresso o exagero da pena de morte e da prisão perpétua, as cassações vitalícias, a imprensa calada. Ao regime impõe-se a necessidade de reconquistar bases de apoio e permanecer tal qual foi instaurado, e reformular-se para continuar.

Assim é que estão postas as "reformas" políticas que vêm ainda apenas perpetuar a exceção e o arbítrio, ordenadas sob a orientação ideológica da doutrina da Segurança Nacional.

Os movimentos pela Anistia entendem claramente que não se trata de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a LSN. Impõe-se a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura, oficiais, clandestinos ou militares. Impõe-se a responsabilização dos que, travestidos da autoridade de conferido pelo poder de polícia, têm praticado torturas e assassinatos; impõe-se acabar com a impunidade dos órgãos paramilitares.

A combinação da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita com reivindicações mais dos setores que combatem a opressão os trabalhadores, nas fábricas, o povo pobre, no campo, nos bairros e nas favelas; as categorias profissionais, em suas associações; setores parlamentares e religiosos - deve ser travada para fazer crescer o Movimento como um todo orgânico.

Esse entrelaçamento torna-se claro quando se compreende que a luta pela Anistia tem duas faces; uma, que defende os que até o momento têm sido atingidos pela repressão e pelo arbítrio; outra, que visa a defesa e a garantia dos que hoje estão lutando.

Por isso exigimos a revogação da Lei da Segurança Nacional e a rejeição do projeto que a reforma, o fim das torturas e do aparato repressivo, com a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do sistema a que eles servem. E repudiamos toda repressão do sistema a que eles servem. E repudiamos toda repressão dirigida contra os que denunciam e combatem essa mesma repressão.

Para isso é necessário incorporar as amplas massas na luta pela conquista da ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA.

Proposições organizacionais gerais

No sentido de fortalecer e ampliar a luta pela Anistia e de unificá-la nacionalmente, reconhecemos a necessidade de construir um organismo capaz de, preservando a identidade, as peculiaridades, e a relativa autonomia de cada movimento de Anistia existente, coordenar as lutas mais gerais que todos possam empreender daqui para a frente.

Além disso, devemos estimular o surgimento de movimentos, e núcleos de Anistia vinculados a entidades sindicais, associativas e civis, às categorias profissionais, organizações autônomas, visando tanto a maior penetração desta luta nos setores populares quanto à sua maior representatividade.



UDESC - FAED - IDCH

LEI? DE SEGURANÇA? NACIONAL?

Da "nova Lei de Segurança Nacional pode-se, sem exagero, dizer que permite ao governo esvaziar as cadeias de alguns de seus opositores que lá se encontram, para nelas colocar boa parte dos que, hoje, fora delas, lutam contra a permanência do regime de exceção" (CBA - Rio de Janeiro). Os movimentos de anistia preocupam-se também com as perseguições políticas futuras, como mostram três estudos apresentados ao Congresso sobre a Lei de Segurança Nacional.



Aos avanços dos movimentos populares, o regime tem responsabilidade com medidas que, se por um lado representam pequenas e parciais concessões, por outro, lhe permitem reaparelhar-se para enfrentar esses movimentos.

Enquanto proclama o AI-5, o governo tem feito passar as suas "salvaguardas". A luta pelas liberdades democráticas, em particular pela anistia, forçou o governo a falar em "revisões" das punições e a acenar com a possibilidade de libertação de alguns prisioneiros políticos e retorno de alguns exilados.

Um dos instrumentos eleitos pelo regime para promover as "reivindicações", entretanto, é a nova Lei de Segurança Nacional, cujo projeto enviou recentemente ao Congresso. A nova Lei, contudo, serve-lhe para enfrentar a nova realidade dos movimentos oposicionistas. Estes, diferentemente do que ocorria em 1969 (a atual LSN é de setembro de 1969) quando a oposição mais contundente ao regime era a armada, hoje se manifestam como movimentos populares crescentemente de massas. Ao tempo em que suprime as penas de morte e de prisão perpétua, o regime agrava as penas contra os grevistas, intelectuais, participantes de partidos políticos não reconhecidos e estende as punições previstas na LSN para pessoas situadas na faixa dos 16 aos 18 anos de idade.

Os avanços- e consequentes "respostas" oficiais - de cada um dos setores da oposição tem colocado, quase que de imediato, a necessidade de aprofundar cada uma das particulares, relacionando-as, cada vez mais explicitamente com as lutas democráticas gerais da sociedade. Os primeiros movimentos pela anistia, que não conseguiam ir além de pleitear simplesmente a libertação de presos, teve assim que avançar para uma proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Hoje, a a luta pela anistia, para prosseguir, está sendo combinada com a luta pelo fim de todas as formas de excepcionalidade e arbítrio.

Não é mais apenas a libertação dos presos e retorno dos exilados e banidos que justificam os movimentos pela anistia. Tais movimentos ampliam hoje a sua consciência de que os ex-presos e ex-exilados tenham não só o direito de viver e trabalhar no Brasil, mas também a segurança necessária para atuarem politicamente, ainda que no interi-

de partidos de esquerda. Dessa forma, os movimentos de anistia, além de se preocuparem com o passado e o presente dos perseguidos políticos, começam a se definir também contra perseguições futuras.

Ao final do I Congresso Nacional pela Anistia, entre outras resoluções (ver íntegra do documento na página anterior), foram extraídas as seguintes conclusões:

"Os movimentos pela anistia entendem claramente que não se trata de reformar o poder judiciário, a legislação eleitoral, a Lei de Segurança Nacional. Impõe-se a supressão do aparato repressivo, a desativação dos centros de tortura oficiais, clandestinos ou militares. (...) Exigimos a revogação da Lei de Segurança Nacional e a rejeição do projeto que a reforma, o fim das torturas e do aparato repressivo, com a responsabilização judicial dos agentes da repressão e do sistema a que eles servem".

Três teses: uma resolução.

Tal qual um cavalo de tróia que não conseguiu ser introduzido na cidadela das oposições, o projeto de mudança no Decreto-Lei 898 (LSN) tem sido denunciado no Parlamento, na Campanha Eleitoral e pelos movimentos de Anistia de todos os pontos de vista. Para o Congresso da anistia foram apresentados nada menos que três textos de entidades a respeito da nova LSN: um do **Comitê Brasileiro pela Anistia-Rio de Janeiro,** o outro do **Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos** e o último pela **Associação dos Advogados de São Paulo.**

Unânimes na condenação, tanto da atual, como da futura Lei de Segurança, estes três documentos apresentam fundamentações ligeiramente diferentes. O texto do Comitê Londrinense é composto por cinco pontos. O primeiro deles nega competência à Justiça Militar para julgar civis ou mesmo militares quando estes últimos não tenham cometido crimes contra a própria instituição militar: "A Justiça Militar existe e somente deve existir para julgar militares em situações não previstas no ordenamento civil e penal, quando o crime for praticado por militar contra a instituição!"

O mais longo dos três documentos é o da Associação dos Advogados de São Paulo, que faz uma minuciosa análise jurídica do Decreto 898 e do projeto de reforma do governo, demonstrando sua inconstitucionalidade e aberração jurídica. Dois exemplos de ilegalidade citados no documento:

1º) o prazo de incomunicabilidade de 8 dias (tempo suficiente para tortura e mal trato de toda ordem), quando o prazo de incomunicabilidade estabelecido pelo Código de Processo Comum e, mesmo, pelo Código Militar é de três dias;

2º) a custódia do preso por 30 dias que deve ser objeto de comunicação reservada do encarregado do inquérito à autoridade judicial, que contraria não só o direito à informação do advogado, mas o próprio princípio constitucional de liberdade de locomoção.

Dentre os muitos exemplos de aberração, apenas um dos citados



pelo documento: "O indivíduo da faixa compreendida entre os 16 e 18 anos que se dedica ao assalto, ao estrupro ou ao homicídio não arca com a repressão penal, "ex vi" do art. 23 da lei com um. Todavia, se participar de passeata onde se faça propaganda havida como subversiva, responderá com um a três anos de reclusão (art. 42 do projeto).

Mais rigor que antes

O documento do CBA-RJ afirma que o projeto de reforma da lei de 1969 é mais rigoroso que a Lei de Segurança de 1967. Evitando exemplos e casos particulares, o documento faz uma denúncia violenta da própria doutrina de Segurança Nacional, cujo espírito "não admite poderem as idéias progressistas nascer de nossa própria realidade". Para o CBA-RJ os objetivos nacionais permanentes da doutrina da Segurança Nacional "soberania nacional; integridade territorial; regime democrático e representativo; paz social; prosperidade nacional; Harmonia internacional" - artº 2º da LSN - foram todos desmoralizados pelos próprios detentores do poder: "Como se falar de soberania nacional quando as empresas multinacionais interferem diretamente na tomada de decisões que dizem respeito ao nosso desenvolvimento?

Como se falar em integridade territorial quando existem verdadeiros impérios - como o de Ludwig, no Amapá - dentro de nosso terrritório, gerido por estrangeiros? Como se falar em regime representativo e democrático quando a federação e a representatividade do Presidente da República foram suprimidos? Como se falar em paz social quando a maioria de nosso povo revolta-se contra as condições de miséria em que é mantido secularmente, agravado este quadro nos últimos anos? A que prosperidade se refere, à das grandes empresas que enriquecem a altas taxas ou à da maioria de nosso povo, marginalizado da distribuição de renda? Qual a harmonia internacional, se a própria doutrina de segurança parte do princípio de que o mundo marcha para uma guerra entre blocos - o oriente e o ocidente - e se alinha de antemão a um deles?"

Os três documentos são unissonos da denúncia ao restabelecimento da censura prévia via Lei de Segurança Nacional, que autoriza o Ministério da Justiça a retirar de circulação qualquer jornal, revista, livro, filme etc, por ele considerados de caráter subversivo. Todos também denunciam o chamado crime de "favorecimento de utilização dos meios de comunicação" (por exemplo, um diretor de jornal que permite a publicação de um artigo que desagrada as autoridades), que pode dar de dois a doze anos de reclusão.

Os documentos condenam igualmente a definição da greve em serviços administrados pelo Estado como crime punível com dois a doze anos de reclusão e de oito a trinta anos se, em virtude dela, alguém sofrer lesão grave ou vier a falecer.

A fundamentação diferente dos documentos de Londrina, Rio de Janeiro e São Paulo contribui para iluminar ainda mais a natureza e as distorções do projeto de reforma da Lei de Segurança Nacional. A síntese desses documentos, no Congresso pela Anistia, representa um aprofundamento das posições de cada um deles e um clareamento do que seja a luta pela anistia, que saiu ainda mais vinculada com as lutas democráticas gerais do povo brasileiro. O cavalo de troia ficou de fora. Tentara entrar na marra e verdade, mas os guardiães da cidadela estarão atentos.

(A. R. Espinosa)



PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO

Na defesa dos princípios aqui expostos, nós nos comprometemos, neste momento, a encaminhar nossa luta pela conquista dos seguintes objetivos, que constituem nosso programa mínimo de Ação:

1. FIM RADICAL E ABSOLUTO DAS TORTURAS. Denunciar as torturas e contra elas protestar, por todos os meios possíveis. Denunciar à execração pública os torturadores e lutar pela responsabilização judicial dos agentes de repressão e do sistema a que eles servem, fazendo que essa luta seja assumida não apenas individualmente mas, coletivamente, pelos movimentos de Anistia e pelas entidades profissionais a que se acham vinculadas as vítimas.

2. LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS E VOLTA DOS CASSADOS; APOSENTADOS BANIDOS, EXILADOS E PERSEGUIDORES POLÍTICOS. Levantar a identidade, localização e a situação de todos os presos, cassados, banidos, aposentados, exilados e perseguidos políticos. Lutar pela sua libertação, pela sua volta ao País e pela retomada de sua existência civil, profissional e política.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DOS DESAPARECIDOS E DOS MORTOS. Apoiar a luta dos familiares dos cidadãos que se encontram desaparecidos por motivação política. Lutar pelo esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos.

4. FIM DO TRATAMENTO ARBITRÁRIO E DESUMANO CONTRA OS PRESOS POLÍTICOS. Investigar as condições a que estão submetidos todos os presos políticos. Denunciar as arbitrariedades que contra eles se cometem e manifestar, por todos os meios, e seu protesto e o seu repúdio. É exigir a liberalização da legislação carcerária. Lutar contra a incomunicabilidade dos presos políticos.

5. REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E FIM DA REPRESSÃO E DAS NORMAS PUNITIVAS CONTRA A ATIVIDADE POLÍTICA. Lutar, por meios jurídicos e políticos, contra todas as normas coercitivas e punitivas excepcionais ou não, que impeçam o livre exercício do direito de palavra, reunião associação, manifestação e atuação política e partidária. Denunciar e contra elas manifestar seu protesto e seu repúdio-todas as formas de repressão que visam a intimidar, ameaçar, cobiçar ou punir os que pretendem exercer aqueles direitos. Lutar pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Lutar contra todas as manobras que visem esvaziar o sentido do "habeas-corpus" e denunciar todas as tentativas de anulação ou obstrução desse direito e contra elas protestar por todos os meios.

6. APOIO ÀS LUTAS PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS - Apoiar os pronunciamentos, as manifestações, as campanhas e as lutas de outros setores sociais, organismos e entidades, que colimem os mesmos fins expostos nesta Carta. Apoiar as lutas dos familiares dos presos, cassados, aposentados, banidos, exilados, desaparecidos, mortos e perseguidos políticos pela sua imediata libertação ou volta, pela recuperação da memória de suas existências, pelo repúdio às torturas e ao tratamento carcerário arbitrário e desumano de que foram, são ou venham a ser vítimas. Apoiar as lutas dos sindicatos operários, dos sindicatos e das associações profissionais de assalariados e de trabalhadores em geral contra a exploração econômica e a dominação política a que estão submetidos, pela liberdade e pela autonomia sindicais, pelo direito à livre organização dos locais de trabalho, pelo direito de reunião, associação, manifestação e greve. Apoiar as lutas contra todas as formas de censura e cerceamento de Imprensa, ao Teatro, ao Cinema, e à Música, às expressões artísticas, á produção e à divulgação da Cultura e da Ciência, em defesa da ampla liberdade de informar e de ser informado, de manifestar o pensamento as opiniões e as reivindicações, de adquirir e de utilizar o conhecimento. Apoiar as lutas dos estudantes por melhores condições de ensino, pelo direito de se manifestarem e pela liberdade de criarem e conduzirem as suas entidades representativas. Apoiar as lutas de todo o povo por melhores condições de alimentação, habitação, transporte, educação e saúde. Apoiar a atuação dos partidos e dos parlamentares que endossem essas mesmas lutas. E denunciar e repudiar todas as tentativas de impedir, distorcer, obstruir, descaracterizar e sufocar as lutas pela Anistia e dos setores, organismos e entidades que se identifiquem com os princípios e objetivos aqui proclamados.



UDESC - FAED - IDCH

Uma carta de Miguel Arraes

"A luta pela anistia é parte importante da luta de todo o povo por liberdades e pela construção de um regime democrático. Empunhando sua grande arma, que é a democracia, ele irá pôr em questão, organizadamente, todo o arcabouço, econômico e político que vem sendo instalado nos últimos 14 anos" afirma o ex-governador do Pernambuco, Miguel Arraes, hoje exilado na Argélia, nesta carta enviada ao Congresso Nacional da Anistia.



Arraes e Brizola

Argel, 30 de Outubro de 1978.
Ao I Congresso Nacional dos Comitês de Anistia

O fato de que possam se reunir as várias associações formadas através do Brasil para lutar por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita representa um marco importante na luta que trava o povo incessantemente pela conquista de liberdades. É num contexto mais amplo que a campanha se insere pois ela não visa apenas a libertação dos prisioneiros políticos e a volta dos exilados. Seria limitá-la, por um lado, quando as circunstâncias a limitam por outro: nem ela, nem ninguém pode restituir os mortos sob a tortura, nem os que tombaram ao protestar contra o arbítrio, nem os que são dados como desaparecidos e cujos corpos nem sequer puderam ser recuperados pelas famílias.

A luta pela Anistia é parte importante da luta de todo o povo por liberdades e pela construção de um regime democrático. Empunhando sua grande arma, que é a democracia, ele irá pôr em questão, organizadamente, todo o arcabouço econômico e político que vem sendo instalado nos últimos quatorze anos.

As necessidades mais elementares da população - comida, educação, trasporte, saúde, habitação,... - estão ligadas ao processo de dominação do país, cujas riquezas vêm sendo alienadas e cujo descomunal endividamento obriga o povo brasileiro a apertar cada vez mais o cinto para que sejam pagos os ônus deles decorrentes e os lucros exorbitantes que exportam os grupos multinacionais.

Por isso mesmo, a política de arrocho salarial tem sido mantida de forma inexorável, reduzindo o poder de compra dos operários e dos assalariados em geral. No campo, a proteção concedida às grandes empresas agrícolas e a conservação de antigas formas de exploração, agravadas pela marginalização a que foram relegadas as atividades tradicionais, fizeram surgir milhões de bóias frias e encheram as periferias dos centros urbanos de uma população que vive desempregada ou semi-empregada.

Os beneficidrios dessa situação não desejam Anistia. Pretendem limita-la, "relativizar" a democracia. Essa resistência a medidas que atingiram presos políticos e exilados - poucos em relação aos 110 milhões de brasileiros - não vem do temor a ação que porventura pudessem desenvolver.

Tais receiam que com a conquista das liberdades sejam postos em causa os seus objetivos fundamentais que só podem ser atingidos através da continuidade da política de internacionalização sem freios da economia, indispensável aos interesses das multinacionais e dos seus associados no Brasil. Todo avanço no sentido da conquista de liberdades é por eles visto como ameaça a dominação neocolonial moderna que se abateu sobre o país, a qual pretende manter coerência em todos os planos - ideológico, econômico, político e militar - de modo a formar um bloco rígido e indivisível.

Esse monolitismo está ruindo face ao avanço do movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ligada à ação que diferentes setores vêm realizando na defesa de suas reivindicações, como os operários e estudantes. Essas diferentes iniciativas, nascidas das bases, acabam convergindo para os indiscutíveis objetivos gerais do movimento popular: a conquista de nossa independência econômica e a solução dos nossos graves problemas sociais.

Saudamos o I Congresso dos Movimentos de Anistia como um passo importante para a unificação das forças democráticas e populares. Num país geográfica e socialmente diferente como o nosso, devemos pôr de lado as divergências secundárias que nos possam dividir, sejam partidárias, religiosas, ideológicas e outras, para lutarmos unificadamente pela democratização e pela independência econômica do nosso país, sem o que não dispomos dos instrumentos indispensáveis a solução dos problemas sociais que cada vez mais afetam o nosso povo.

Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.
Pela Democracia.
Pela Independência Nacional.
Por amplas liberdades para o povo.
Pela unidade do movimento popular e democrático.

"A melhor escola para a dialética é o exílio e é por isso que os dialéticos mais penetrantes são os exilados; porque são as mudanças que os forçam ao exílio e eles não se interessam por outra coisa que não seja mudança" (Brecht)

EXÍLIO: LUZ, CÂMERA, AÇÃO!

O cinema feito por Luiz Alberto Sanz e por outros tantos latino - americanos exilados na Europa.

O exílio é um castigo implacável, duro, insensível. Bem ao contrário do que deixa entender o cineasta Glauber Rocha, um dos nossos ilustres ex-auto-exilados. Porque, de um modo geral, o exílio político não é voluntário, não é mudança de ares ou simples viagem de recreação. O exílio, na verdade, não deixa alternativas, enquanto o voluntarismo pode ser resultado de qualquer descontentamento e permite, entre tantas opções, substituir o país, ou melhor, imigrar pura e simplesmente.

A referência a Glauber não é fortuita. Antes, ela é absolutamente intencional, pois não existe nada melhor do que esta nossa figura folclórica para exemplificar um certo tipo de cinema que se faz no exílio. O baiano falou e disse, foi e acabou voltando com uma "bagagem" de pelo menos três filmes, todos inéditos no Brasil ("O Leão de Sete Cabeças", "Cabeças Cortadas" e "História do Brasil") e todos comprometidos com uma mauta elitista, frequentada por irredutíveis defensores das coisas barrocas, herméticas, confusionistas e outras tantas qualificações adequadas a esse tipo de cinema, um cinema que necessita de críticos (mediadores) e não de público. (O indecifrável "Cabeças Cortadas" acaba de ser liberado pela censura brasileira. Um filme tão velho quanto sua exata qualificação: psicodélico).

Aventura

Essa coragem fora de casa, essa coragem de aventureiro pode ser chamada de "exercícios de autoexílio". Além de permanecerem inéditos, esses "exercícios" não levaram a nada, não chegaram a nada. Porque não passam de ficções (manipulações) ou, no caso de "História do Brasil", de documentos transfigurados em nome do **talento** e **poesia**, conceitos da arte e do artista que, nos tempos atuais, ganham prioridade secundária. Seguramente, há outros casos típicos, as vezes bastante próximos, porém são acanhados diante da violenta representatividade megalomaniaca de Glauber Rocha.

Esses tempos de Glauber já passaram. Assim como as vítimas do macartismo já se perderam no tempo e no espaço. Hoje a coisa é diferente. Hoje tem pornochanchada, tem Embrafilme e tem cabides. E quem está no degredo certamente não está dependurado em nenhum desses cabides e faz da resistência o seu dever primordial, sem deixar-se levar por critérios intelectualistas de acordo com estereótipos ocidentais. O cinema que se faz no exílio hoje tem outras peculiaridades e já não manifesta publicamente pretensiosos debates de consciência crítica, fazendo do exílio um problema do tipo pessoal.

Lição de dialética

Pelo menos entre os cineastas latino-americanos, há dois princípios básicos: 1) um cinema militante, documental ou ficcional, mas de objetivos cristalinamente declarados (os chilenos Orlando Lubbert e Patricio Guzman; o boliviano Jorge Sanjinos, o argentino Fernando Solanas, o colombiano Carlos Alvares); 2) um cinema do exílio que procura retratar os problemas que afligem os próprios interessados, os exilados (o brasileiro Luiz Alberto Sanz, os chilenos Jorge Fajardo, Marilú Mallet, Rodrigo Gonsales, Raul Ruiz), mas sem mergulhar nas "profundezas da criação", nas reconstituições das causas perdidas, na necrofilia e no arrependimento.

Seguindo esses princípios, Raul Ruiz encontrou no exilado Brecht a inspiração necessária para filmar "Diálogos de Exilados" na França, uma observação sobre alguns refugiados chilenos que viviam em Paris no início de 1974. E, na abertura do filme, a epígrafe de Brecht é substancial: "A melhor escola para a dialética é o exílio e é por isso que os dialéticos mais penetrantes são os exilados; porque são as mudanças que os forçam ao exílio e eles não se interessam por outra coisa que não seja mudança". Pode parecer uma caricatura, mas em nenhum instante Ruiz revela qualquer desprezo pelos seus personagens que, de fato, demonstram sua desordem moral, sua confusão intelectual. E a parcela de anarquismo que transparece é justificavel diante do espantoso êxodo provocado pelo golpe.

Testemunho real

Mas o melhor exemplo de filmes de exilados está na linha seguida por "Il n'ya pas d'oubli" (Não há esquecimento), ficção em três episódios que evoluem para o documental, dirigidos pelos chilenos Rodrigo Gonzales, Marilu Mallet e Jorge Fajardo, respectivamente. Trata-se de uma realização canadense (de Quebec), produzida pelo Office National du Film, que relata a situação de três exilados chilenos em Montreal. No primeiro episódio, os últimos instantes de vida de um professor que não aceita a idéia de sair do polo sul para morrer no polo norte; no segundo, a integração de uma moça através do idioma, do trabalho e do namorado canadense; e, no terceiro episódio, a impossível adaptação de um intelectual, longe da mulher e dos filhos, trabalhando como operário numa metalúrgica.

Diante da triste situação destes exilados, os realizadores (que, afinal, também são exilados) não tratam os personagens com o clássico pieguismo. Ao contrário, procuram, em todos os momentos, trocar a paternalismo pela resistência e o protecionismo pela sobrevivência, para que a expressão de um confusionismo ideológico não deturpe o processo histórico e não utilize esquemas reacionários. ("Il n'y a pas d'oubli" recebeu "mensão honrosa" no Festival de Locarno em 1976).

Este parece ser o comportamento mais correto desses cineastas e os seus filmes adquirem um testemunho real do país distante, já que o exílio representa um desmembramento dessa matéria prima e os exilados as suas pequenas particulas. E se há alguma contradição entre a ficção e o documentário ela é ultrapassada por uma integração mais profunda dos dois "gêneros", um nutrindo o outro e autentificando o seu engajamento social. Não há, portanto, a contradição entre o realismo do quotidiano e a alegoria histórica porque, eliminado esse "antagonismo", prevalece a coexistência de todos os meios de linguagem.

Maria Auxiliadora

Também o exilado brasileiro Luiz Alberto Sanz faz questão de "coexistir" com esses meios ao realizar para a televisão sueca "Quando Chegar o Momento", que teve "estréia mundial" (a expressão é do autor) em Havana, durante o I Festival Internacional do Cinema Jovem. O filme tenta reconstruir a passagem heróica e a trágica morte de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, mineira de Antonio Dias e estudante de medicina em Belo Horizonte. Expulsa do Brasil em 1970, mediante **troca** com o embaixador suiço, Dora - como era chamada carinhosamente pelos seus companheiros - depois de sofrer uma série de torturas, aqui e no Chile (então sua segunda pátria) -, é aceita em Berlim Ocidental para viver o seu "novo exílio político", ali iniciando, porém, um terrível processo de depressão que acabou levando-a a desequilíbrios emocionais e, em maio de 1976, ao suicídio nos trilhos do metrô.



Cena final de "A Passagem", filme da Alemanha Oriental dirigido pelo chileno Orlando Lubbert.



Em Berlim Ocidental, Lars Safstrem (com a mão no rosto), Reinaldo e Luizão (de costas) ouvem o depoimento do colombiano "Sabanero".

Fornos Quentes

Com título extraído de uma letra de Chico Buarque, "Quando o Momento Chegar" tem como base o livro "Os Fornos Quentes", de Reinaldo Guarani Simões, companheiro de Dora. O filme é dividido em dois planos diversos, mas que, ao prestigiar a pesquisa pessoal e transparência do documento, encontram a mais perfeita junção. A primeira parte é reconstruída através de fotos, cartas, anotações e filmes documentários, nos quais aparecem trechos de duas entrevistas concedidas por Dora no Chile (uma ao próprio Luizão e outra ao conhecido cineastanorte-americano Haskell Wexler). Outros trechos ajudam a descrever o desenvolvimento do Brasil desde o nascimento de Dora (1945) até hoje. A segunda parte é o quotidiano, o **hoje em dia** no qual são feitas algumas viagens pela Europa, onde o diretor e o escritor percorrem Paris, Colonia, Béchum e Berlim para encontrar os companheiros com os quais ao lado de Dora, repartiram as agruras do exílio.

Ao lado da vida

Face a cruel situação destes desterrados, os seus filmes não escolhem nenhuma saída para o silêncio púdico nem para a compaixão protetora. É o caso de "Quando Chegar o Momento", filme que se coloca ao lado da vida porque procura demonstrar as causas e consequente morte de quem não devia morrer. Parece pouco, mas isso é cinema de concepção política e que, de uma ou de outra maneira, ajuda a recuperar mémoria da gente.

Assim como "A Passagem", que o chileno Orlando Lubbert dirigiu na Alemanha Oriental (exibido na II Mostra Internacional de Cinema de S. Paulo), propõe uma série de situações e de retratos gritantes para recuperar o riso, ainda que seja um riso um tanto quanto amarelo, infinitamente distante do cinismo delirante de um Globêr Roxá... **(Renato Petri).**



Dora e Reinaldo numa cena de "Quando Chegar o Momento".

Para Dora: "Quando chegar o momento"

Luiz Alberto Sanz (Luizão), carioca há 35 anos, oito deles no exílio, jornalista de formação cinematográfica. Trabalhou na cinemateca do MAM do Rio e aprendeu a fazer cinema com Arne Sucksdorf, Dib Lufti, Arnaldo Jabor, Fernando Coni Campos e outros mais. Começou a dirigir filmes no Chile, um cinema para o qual não estava preparado: o cinema documentário. Seu depoimento a EM TEMPO:

– Antes achava muito difícil fazer documentários; hoje acho exatamente o contrário. Era a única coisa que podia fazer no Chile. Tinha a experiência jornalística e o cinema documental resolveu o problema. Depois de realizar dois curtas metragens para o Instituto de Reforma Agrária, consegui emprego na universidade e até o golpe, em setembro de 1973, realizei mais seis filmes.

– Na Suécia, dois anos praticamente inativos. Em 1976, reencontrei Reinaldo Guarani Simões em Estocolmo. Juntamente com outro companheiro sueco, o cineasta Lars Safstrom, começamos a trabalhar um projeto em cima de um texto de Reinaldo sobre a morte de Maria Auxiliadora Lara Barcelos. A televisão sueca se interessou e arcou com todas as despesas de "Quando Chegar o Momento". Até o fim deste ano a tevê põe o filme no ar.

– O filme não é só sobre Dora. É sobre a gente, os exilados, os banidos. Melhor: é sobre uma geração, ou parte dela. Por que Dora? Conheci essa criatura excepcional em 1970, quando fomos expulsos do nosso país. Sempre achei ela uma das mais fortes: corajosa, decidida, despachada. Durante todo o tempo em que convivemos no Chile, jamais vi essa moça deprimida. Aliás, isso se confirmou durante a pesquisa que fizermos para o filme. Então por que uma pessoa dessas se mata? É isso que o filme procura responder: até mesmo as pessoas mais fortes, quando perdem a esperança, quando não conseguem ver mais o mundo imediatamente à sua volta, se quebra, se dilacera, sem que isso signifique a derrota, ou que ela desistiu de lutar.

– A morte não significou que Dora abandonou o campo de luta, nem que deixou de acreditar nela. Apenas não aguentou mais. Depois de encontrar uma segunda pátria no Chile, onde trabalhava como médica para um povo que também era seu, de repente se viu perdida, desamparada, sem mais lugar no mundo, isto é, enclausurada, devido a um documento vencido que não a permitia sair de Berlim Ocidental. Essa questão só foi solucionada com a sua trágica morte.

– Quero mostrar esse pedaço da vida de Dora para o maior número de pessoas possível. Já tenho distribuição paralela garantida na Suécia e em Paris. Essa é a minha concepção de cinema, sempre ligada a minha concepção política. É um cinema que de alguma forma ajuda na luta contra o fascismo. Isso não quer dizer que esta é uma tarefa somente do filme militante. "Quando Chegar o Momento" é um filme que se coloca ao lado da vida e não sei se ele serve mais ou menos do que o filme militante, ou aquele que faz uma profunda análise da sociedade brasileira. Pouco importa, porque, no fundo, estamos juntos. O que nos divide é os a favor e os contra: de um lado está Glauber Rocha e seus sequazes, de outro está a grande maioria dos cineastas brasileiros, que vai de Wladimir Carvalho a Lauro Escorel. Apesar de tudo, espero muito em breve estar realizando o meu último filme por aqui, aquele que vai dar fecho ao exílio.

– Aí, pode até ser uma ficção...

NEGROS DÃO A VOLTA POR CIMA

"Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos". Quem afirma é o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que acaba de realizar a sua terceira assembléia nacional em Salvador.

Apesar das barreiras impostas, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUR) conseguiu realizar no último dia 4 em Salvador, no pátio do Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA) a sua terceira assembléia nacional, quando foi aprovado um manifesto pelo Dia Nacional da Consciência Negra e a ampliação dos seus pontos do programa mínimo.

As dificuldades para a realização da assembléia, que reuniu representantes de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, começaram já um dia antes do encontro. De fato, na véspera, os organizadores foram informados pelo presidente da Associação dos Funcionários Públicos, deputado Archimedes Pedreira Franco (MDB), que no auditório, antes cedido, não poderia ser mais realizada a reunião, uma vez que o Conselho da entidade decidiu que o MNUCDR estava "ferindo a Lei Afonso Arinos".

O Teatro Vila Velha também não pode ser utilizado pois, mesmo com a autorização de sua diretoria, teve suas portas fechadas e a funcionária encarregada de guardar as chaves explicava, nervosa, que a Polícia Federal, através de um telefonema, havia proibido o encontro. E mesmo no ICBA os integrantes da MNUCDR não estiveram livres de provocações por parte de pessoas não identificadas, que usaram inclusive da agressão física a um dos participantes da assembléia. Disposta a não aceitar provocações, a assembléia avaliou que a preocupação da repressão em relação ao encontro já apontava "uma vitória do movimento".

Passo adiante

A terceira assembléia do MNUCDR deu mais um passo, na abordagem da questão política do negro brasileiro. Embora houvesse quem considerasse que o momento era o da busca de uma organização maior do movimento, inclusive com o aprofundamento das questões específicas do negro, a preocupação dominante era a de não deixar com que o movimento se tornasse isolado, com conotações racistas contra o branco.

E para isto a inclusão de palavras de ordem mais gerais no programa mínimo, abrangendo os problemas políticos das camadas oprimidas brasileiras (independente da cor) foi muito importante.

Os pontos programáticos definidos nas assembléias anteriores, voltados particularmente para a problemática do negro, foram ampliados. E se incluiu, por proposta de São Paulo, a luta por melhores salários, por aumento salarial de três em três meses acima do aumento do custo de vida, eleições livres para todos os cargos eletivos, direito de greve, melhores condições de trabalho, contrato coletivo de trabalho, por liberdade sindical, por liberdade de organização e expressão anistia ampla, geral e irrestrita, assembléia constituinte livre, democrática e soberana e por liberdade de organização para todos os partidos políticos. Por proposta do Rio de Janeiro foram acrescentadas, ainda, as palavras de ordem, contra a tortura e censura e pelo saneamento básico nos bairros populares.

Assim, a assembléia do MNUCDR identificou o problema do negro como semelhante aos problemas dos trabalhadores e das camadas pobres do Brasil.

O voto negro

O posicionamento do MNUCDR em relação ás eleições também leva em conta este entendimento, quando afirma que "estamos conscientes tanto da especificidade da nossa luta como da sua identificação com as demais lutas dos setores populares do país". E considerando ainda que estão numa fase embrionária de organização, o que impede de lançar um candidato próprio, o movimento decidiu apoiar os candidatos democratas, "que incluem em seus programas questões de interesse do povo brasileiro, como melhores condições de vida e trabalho, liberdade de organização e manifestação, liberdade sindical, contra a carestia, anexando a estas bandeiras de luta geral a especificidade da problemática do negro".

Carta a Zumbi

Na assembléia foi tirado um manifesto nacional a Zumbi, pelo 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que afirma:

– Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra dos Palmares, que existiu no estado de Alagoas de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje novamente após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro a nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra!

– Dia da morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre e em que todos - negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

– Hoje estamos reunidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira apontando para uma nova ordem onde haja a participação real e justa do negro, uma vez que somos os mais oprimidos dos oprimidos, não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos.

– Por isso negamos o 13 de maio de 1888, Dia da Abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por que? porque ela foi uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação em que até hoje se encontra o negro: jogado nas favelas, cortiços, alagados, invasões, empurrados para a marginalização, a prostituição, a mendicância os presídios, o desemprego, o subemprego, tendo sobre si, ainda, o peso desumano da violência e pressão policial.

– Por isso, mantendo o espírito de luta dos quilombos, gritamos contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o racismo, contra toda e qualquer forma de opressão existente na sociedade brasileira, e pela mobilização e organização da comunidade negra, visando sua real emancipação política, econômica, social e cultural.

– Desde o dia 18 de junho somos o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, um movimento que se propõe ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos centros de luta, formados onde quer o negro se faça presente.

– É preciso que o MNUCDR se torne forte, ativo e combatente; mas, para isso é necessário a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

O manifesto lança como palavras de ordem, "Pelo Dia da Consciência Negra", "Pela Ampliação do MNUCDR", "Por uma verdadeira democracia racial" e "pela libertação do povo negro".

(Linalva Maria)

UDESC - FAED - IDCH

ANISTIA: RUMO AOS TRABALHADORES

O Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo traçou caminhos que permitirão integrar o movimento no cotidiano das fábricas, dos sindicatos e dos bairros populares. Além da defesa dos presos, banidos, cassados e perseguidos políticos, trata-se agora de canalizar esforços também para a defesa e preservação do movimento popular, nesta nova conjuntura de greves e mobilizações de massa. Assim, direito de greve, liberdade sindical, reconhecimento e estabilidade para as Comissões de Fábrica, passam a ser temas de trabalho para os núcleos pró-Anistia de todos os estados.

Levar a bandeira da anistia para as amplas camadas populares, dar-lhe uma dimensão maior do que a de uma simples questão de interesse exclusivo apenas de presos políticos, cassados e banidos, e fazê-la presente no cotidiano das fábricas, dos sindicatos, dos bairros e das escolas foi o grande desafio que o Primeiro Congresso Brasileiro pela Anistia, realizado em São Paulo na semana passada, resolveu assumir. De fato, o Congresso representou um novo marco: o da tomada de consciência dos diversos núcleos e movimentos que se fizeram presentes de que só com a popularização da anistia esta luta pode ser vitoriosa e para isto é necessário unificá-la com as demais lutas das camadas populares.

Não foi apenas a tomada desta consciência o único indicativo de que já estão distantes os dias em que a questão da anistia sensibilizava basicamente pequenos núcleos de familiares de presos e perseguidos políticos. Os próprios números do Congresso revelam que esta fase já foi superada. Mais de 1.200 pessoas de vários estados se inscreveram e participaram dos debates e das comissões e cerca de 140 entidades se fizeram presentes, 35 das quais representando núcleos pró-anistia. A estes núcleos se uniram entidades como oposições sindicais, a Igreja, OAB, ABI, Comissão pró-UNE e outras.

É a partir do Congresso, e de seus resultados, que os movimentos pela anistia entram na fase de superação de sua dispersão tanto política como orgânica. Do ponto de vista político, o Congresso aprovou uma Carta-Programa que tanto aperfeiçoa a aprovada no Encontro de Salvador como coloca em termos definitivos a luta pela anistia como intimamente vinculada à luta pelas liberdades democráticas e pelo fim do Regime autoritário, não só definindo o caráter amplo, geral e irrestrito da anistia, mas como levantando ao lado desta bandeira temas como o desatrelamento dos aparelhos repressivos, da responsabilização judicial e criminal dos responsáveis pelos crimes cometidos nos porões dos organismos de repressão, a conquista da liberdade de organização e de expressão.

Do ponto de vista orgânico, o Congresso viu que é necessário deflagar um processo que culmine com uma estrutura organizacional ao nível nacional, dando como primeiro passo a constituição de um grande Conselho formado por todas entidades – uma espécie de Federação de Anistia ainda que não formalizada como tal, e elegeu uma coordenação nacional que se responsabilizará pela materialização das definições políticas do Congresso.

As duas faces da anistia

Um dos grandes pontos de discussão no Congresso se manifestou na definição do espectro da luta pela anistia, ou sob as suas duas faces. Isto se reflete tanto na carta-programa aprovada como na discussão das diversas comissões que funcionaram. No final, chegou-se à seguinte conclusão: a primeira face diz respeito às questões vinculadas aos que já foram atingidos pela repressão e atos arbitrários do regime, como os presos políticos, desaparecidos, mortos, cassados, exilados e banidos, que até o Congresso vinha sendo quase que as questões exclusivas das preocupações dos diversos movimentos de anistia. A segunda face, que ficou bastante realçada no Congresso, se volta para a defesa e preservação do movimento popular, como uma forma de impedir que as organizações e lideranças populares que estão se fortalecendo nesta nova conjuntura sejam ceifadas pela repressão. Assim, questões como a defesa das comissões de fábrica, a defesa do movimento de custo de vida e de lideranças sindicais que estão sendo demitidas do seu trabalho pelo papel que desempenham seriam temas que devem passar a preocupar os núcleos pró-anistia. É com base nesta segunda fase que se procura popularizar a luta pela anistia.

De acordo com o que ficou claro na discussão da comissão de trabalhadores, a popularização da anistia não é tanto uma questão de forma, mas principalmente de conteúdo. Não se trata de queimar a pestana para saber qual a melhor fórmula para escrever de bolentins da anistia, de uma maneira acessível ao grande público. Trata-se, isto sim, de uma linha capaz de levar esta bandeira às amplas massas. E isto, segundo as resoluções do Congresso, só é possível de ser conseguido se os núcleos pela anistia passarem a levantar firmemente a defesa do direito de greve, de liberdade sindical, de denúncia e combate das demissões nas fábricas, da violência policial que se abate sobre as camadas populares etc. Só assim, acreditam, é possível fazer com que surja núcleos pró-anistia nos bairros e nas fábricas, pois desta maneira a luta pela anistia se ligaria com o cotidiano das camadas populares.

Responsabilizar o regime

"Passou a fase de iniciativas individuais". Com esta frase, o Congresso marcou a necessidade de ser mais ousado no que diz respeito aos mortos e desaparecidos. Viu-se que a família Herzog abriu o caminho pelo qual é possível responsabilizar, judicialmente e criminalmente, o Estado, pelos assassinatos de vários oposicionistas e combatentes populares, que segundo um levantamento do Congresso são mais de 200 pessoas assassinadas. Viu-se que os núcleos pela anistia deveriam tomar a si a tarefa de articular as famílias para que entrem com processo na Justiça.

Esta foi, inclusive, uma decisão que foi inserida na Carta-Programa. O Congresso não aprovou ainda a orientação de "Punição para os torturadores", por entender que tal questão pode afastar as forças mais moderadas que hoje se colocam na frente pró-anistia, mas aprovou um caminho que na prática implica, ainda que limitadamente, em executar esta orientação. E o caminho não é outro senão o da responsabilização criminal do Estado, pelos crimes cometidos pelos órgãos de repressão. (Ver o documento na página seguinte). Pretende-se, inclusive, não se ficar apenas na generalidade, isto é de condenar o Estado, mas também de levar ao banco dos réus os responsáveis diretos e os agentes de tais crimes.

Ao lado desta questão, o Congresso se posicionou firmemente em relação à nova Lei de Segurança Nacional, exigindo não só a revogação da atual LSN como também o repúdio ao novo projeto encaminhado por Geisel. E mais: não ficou apenas no repúdio formal. Aprovou uma linha de ação, colocando como eixo da atuação nos dois próximos meses a questão da Lei de Segurança Nacional com vistas a criar uma consciência nacional contra a nova LSN.

O caminho concreto para materializar estas definições políticas será a realização de uma jornada nacional pela anistia, que deve se encerrar no dia 18 de abril do próximo ano. Esta jornada terá motivações diferentes que dependerão basicamente da situação de cada Estado. No Rio Grande do Sul o seu eixo será a liberatação de Flávio Kurtz (preso na Argentina) e de Flávia Shilling (presa no Uruguai).

Ao lado de todo este conjunto de definições, que representaram sem sombra de dúvida um avanço, o Congresso chamou a atenção pela grande unidade conquistada, sendo praticamente consensual as decisões tomadas. Ainda que questões importantes não tenham recebido uma resposa cabal, o balanço final indica que os movimentos pela anistia têm hoje uma definição política mais explícita - reflexo disto é o texto da carta-programa aprovada que se pronuncia não só contra a opressão política mas também contra a opressão econômica a qual estão submetidas as camadas populares - o que indica que no futuro novos e importantes passos serão dados.

(Tibério Canuto)



Defender e preservar os movimentos populares...



...como a luta de panelas vazias contra a carestia...



...ou as greves metalúrgicas, são também preocupações da Anistia. (Fotos de J. E. Raduan).

"O que fizeram com Manoel Fiel será cobrado"

"O que fizeram com Manuel Fiel Filho será cobrado" o choro convulsivo quase impediu o operário Ubiracy Dantas de Oliveira de prosseguir.

"Abaixo a ditadura. Queremos liberdade!" – respondia um coro de mais de três mil vozes, estimulando Ubiracy a volta.

Chorando ainda, o operário, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, agarrava o microfone com garra:

– Durante esses 14 anos muitos filhos da classe operária foram mortos ou expulsos, proibidos de viver no seu país ou condenados ao isolamento dos cárceres. A classe operária se conteve, mas não se calou. Outros filhos nasceram e hoje há 500 mil operários em greve. Enquanto a ditadura mantem presos Osvaldo Pacheco, Paredes Soto, nascem outros filhos que irão para as ruas gritar "anistia".

– Anistia, anistia, anistia. Soltem nossos presos – gritavam tres mil vozes da platéia.

A forte emoção foia tônica que dominou aquela platéia comprida (muita gente ficou do lado de fora) que lotaram o Teatro da Universidade Católica de São Paulo para assistir ao ato de instalação do Congresso de Anistia. "Foi uma noite de emoção, mas também, de luta e de compromisso", comentava d. Iramaia Benjamin, secretária do Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio e mãe de dois exilados. Os familiares de assassinados, desaparecidos, presos e exilados sentiram naquela noite que não estavam sós. Sabiam que a partir dali a sua luta se irradiaria e ganharia muito mais força.

Essa certeza lhes era garantida pela representatividade da platéia. Estavam presentes mais de cem entidades profissionais de diversos estaeos, dezenas de outras entidades que lutam especificamente pela anistia, de diversos estados do Brasil e do exterior, e centenas de amigos e familiares de pessoas atingidas durantes 14 anos de repressão, arbítrio e violencia institucionalizada.

O estudante que representava a Comissão Pró-Une no ato completava a mensagem do operário:

– A ditadura não calou o povo e nem conseguiu sepultar as suas vítimas. Manuel Fiel Filho, Wladimir Herzog, Honestino Guimarães, Alexandre Vanuchi Leme, Wladimir Palmeira, Luis Travassos e muitos outros, estão todos presentes nas nossas lutas.

– Viva a luta pela anistia.

– Viva a união do povo e a liberdade.

– Ninguém nos deterá.

O ex-deputado Lisâneas Maciel, cassado no governo Geisel, indagava:

– Será general Geisel, que o sr. desconhece que a poucos metros daqui desfruta da impunidade um delegado Fleyry, que assassinou e torturou tantos brasileiros?

– Assassino, assassino – denunciava a platéia.

– O povo brtasileiro está nas ruas – continuava Lisâneas – já não aceita mais o engodo de reformas cosméticas. Não esquece que enquanto seus filhos eram reprimidos, o ministro da Justiça do governo Médici, Alfredo Buzaid, protegia os assassinos de uma menina de nove anos (Ana Lídia) em Brasília.

Durante todos os ato, o dirigente do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, advogado Luis Eduardo Greenhalq, que o presidia, pronunciava nomes de pessoas mortas, desaparecidas, presas ou exiladas.

A lista de mortos e desaparecidos chegou a 253 nomes e a de exilados não se tem ainda um levantamento mais preciso.

– Por Carlos Marighela – clamava Luiz Eduardo

A– Anistia, anistia – respondia a platéia.

– Pr Luis Eduardo Merlino, Honestino Guimarães, Mario Alves, Stuart Edgard Angel Jones, Tulio Quintiliano, Olavo Hanssen, Pedro Pomar, José Porfirio, Aurora Maria do Nascimento Furtado, Por Carlos Lamarca, Miguel Arraes, Daniel Aarão Reis, Wladimir Palmeira, Por Leonel Brizola.

– Anistia, anistia anistia – gritavam todos.

(Suely Caldas)

"Arrombar as portas e ir às massas"

(Entrevista com o operário Bira, participante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).

O metalúrgico e sindicalista Ubiracy Dantas de Oliveira teve uma atuação destacada no Congresso Nacional Pela Anistia, ao ponto de ter sido escolhido para ler a Carta-Programa no ato solene de encerramento do Congresso. "Bira", como é mais conhecido entre seus colegas operários, destacou-se por insistir na temática da popularização da luta pela anistia, sobretudo no que diz respeito à necessidade de fazer com que os trabalhadores assumam esta bandeira. Nesta entrevista, ele aborda a relação da anistia com o movimento operário e dá a sua visão de como é possível dar um caráter de massa a esta bandeira.

Por que até agora a questão da anistia ainda não conta com uma ampla adesão dos trabalhadores e o que é que se pode fazer para popularizá-la?

***Bira** – A anistia é uma luta política que faz avançar a consciência da classe operária, porque ela é nada mais nada menos do que o combate das amplas massas ao regime repressivo e autoritário. Agora, a questão da popularização da anistia passa necessariamente pelo avanço da consciência da classe operária, que começa a se dar hoje, com uma greve de 400 mil trabalhadores. Eu condeno quem diz que a classe operária não se interessa pelas questões políticas. Veja, por exemplo, o caso da anistia. Quando um operário, como o Zé Pedro de Osasco vai preso, o trabalhador faz ato público, exigindo a libertação do companheiro. É claro que não fica gritando "anistia, anistia, anistia," porque ele ainda não assimilou a profundidade desta palavra. Mas no entanto grita lá: "solta, solta, solta". Quando mataram o operário Manoel Fiel Filho, nós fizemos um minuto de silêncio no sindicato, apesar do pelego Joaquim dos Santos Andrade, numa assembléia que tinha mais de quatro mil operários. Então a massa está sabendo que este regime é de repressão que ela não tem liberdade. O que ainda não entende é qual é o caminho para eliminar isto; porque é necessário a anistia e isto cabe a nós, que temos uma maior consciência, fazer esta explicação.*

Como é possível então mostrar na prática aos operários que a questão da anistia lhe diz respeito que ela é importante para a luta do trabalhador?

Da seguinte maneira: pegando as manifestações concretas de repressão que se abatem sobre os operários. Isto é, quando um trabalhador for preso, discutir com os outros, mostrando que ele foi preso ou demitido porque lutava pela classe, o que implica em não discutir apenas os problemas específicos com as Comissões de Fábrica, mas também a questão política. E veja só, só é possível fazer a interiorização da anistia no seio do movimento operário colocando a política no posto de comando, não ficando apenas na reivindicação de 70% – esta é importante – mas mostrando também quem é responsável pela miséria do povo, quem tira do povo aqueles que são sua liderança. E isto não é muito difícil pois a classe já sente que estão matando seus melhores filhos, só não sabe fazer a relação disto com a anistia.

Me parece que até recentemente as oposições sindicais, e mesmo a de São Paulo, tinha uma relação distante com os movimentos pró-anistia. No entanto, neste Congresso não só você participou dele como a oposição sindical mandou um seu representante, o Clóvis, para fazer um discursso de apoio ao Congresso. Isto indica que a oposição sindical está tomando consciência que a questão da anistia também diz respeito ao trabalhador?

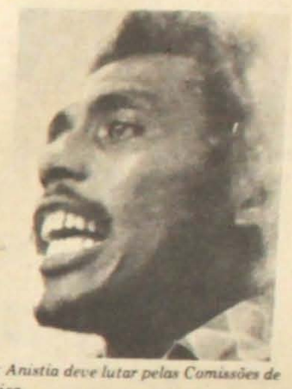
Perfeito. Antes alguns companheiros tinham uma visão de só discutir a questão econômica, a questão do sindicato. Mas as coisas se transformam pois o movimento de massas está avançando e as questões políticas também já estão colocadas para as camadas populares, que começam a se levantar contra a injustiça. Com isto, as lideranças operárias são obrigadas a assumir a luta política, a assumir a luta pela anistia. É isto que faz, por exemplo, o companheiro Clóvis ir até o Congresso de Anistia e fazer aquele belo discursso, dizendo que a oposição sindical se compromete ombro a ombro com a luta pela anistia porque a anistia não se restringe somente à libertação de presos. Ela é a restituição destes companheiros ao movimento de oposição mas é também a garantia de não prisões, de não arbitrariedades e de não tortura. E como ela é uma questão política e a política é de interesse fundamentalmente da classe operária, temos que assumir a bandeira da anistia.

Explique melhor a relação da anistia com o movimento de massas.

Hoje quando se liga a anistia com as lutas populares está se preservando a continuidade destas lutas para impedir que as lideranças sejam atingidas pela repressão. Antes tinha-se uma visão: anistia para presos, banidos e cassados. Hoje têm-se outra, que completa a anterior: a defesa do movimento de massas, relacionando as prisões e demissões existente nas greves com a questão da anistia e levantando que só com o fim do aparelho repressivo vai se garantir as lideranças existentes no movimento operário. Só assim a anistia vai pegar no breu, só quando ela estiver relacionada com as outras lutas das camadas populares e no dia em que os operários estiverem gritando "anistia, anistia", anistia", então o fim de regime já estará próximo. Não tenho dúvidas de que num próximo congresso mais operários vão participar dele.

Então o caminho para a popularização da luta pela anistia seria os movimentos que assumem esta bandeira se preocuparem também com a defesa do movimento popular e de suas organizações como as comissões de fábrica entre outras coisas?

Perfeito. No Congresso ficou clara a relação, por exemplo, da anistia com a defesa das Comissões de Fábricas, pois a anistia é também a garantia dos movimentos populares. A anistia não é um negócio abstrato e nós quando a assumimos o estamos fazendo porque compreendemos que isto é fundamental para a garantia da continuidade do movimento operário. Veja, os patrões estão procurando exterminar as Comissões de Fábrica, que é o órgão dirigente das lutas dentro das fábricas, é, portanto, mais do que óbvio que os movimentos de anistia devem se preocupar com a preservação destas comissões.



Bira: Anistia deve lutar pelas Comissões de Fábrica.

Como última pergunta, qual a sua avaliação dos resultados do Congresso?

O Congresso foi uma vitória importante dos setores comprometidos com a sua realização. Este congresso é um marco político. Quando um regime deste, companheiros têm a coragem de se reunir e gritar o nome de Gregório Bezerra, de Olavo Hansen, de Jesus Parede, de Manoel Fiel Filho e de outros, isto já é por si só uma vitória. Equal o saldo do Congresso? Ele clareou qual o rumo que deve tomar a luta pela a anistia, que é o de dirigir-se para as amplas camadas populares. Isto é: arrombar as portas e dirigir-se às massas.

Outra coisa que eu queria lembrar é a questão dos mortos e desaparecidos. Tirou-se a posição de uma jornada nacional que visa responsabilizar criminalmente o regime pelos crimes que ele cometeu. Foi muito importante também tirar a posição de defesa de companheiros presos no exterior, como Flávio Kutaz, preso na Argentina, e Flávia Shilling, presa no Uruguai.

Uma coisa que impressionou bastante no Congresso foi a unidade conquistada. Ele foi de uma maturidade política muito grande. Companheiro nenhum se prendeu a questões pequenas ou foi intransigente em coisas menores. Todo mundo foi com o pensamento voltado para a unidade. Tanto é assim que quando a Carta-Programa foi lida ela foi aplaudida de pé e todo mundo ficou emocionado.

(T.C.)

UDESC - FAED - IDCH

018 | FRAGOSO, Heleno Cláudio. Como ir até o final da questão. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 29 de out. de 1979. Caderno B, pag. 11.

18

COMO IR ATÉ O FINAL DA QUESTÃO

Heleno Cláudio Fragoso

Desaparecidos Políticos, Prisões, Sequestros, Assassinatos, org. de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa. Edições Opção, 1979. Rio. 287 pp. Cr$ 200.

A questão dos desaparecimentos constitui hoje o mais grave e inquietante problema no campo dos direitos humanos. Como agora se sabe muito bem, o seqüestro e a tortura de militantes políticos constituíram a rotina da ação policial militar nesses tempos conturbados que atravessamos, particularmente a partir de 1968. Mas o sequestro e a tortura terminavam em regra num processo penal que, conquanto submetido a uma lei infame, cumpria o ritual previsto no ordenamento jurídico. Já a morte e o desaparecimento constituíram a negação completa da ordem legal, que cumpre ao Estado tutelar e manter, representando um retorno à lei da jangal. Os agentes do Poder Público que assim agem equiparam-se com desvantagem aos delinqüentes comuns, negando com desfaçatez o crime praticado e causando à nação, no plano internacional, dano irreparável.

O volume organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa trata dos desaparecidos brasileiros nesse período chamado de revolucionário. É o primeiro levantamento, certamente incompleto, dos desaparecimentos de militantes políticos ocorridos, em sua maior parte, durante o Governo do General Medici. Trata-se de excelente trabalho jornalístico. Na parte introdutória, aparecem, ao lado de um texto do Comitê Brasileiro pela Anistia, artigos de Helio Silva, Barbosa Lima Sobrinho, Sobral Pinto e D Paulo Evaristo Arns. Em seguida, os organizadores reproduzem cartas enviadas por parentes e familiares dos desaparecidos ao General Geisel e ao General Figueiredo, bem como um apelo que fizeram ao MDB, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nessa parte encontramos ainda um excelente capítulo sobre os órgãos de repressão e de informação da ditadura.

A parte mais importante do trabalho é constituída por uma narração breve sobre cada um dos casos de desaparecidos, em que se apresenta toda a informação disponível, com indicação dos esforços realizados pela família das pessoas atingidas, para localizá-las. Ao final do volume, narra-se como foi boicotada a CPI dos direitos humanos, havendo breve referência à guerrilha do Araguaia e uma relação de mortos pelos órgãos de repressão, desde 1964. O trabalho se encerra com um conjunto de fotografias, retiradas dos álbuns de família, dos desaparecidos.

Para um advogado que viveu intensamente este período, através de sua militância profissional, e que participou, em vários dos casos narrados no livro, da busca desesperada e inútil, e que assim foi testemunha ocular da angústia e do sofrimento dos que se empenhavam na procura, sempre com a secreta esperança de que aparecesse alguma notícia, a leitura deste volume é comovedora e emocionante, porque lhe traz de novo à lembrança os momentos dramáticos que viveu. É preciso que todos os brasileiros leiam este livro e saibam o que aconteceu.

Que se pode fazer? Como ir até o fim da questão? Este é o problema que hoje se põe. Os desaparecidos foram seqüestrados e mortos, não há dúvida. Os autores desses crimes foram anistiados, o que significa que tais crimes, por ficção, desapareceram. A lei da anistia resolveu os problemas jurídicos criados pelo desaparecimento. Em verdade, no entanto, a questão continua em aberto e não se encerrará enquanto não for explicado o que fizeram dos cadáveres e como foram praticados crimes tão hediondos. É necessário, portanto, insistir, porque na medida em que se reclama esclarecimento se trabalha para que estes fatos, que nos envergonham e nos ofendem, não voltem a acontecer em nosso país.

UDESC - FAED - IDCH

019 FICHÁRIO do DOPS confirma: Stuart Wright – morto, Elson Costa – Morto, Virgílio Gomes – Morto. **Correio de Notícias.** Curitiba 13 de jul. [1991].

Correio de Notícias
A serviço do Paraná
Curitiba, 23 de julho de 1991 - Ano VIII - Nº 81 - Cr$ 150,00
3ª feira

* *Lua crescente até o dia 26. Dia de Rômulo; Apolinário, bispo.*

Um mergulho nos porões da ditadura

Fichário da DOPS confirma:

Stuart Wright - morto
Elson Costa - morto
Virgílio Gomes - morto

★ Pesquisa nos arquivos da Ordem Política e Social, em Curitiba, já possibilitou a retirada de três nomes da lista de "desaparecidos" durante o regime militar: o ex-deputado Paulo Stuart Wright, Elson Costa e Virgílio Gomes da Silva foram mortos durante a repressão. E podem estar no cemitério de Perus (SP).

Polícia Militar também abre seus arquivos

★ Depois de 6 dias de trabalho em Curitiba, Suzana Lisboa, da comissão que investiga as ossadas de Perus, diz que o material é farto e que o trabalho mal começou. P. 6 e **Mazza.**

José Adair



• *Suzana, os arquivos da PM e o comandante Miguel Capriotti.*

Requião vê hoje situação financeira e reajuste do funcionalismo

UDESC - FAED - IDCH

FALOU

Nós queremos ser transparentes



• Do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Renato Pedroso, no *Jogo da Verdade*, domingo, neste *Correio*.

★ ★ ★ ★

UR-GENTE



★ Qualquer pessoa que exerça função pública e que tenha conhecimento de negócios escusos, ou de algum ato lesivo ao Estado, tem que denunciar o fato como um elementar cumprimento do dever". A declaração é do ex-ministro e ex-senador Severo Gomes (PMDB), a respeito de possível medida judicial contra o governador Roberto Requião, por ter acusado Orestes Quércia de usar caixa-2 como presidente nacional do PMDB. Página 3.

Um caso de sindicalismo selvagem

• E melhor perder os anéis do que os dedos, garante o ditado, mas o veterano sindicalista Frank Belan, da Austrália, viu-se forçado a atropelar o dito popular. Quando negociava a fusão de seu sindicato com o sindicato dos trabalhadores em transportes, houve briga. Um dos adversários arrancou-lhe parte do dedo anular com uma dentada. "Ele conseguiu cortar até o osso", comentou o sindicalista, que quer processar o "mordedor" e solta um palavrão quando lhe perguntam se as conversações terão prosseguimento.

Corrupção. Tabuchi pede desculpas e sai

• "Quero pedir as mais profundas desculpas aos investidores, acionistas e pessoas do setor por esta série de escândalos". Dito isso, Setsuya Tabuchi, presidente da Nomura Securities, a maior corretora de valores do Japão, anunciou a sua renúncia. A dele e a do vice-presidente. A Nomura é acusada de pagamentos irregulares de compensações a clientes especiais, que tiveram prejuízos na Bolsa, e de ligações com a máfia japonesa.

★ ★ ★ ★

SENA

• *As dezenas sorteadas, ontem, são 10, 14, 21, 22, 29 e 41. O prêmio da Sena principal é de Cr$ 278,3 milhões. As senas anterior e posterior distribuem, cada uma, Cr$ 92,7 milhões.*

☆ *Um apostador da cidade pau-*

020	ARQUIVO da DOPS mostra que 3 desparecidos estão mortos. Correio, Curitiba, 23 de jul. de 1991

Correio

Curitiba, 23 de julho de 1991

Arquivo da Dops mostra que 3 desaparecidos estão mortos

Três pessoas tidas como desaparecidas pelos órgãos de repressão durante o regime militar estão mortas. A constatação foi feita pelas pesquisadoras paulistas Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Lisboa, depois de encontrarem os nomes nos arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (Dops), cujo fichário foi aberto e será transferido para o Arquivo Público na semana que vem por determinação do governo do Estado.

As pesquisadoras, que estão em Curitiba desde quinta feira (18), encontraram também outros documentos que comprovam a morte de pessoas cadastradas no dossiê de desaparecidos políticos que podem estar enterradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). os "desaparecidos" mortos são o ex-deputado Paulo Stuart Wright, Elson Costa e Virgílio Gomes da Silva.



Suzana, uma das pesquisadoras, diz que os arquivos da Dops do PR, são os únicos do País em que ela teve total acesso.

MORTES

Durante as pesquisas realizadas nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, com 62 mil fichas, Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Lisboa, as quais fazem parte da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão Especial de Investigações das Ossadas de Perus, encontraram documentos do "desaparecido" político Virgilio Gomes da Silva, dirigente da Ação Trabalhista Nacional, e que foi preso em 29 de setembro de 1969. Os órgãos de repressão da ditadura militar davam Virgílio como desaparecido, mas segundo o fichário da Dops do Paraná consta que ele foi morto por resistir à prisão, conforme documento do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), sob o número 261, e com data de 31 de outubro de 1969.

Paulo Stuart Wright, americano, naturalizado brasileiro e que foi deputado estadual por Santa Catarina, também vinha sendo dado como desaparecido. Um boletim informativo do Ministério do Exército, do Comando do 3º Exército, (hoje Comando do Sul), de 1973, dá conta de que ele também foi morto.

Elson da Costa, cujos documentos expedidos pelo 3º Exército com a data de 7 de abril de 1975 tem o nome "frio" de Mabel da Luz Gomes, que teria sido sequestrado pelos seus próprios companheiros, também foi morto pelos organismos de repressão da ditadura militar.

DOSSIÊ

As duas pesquisadoras localizaram também documentos que comprovam o desaparecimento de pessoas cujos nomes constam do dossiê de desaparecidos políticos (com 144 nomes). São elas: Jorge Leal Gonçalves Pereira, José Humberto Branca, Luis Almeida Araújo, Ayrton Adalberto Montati, Antonio Três Rios de Oliveira, Helenira Rezende de Souza Margareth, Miguel Pereira dos Santos, Isis Dias de Oliveira, Aloísio Palhano Pereira Pedreira e Hiran de Lima Pereira. Essas dez pessoas podem ter sido enterradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus.

TRABALHO

Desde que chegaram em Curitiba, as duas pesquisadoras paulistas estão trabalhando quase que diuturnamente. Segundo elas, o trabalho, apesar de cansativo, está dando resultados importantes, pois os arquivos da extinta Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná são os únicos do País em que elas estão tendo total acesso. Maria Amélia de Almeida Teles e Suzana Lisboa deverão permanecer em Curitiba até quarta feira.

Prefeitura de SP vai entrar com ação na Justiça

Com a verificação, através dos arquivos da Dops, dos nomes de dez presos políticos desaparecidos durante a repressão militar, a prefeitura de São Paulo poderá entrar com uma ação na Justica, exigindo da União que sejam tomadas providências para a identificação dos corpos. Esta informação foi dada ontem pela pesquisadora Suzana Lisboa da Comissão Especial das Ossadas de Perus que está em Curitiba analisando os arquivos da Dops - Delegacia de Ordem Política e Social.

"Os órgãos oficiais diziam até agora que os 144 presos políticos não tinham sido mortos pelo regime militar, agora podemos provar que a realidade foi outra", disse ontem Maria Amélia de Almeida Telles que também faz parte da comissão dos familiares de presos políticos desaparecidos. A princípio, as duas pesquisadoreas ainda não sabem que tipo de ação judicial cabe neste caso, mas garantem que a prefeitura de São Paulo "vai estudar o assunto". Além disto, a partir do momento que os nomes forem indentificados a Comissão deverá comunicar aos familiares para que separadamente se encarreguem também de recorrer a Justica.

POLÍCIA MILITAR

Há seis dias em Curitiba as duas pesquisadoras da prefeitura da capital paulista não conseguiram ainda ler sequer "uma pequena parte" dos documentos da Dops. "Caberia uma leitura de todas as pastas, mas em duas pessoas isto se torna praticamente impossível", argumentou Suzana. Ao todo o fichário da extinta delegacia de Ordem Política e Social tem cerca de 62 mil fichas. De qualquer forma, até agora os resultados deste trabalho têm sido "super positivos".

Durante 20 anos de pesquisa a comissão conseguiu localizar apenas quatro nomes de presos políticos e só na Dops do Paraná já foi possível a identificação de dez nomes.

Ontem, depois de contactar com o comandante da Polícia Militar, Miguel Capriotti, as duas pesquisadoras de São Paulo conseguiram autorização para verificar os arquivos da Polícia Militar. A expectativa é que novas informações podem estar concentradas nestes documentos. Quando Suzana Lisboa chegou no Paraná, na quinta-feira passada, o governador Roberto Requião disse aos jornalistas que todo o fichário das Polícias Civil e Militar estariam à disposição da prefeitura de São Paulo para pesquisa. A previsão é de que Suzana e Maria Amélia fiquem em Curitiba até amanhã, mas elas já admitem a possibilidade de estenderem este prazo "caso seja necessário".

A abertura dos arquivos da Dops do Paraná pelo governador Requião e a posterior identificação de dez presos políticos nestas fichas pode significar uma forma de pressão para que o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma autorize o acesso à documentação da Dops de São Paulo. "Nós vamos levar o xerox autenticado de tudo o que encontrarmos e mostrar que os presos desaparecidos foram mesmo mortos pela repressão", disse Suzana. (Luciane Viegas).

cidente mata 2 pessoas em Minas Gerais

UDESC - FAED - IDCH

FOLHA DE S. PAULO
Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Conselho castrado

A última decisão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi muito esclarecedora com relação aos limites da abertura e ao conceito de democracia do Governo. Criado por iniciativa da antiga UDN, para conter eventuais abusos de poder do Governo João Goulart, o CDDPH era originalmente composto, em sua maioria, de representantes de instituições independentes. Dois fatos levaram praticamente à sua extinção: a reestruturação do órgão, que passou a ser composto majoritariamente por representantes diretos do Governo ou por detentores de cargos e funções por ele controlados; e o sigilo imposto aos debates e resoluções do órgão, e até mesmo à sua pauta. Sucessivamente desertado pelos representantes do MDB, da OAB e da ABI, o CDDPH não chegou sequer a ser convocado durante o Governo Geisel.

Arquivando sistematicamente todos os processos oriundos de denúncias de atentados aos direitos humanos, o sigilo adotado pelo CDDPH impedia que essas denúncias sequer viessem a público, para o que contribuiu a censura à imprensa.

Reativado pelo ministro Petrônio Portela dentro da política de abertura, o sigilo foi parcialmente levantado e o órgão passou a contar novamente com a presença da OAB e da ABI na esperança de que, mesmo mantido o controle total do Governo sobre as resoluções do Conselho, ele viesse a ser um fórum de diálogo em torno dos direitos humanos.

Agora, por iniciativa do ministro da Justiça, o CDDPH passará a dedicar-se exclusivamente aos casos atuais. Com isso, atende-se ao interesse do Governo de baixar a cortina sobre todos os fatos que possam incriminar a atuação passada dos órgãos de segurança. Mas também se confirma a total inoperância de um órgão mantido sob absoluto controle do Poder que tem por função fiscalizar.

Tal inocuidade não deve surpreender, já que se coaduna perfeitamente com o conceito de aperfeiçoamento das instituições democráticas encarado da ótica do Planalto. A resolução do CDDPH é a réplica exata — do "aperfeiçoamento" praticado pelo ministro Portela sobre as instituições partidárias. Obedece à mesma inspiração e busca os mesmos objetivos.



022 | DOCUMENTO pede que Passarinho repudie passado. Jornal do Brasil, 20 de out. de 1990. Política e Economia, pag. 7.

JORNAL DO BRASIL

Política e Economia

Documento pede que Passarinho repudie passado

A escolha do senador Jarbas Passarinho para o Ministério da Justiça foi recebida com reservas por célebres defensores das liberdades democráticas. No documento *A soberania da Constituição*, o escritor Evaristo de Moraes Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, o advogado Fábio Konder Comparato, o jurista Goffredo Telles Jr., o filósofo e professor da USP José Arthur Giannotti e o reverendo Jaime Wright exigem que Passarinho repudie publicamente "práticas que incentivou no passado".

No documento, os cinco signatários afirmam que, durante o regime militar, Jarbas Passarinho "assumiu funções fundadas em princípios que outorgavam à segurança nacional a preeminência sobre o direito e a liberdade". Citam como exemplo o fato de o senador ter participado da sessão do Conselho de Segurança Nacional que "instaurou a ditadura do Ato Institucional nº 5".

Lembrando que pela primeira vez Passarinho participa de um regime democrático, o documento diz que o senador "coibiu liberdades fundamentais, autorizou arbitrariedades e serviu-se de instrumentos próprios de regimes tirânicos", à frente dos ministérios do Trabalho, da Educação e da Previdência Social, "em sua longa carreira ministerial".

Os signatários encerram o documento afirmando que Jarbas Passarinho até hoje não ofereceu retratação pública à nação, o que consideram um fator preocupante. E sugerem: "O ministro só poderá alcançar a capacitação moral necessária ao Ministério da Justiça se repudiar publicamente as práticas que incentivou no passado, afirmando seu compromisso com a implantação plena da Constituição e do estado de direito."

sábado, 20/10/90 □ 1º caderno □ 7

UDESC - FAED - IDCH

Famílias de perseguidos políticos e comitê de anistia acusam:

REGIME MILITAR MATOU E "SUMIU" 251 PRESOS

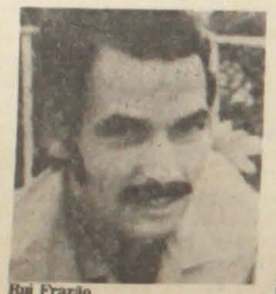
EM TEMPO:

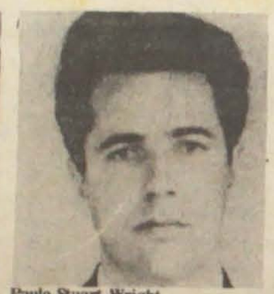
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO 2 — Nº 46 — DE 11 À 17 DE JANEIRO

Na tarde de terça-feira, familiares de ex-presos políticos mortos ou desaparecidos, junto com o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, divulgaram o mais completo dossiê de crimes da repressão nos últimos quinze anos. Eles relacionaram depois de exaustivas pesquisas os nomes de 169 casos de mortes, comprovadas, 56 desaparecimentos e 26 outros só na região da guerrilha do Araguaia. Há nada menos que quatro anos e cinco meses, o ministro Golberi prometeu a um grupo de famílias dar esclarecimentos públicos sobre as ocorrências. Até hoje nada. Agora, começa uma campanha em escala nacional dos movimentos pela Anistia para denunciar os casos, apurar responsabilidades e investigar o paradeiro dos desaparecidos. Pág. 5, 6, 7. Anistia também na pág. 8.


Ana Kucinski


Jana Morone Barroso


Rui Frazão


Paulo Stuart Wright


José Raman


José Montenegro de Lima


Virgilio Gomes da Silva


Rubens Paiva


Marcos Antonio Dias Batista


Heleni Teles Guariba

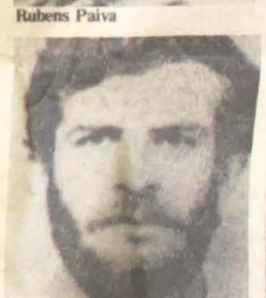

Orlando Bonfim


Wilson Silva

PROCURADOS

Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos. Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo (CBA).

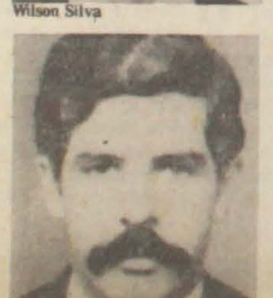

Jorge Leal Pereira


Honestino Monteiro Guimarães


Edgar Aquino Duarte

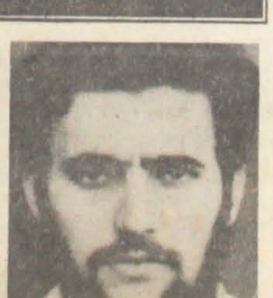

Isis Dias de Oliveira


Paulo de T. Celestino da Silva


Carlos Alberto S. de Freitas


Luis Ignácio Maranhão Filho


Walter de Souza Ribeiro


Fernando A. de Santa Cruz


David Capistrano


Hiram de Lima Pereira


Stuart Angel Jones

Artigos nesta edição:

1 Chico de Oliveira propõe boicote às contas de luz da Light

Delegado mineiro adverte: "O AI-5 ainda não acabou!"



Bombas de gás e espancamentos contra a população foi a resposta que a polícia de Belo Horizonte deu

UDESC - FAED - IDCH

023 - FANTINI, Flaminio. Golberi e o governo na parede. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 5 – Nacional

SEQUESTRO dos Uruguaios. Oposição cerca repressão. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag.5

MAIS um secundarista sequestrado e torturado. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 5

Golberi e o governo na parede

ANISTIA



Golberi

Interpelado há quatro anos e cinco meses por familiares de 26 presos políticos desaparecidos, o general prometeu dar resposta e até hoje não deu o ar de sua graça. Agora, junto com o Comitê Brasileiro pela Anistia, os familiares voltam à carga, numa campanha nacional para apurar as responsabilidades pelos assassinatos e desaparecimentos de nada menos que 251 opositores do governo, desde 1964, fundamentados no mais completo dossiê de casos concretos, já divulgado até agora. Terça-feira, a imprensa foi convocada em São Paulo para o início da campanha.

Por Flaminio Fantini

A seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia e cerca de 30 familiares de presos políticos mortos e desaparecidos reuniram a imprensa na tarde da última terça-feira, dia 9 para anunciar o início de uma campanha nacional de denúncia de 251 casos concretos de crimes praticados pelos órgãos de repressão do regime militar, desde 1964.

Trata-se do mais completo dossiê de ocorrências formulado até agora, reunindo um pequeno verbete de 56 desaparecidos, 169 mortos comprovados e 26 outros que tombaram em combate na guerrilha do Araguaia (ver a íntegra da relação nas páginas 6 e 7).

Um cartaz com 28 fotografias, a metade dos desaparecidos, começou a ser distribuído esta semana, como instrumento da campanha. Semelhante aos anúncios do velho faroeste — que a própria repressão política utilizou muito para caçar os acusados como «terroristas» — a peça de propaganda traz um apelo patético com relação aos «procurados», manchete visual: «Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos».

«Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo».

Passado sombrio

Conforme anunciou-se na entrevista coletiva, três são os níveis de atuação desta campanha específica da anistia. No caso dos desaparecidos, que concentrará maiores esforços ao que tudo indica, os familiares e o CBAs procurarão em cada caso levar o governo a admitir a prisão dos indivíduos, isto é, que manteve sob sua custódia e responsabilidade durante os momentos que precederam o «desaparecimento». Tarefa que exigirá — e para muitas famílias já vem exigindo há anos — esforços imensos, pois como assinalou o jornalista Bernardo Kucinski, que tem uma irmã e um cunhado na lista dos desaparecidos, «as pistas têm que ser encontradas no sub-mundo da repressão, não existe outro lugar para encontrá-las». A seguir, vem a cobrança do paradeiro do cidadão depois de preso, e assim sucessivamente até cercar os responsáveis e comprovar que o «desaparecido» na verdade está incluído noutra categoria, já que as chances de que esteja em rumo «incerto e ignorado» são pequenas e poucos são os que realmente levam fé nelas.

No caso dos mortos, ou melhor, daqueles *casos em que há registro de óbito e indícios* ou provas de que as circunstâncias partiram da violência política do regime, o caminho poderá ser o indicado pelo caso Herzog — o acionamento judicial do Estado, alternativa também que não é nada simples, haja visto toda a via crucis que Clarice Herzog e seus advogados tiveram que percorrer.

Finalmente, há o caso dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, no qual cogita-se de uma ação de interpelação do ministro da Guerra para que, ao menos, se reconheça pública e oficialmente que existiu aquele episódio de luta armada.

Mais imediatamente convocou-se um culto ecumênico para a Catedral da Sé, às 19 h, na sexta-feira, dia 12: «ao se iniciar um novo ano, vemos renascer as esperanças de que a honra e a memória de nossos entes queridos possam ser restauradas, quando a verdade e a justiça triunfarem sobre a negra mentira de um passado sombrio. Esta é a nossa luta», diz o boletim de convite, que traz ainda um trecho do pensador católico Tristão de Athayde, intitulado «Os esperantes», sobre o assunto.

Golberi com a palavra

Essas iniciativas são o primeiro passo no cumprimento de uma das resoluções do recente Congresso Nacional pela Anistia, tema tratado por uma comissão especial.

Politicamente tem o significado de unir numa mesma interpelação nacional todos os familiares das vítimas fatais da repressão dos órgãos de segurança, por um lado, e de colocar de forma incisiva, o governo na parede por outro. Isto é, agora são 251 casos bem concretos, uma cifra fundamentada que vai para as ruas, nas campanhas dos diversos movimentos regionais pela anistia.

Neste particular é delicada a situação do ministro Golberi do Couto e Silva, chefe da casa civil do general Ernesto Geisel, que embora seja um dos militares que mais tem fama de democrata e humanista, deve à nação uma resposta há nada menos que quatro anos e cinco meses, quando foi procurado por um grupo numeroso de familiares de 26 desaparecidos. Até hoje, Golberi não esclareceu nada a ninguém. O episódio foi relatado pela esposa de David Capistrano, um dos 56 desaparecidos, dona Maria Augusta de Oliveira.

Segundo ela, em 1974, quando começou a desaparecer um contigente de nove membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro — conforme entrevista de Luiz Carlos Prestes recente — juntaram-se vários familiares e pela primeira vez foi feito um trabalho coletivo contra os atos de arbítrio do governo nesta área. Começaram algumas famílias a batalhar e pouco depois, com a repercussão alcançada, aumentou o número.

«Foi com este trabalho que se teve, talvez pela primeira vez, a oportunidade de interpelar de uma maneira mais frontal representantes do governo — relembrou na entrevista coletiva dona Maria Augusta. Nós não chegamos até o presidente Geisel mas chegamos até o Golberi, com quem tivemos um encontro, quando apresentamos um dossiê de cada caso e falamos pessoalmente, explicando caso por caso e das denúncias que poderiam não estar no dossiê».

Golberi ouviu, num encontro qualificado por dona Maria Augusta como «cordial e muito sério», e prometeu dar uma resposta até o dia 20 de agosto de 1974, através da Comissão de Justiça e Paz, na pessoa do professor Cândido Mendes.

A esposa de Capistrano prossegue: «continuamos nosso trabalho e todas as sextas-feiras procurando o professor Cândido Mendes, na esperança daquela resposta que o general Golberi tinha prometido nos dar. Cada vez que nós chegávamos lá, havia sempre uma evasiva, uma resposta quase sempre de esperança. Uma coisa que muito nos impressionou é que estas respostas faziam-nos crer que muitas dessas pessoas estariam vivas. Houve até um momento em que se falou que elas estariam no hospital-manicômio do Juqueri».

Por outro lado, havia também a notícia de que os nomes dos vivos da lista dos 26 desaparecidos não seriam dados, porque para isso teriam que declinar os que já não viviam mais. Dona Augusta relatou que certa vez, o professor Cândido Mendes foi procurado e «ele nos deixou a impressão de que se isso não era uma verdade inteira, era uma meia verdade». Mas em algumas das visitas ao professor houve diretamente estas afirmações: «seu marido está vivo», «seu pai está vivo».

Quando se aproximavam as eleições de 1974, outra notícia chegou aos familiares daquele núcleo: o general Geisel daria uma entrevista à imprensa estrangeira e colocaria o caso dessas pessoas desaparecidas. Situações semelhantes «nos davam a esperança de que nossos parentes estavam vivos, porque jamais a gente poderia pensar que o general Geisel daria uma entrevista à imprensa para dizer que a maioria delas tinha sido fuziladas ou mortas», recorda dona Augusta.

Passadas as eleições a resposta era de que essa iniciativa da entrevista havia sido alterada, porque o presidente estava muito preocupado com a situação das eleições. Não era para menos, a derrota eleitoral que o regime militar sofreu em 1974, foi de entortar o patuá...

Omissão do MDB

Também o MDB recebeu crítica no encontro de terça-feira. O jornalista Bernardo Kucinski chamou a atenção para o fato de que será necessário «um grande esforço para que se constitua uma CPI específica para investigações sobre a sorte dos desaparecidos», afirmando também que «não tem muita fé na atual bancada do MDB para tomar esta iniciativa». Ele fundamentou seu ponto de vista numa análise do comportamento do partido oposicionista quando das primeiras tentativas para envolver o Congresso Nacional na apuração dos crimes dos órgãos de repressão:

«Em 1974, na primeira reunião da bancada do MDB, os familiares foram a Brasília. Foi quando o deputado Lysaneas Maciel conseguiu um número suficiente de assinaturas para dentro da bancada do MDB já conseguir a aprovação de que o partido levaria a constituição de uma CPI para investigar o caso dos desaparecidos. O líder da bancada oposicionista, o deputado Laerte Vieira, de forma autoritária, ao presidir a reunião, *fez com que não fosse discutida aquela questão. No decorrer destes anos se os parlamentares não conseguiram foi porque houve parte do governo* uma política de obstrução para não permitir a constituição da CPI e porque o MDB não fez muita força.

Segundo Kucinski, muitas comissões de inquérito importantes existiram neste período porque o governo se dispôs a pagar esse preço, desde que não existisse uma CPI para a área dos direitos humanos — já que só podem existir regimentalmente cinco CPIs em funcionamento ao mesmo tempo. Ele informou, que embora ainda sem confirmação, sabe-se que a Câmara dos Deputados, ao fechar a última sessão, já teria aprovado a constituição de três CPIs, amarrando assim as possibilidades de que se torne viável uma investigação nesta área.

«Talvez se consiga uma CPI um pouco mais genérica, sobre a violação dos direitos humanos em geral, no Brasil, diz Kucinski. Mas é preciso uma mais específica, pois o caso dos desaparecidos é diferente do caso dos já definidamente mortos, não há existência dos corpos, nem de atestados de óbitos — não se pode conviver com os casos de dúvida se a pessoa morreu ou não».

As listas completas estão nas pág. 6 e 7



Enio Brauns

Dona Augusta



Ennio Brauns

Kucinski

Sequestro dos uruguaios

Oposição cerca repressão

As denúncias sobre o seqüestro dos uruguaios pela polícia gaúcha são cada dia mais insofismáveis e comprometedoras de esferas mais elevadas dos órgãos de repressão. Cercadas numa campanha nacional, as autoridades estaduais e federais entram num jogo de empurra, enquanto não resolvem um bode expiatório para o caso.



As autoridades gaúchas já não sabem o que fazer para negar a participação dos órgãos de segurança e de seus policiais no sequestro de Lilian Celiberti Casariego, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodrigues Diaz, ocorrido no dia 12 de novembro, num tranquilo bairro classe média de Porto Alegre. A insistência em negar este envolvimento aumenta na medida em que avançam as investigações da imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Rio Grande do Sul dando provas incontestáveis da colaboração entre a polícia uruguaia-na e brasileira.

O envolvimento do DOPS gaúcho no sequestro, através de seu delegado Pedro Seelig, não pode mais ser contestado. A Comissão da OAB-RGS enviada ao Uruguai na semana passada, para entrevistar-se com Lilian e Universindo, apesar de não lograr este objetivo — principalmente por falta de apoio do governo brasileiro — obteve importantes revelações.

O próprio DOPS no sequestro

«Este! Este esteve em minha casa», foram as palavras de Camilo Celiberti, na sala do modesto apartamento de sua avó em Montevidéu, na presença de pelo menos sete pessoas, ao reconhecer em duas das quatro fotos mostradas, o delegado Pedro Seelig, titular do DOPS gaúcho. Com essa identificação, a Comissão da OAB voltou com uma certeza: não apenas funcionários do DOPS estão envolvidos, mas o próprio órgão, naquilo que se caracteriza claramente como um crime de sequestro.

Ainda muito abalado, não podendo ouvir pessoas falar em português, Camilo concordou em conversar com o advogado Omar Ferri apenas porque este falou em italiano: policiais uruguaios lhe disseram que os policiais brasileiros os haviam sequestrado, e eles foram salvá-los. Outra informação conseguida junto a Camilo foi que Lilian esteve no DOPS, antes de serem levados todos até a fronteira num mesmo carro. Daí em diante, as crianças não viram mais sua mãe.

«Este objetivo nós conseguimos», disse Omar Ferri a EM TEMPO. Os contatos que a Comissão pretendia manter, ao nível oficial, no entanto, não foram obtidos. «Portas fechadas foi o que encontramos. Uma má vontade ostensiva», comenta Ferri, acrescentando que no Supremo Tribunal Militar além de baterem com a porta na cara dos integrantes da Comissão, ainda pediram para se retirarem da frente do prédio.

Uruguaios não «sabem» de nada

Impressionante foi como Ferri definiu a atitude dos advogados uruguaios: «sabe o que é o diabo fugir da cruz?». E os que falavam, o faziam no sentido de aconselhar os advogados brasileiros a esquecerem o assunto. «É perda de tempo», foi o que mais escutaram.

O sequestro do casal de uruguaios é um fato completamente desconhecido pela população daquele país. Além da violenta censura imposta pelo regime militar, não se encontra um único jornal brasileiro nas bancas em Montevidéu. A Comissão voltou também com a certeza de que, do lado de lá do Chuí, não conseguirão absolutamente nada.

Agora os advogados estão se reunindo para elaborar um relatório completo de todos os fatos apurados, para ser entregue ainda esta semana ao Ministério Público e todas autoridades competentes para julgar o caso. Imediatamente, Ferri vê a possibilidade de se entrar com uma ação penal contra o delegado Pedro Seelig e o inspetor Orandir Lucas o Didi Pedalada. Possui ainda uma procuração da mãe de Lilian para entrar com uma ação de perdas e danos, por abalo moral e material, contra o estado do Rio Grande do Sul.

Outro nome que já surgiu foi Bevans Correia, também policial do DOPS. Correia seria o irmão de uma cliente do advogado João Antonio Castro, que o procurou no dia 12 de dezembro, para saber o que fazer. Seu irmão, ao saber da repercussão do caso, estava apavorado e tinha preferido se esconder. Castro, alegando o sigilo profissional, não quis revelar a identidade de sua cliente, mas, finalmente, veio à tona o nome de Correia, que teria confessado à irmã ter agido por ordem do delegado Pedro Seelig.

Terrorismo: só psicológico?

«Cafajeste, vou te dizer uma coisa. Te prepara, vou eliminar tu e toda a tua família». Desde o meio dia de domingo o telefone não pára de tocar na casa de Omar Ferri. Duas vozes masculinas, de segundo em segundo ameaçam a vida do advogado e sua família. «Tem um homem que imita muito mal o espanhol fazendo ameaças», comenta Ferri, minutos depois de sua secretária ter recebido um telefonema avisando que ele estava internado na UTI, vítima de atropelamento.

Também o advogado Mariano Beck está sendo ameaçado e vem sendo seguido à distância. Preocupados, os dois advogados denunciam o fato numa entrevista coletiva na manhã de segunda-feira e no início da tarde, Marcos Helzer, presidente da Comissão, esteve no Palácio Piratini para uma audiência às pressas com o governador Guazzelli, já desconcertado com tantas evidências do envolvimento do DOPS no episódio.

O delegado Pedro Seelig, por sua vez, está muito irritado. Ao saber que fora reconhecido pelo garoto em Montevidéu, não conseguiu esconder sua raiva. «Não tenho nada com isso», foi uma de suas únicas declarações, justificando-se com o propalado «...não posso dar declarações, o estatuto não permite». Enquanto isso, o secretário da Segurança, Moura Jardim, voltava com o ladainha: «O inquérito dirá se Seelig está envolvido».

O jogo do empurra

Na verdade, a Polícia Federal, encarregada de fazer as investigações, até o momento não tomou nenhuma medida que efetivamente demonstrasse suas intenções de descobrir como foi possível dois uruguaios residentes em Porto Alegre aparecerem «magicamente», uma semana mais tarde, nas prisões uruguaias. O que está havendo é um jogo de empurra-empurra.

As autoridades estaduais dizem que nada lhes cabe fazer porque as responsabilidades estão a nível federal. E a nível federal os resultados não aparecem. Aliás, no mesmo dia em que Guazzelli declarava que o inquérito é de competência da Polícia Federal o coronel Rubem Ludwig, porta-voz da Presidência da República, argumentava que «o governo federal jamais poderá se antecipar ao inquérito que está em desenvolvimento com as autoridades locais». Além do mais, Ludwig acredita que o presidente Geisel não tem um perfeito conhecimento de todo o andamento das investigações, porque «nem todas as informações chegaram ao Palácio».

De fato, informações como as de que um grupo de agentes policiais gaúchos estaria recebendo entre 2 e 3 mil dólares do governo de Montevidéu — de acordo com a importância de refugiado político — por cada uruguaio que fosse preso no Rio Grande do Sul e entregue na fronteira daquele país. Esta foi uma denúncia anônima feita à sucursal do jornal Folha de São Paulo.

O certo é que agora, principalmente, Guazzelli não pode mais «ficar de fora». E a proposta de Raimundo Faoro, de constituir uma comissão composta pelo Ministério Público e representantes da Associação Riograndense de Imprensa ganha adesões. Por outro lado, Pedro Simon, já afirmou que «se o caso não for esclarecido até o reinício dos trabalhos legislativos, o MDB será obrigado a requerer uma CPI».

(Olívio Silvestre)

Mais um secundarista seqüestrado e torturado



Jesus Carlos

Arnaldo

Na entrevista coletiva, o advogado Luiz Eduardo Greenhalg do CBA-SP, apresentou uma denúncia: o jovem Arnaldo dos Santos Rodrigues foi empurrado para dentro de um carro particular e conduzido a um cárcere privado, onde sofreu interrogatório político.

No dia 12 de dezembro, à meia-noite, um jovem estudante secundarista paulistano é empurrado para um carro particular, recebe socos, imobilizado é obrigado aspirar um algodão com clorofórmio, acordando mais tarde num cárcere privado onde será torturado.

Três dias antes, o mesmo ocorria em Belo Horizonte e sabe-se o que aconteceu no Rio de Janeiro na mesma época, sem que tenha vindo a público, por medo do sequestrado.

Os dois jovens, João dos Santos Filho (**Em Tempo** nº 45) e Arnaldo dos Santos Rodrigues têm em comum a mesma preocupação da maioria dos jovens brasileiros: de participar de movimentos e assembléias estudantis e de suas representações. Aos dois, os sequestradores fizeram o mesmo tipo de interrogatório e utilizaram os mesmos métodos de sequestro e tortura. Coincidência?

Arnaldo estava na frente do Teatro Municipal à espera de uma amiga, quando foi agarrado e sequestrado. Sua amiga, que chegava, teve a sorte de não estar no local, e acabou presenciando toda a cena sem nada entender. Desesperada, só teve notícias de Arnaldo no dia seguinte e viveu uma terrível angústia sem poder informar o pai do jovem que é doente e a mãe que está gravida, além de não ter a quem recorrer.

Após descansar e se recuperar das torturas, Arnaldo procurou o Comitê Brasileiro de Anistia e a Comissão de Justiça e Paz, para relatar o ocorrido e tentar através de um inquérito, descobrir os sequestradores que agiram impunemente.

O advogado de Arnaldo, dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, pediu a abertura de um inquérito policial ao procurador da 1ª auditoria da 2ª CJM tentando chegar aos criminosos.

Os sequestradores durante todo o tempo, agiram com a maior segurança e com os mesmos hábitos de um policial de plantão. Fotografaram e anotaram o interrogatório que se centrava em questões políticas e no levantamento de informações sobre os organismos estudantis e seus líderes.

Arnaldo ao acordar, estava numa sala de uma casa e imediatamente teve os seus pulsos enfaixados e amarrados com um arame e pendurado ao teto. Nu e imobilizado, ficou à mercê dos torturadores, sendo que um deles alertou os demais: «...Não deixem marcas». Tentando camuflar a violência, os torturadores atingiam regiões sensíveis de Arnaldo, utilizando um rolo de jornal compacto. Quando Arnaldo desmaiava, jogavam água e recomeçavam a sessão.

Pelas perguntas feitas, Arnaldo acha que foi seguido pelos sequestradores durante seis meses, e só consegue se lembar de um rosto, «cara de funcionário público», pois as torturas eram feitas à luz de vela.

A violência só foi acabar pela manhã, quando pediu água e ao tomá-la, sentiu uma forte sonolência, havia sido drogado. Acordou num banco da praça Roosevelt e foi abordado por um PM que pedia os seus documentos; apavorado, se desembaraçou logo do policial e tentou seguir para casa, no que foi agarrado novamente pelos sequestradores. Novamente foi levado para o cárcere secreto, sofreu novas torturas até o meio-dia quando, fraco e drogado pelos repressores, perde os sentidos e acorda no meio de um matagal em São Roque, perto da Capital, sujo e fraco. Segue a pé até a cidade de Cotia onde acaba tomando um taxi, seguindo para casa em São Paulo.

Depois de se recuperar vai ao CBA e Comissão de Justiça e Paz, onde faz as denúncias e é examinado por uma junta médica que, apesar de todo os cuidados dos torturadores, constatou: luxação, inchamento nas pernas e marcas de arame no pulso.

Arnaldo, ainda traumatizado pelas torturas, insiste na denúncia pública «para que isso não volte a acontecer e, para tanto, é necessário que a população saiba do fato».

(O.G.)

UDESC - FAED - IDCH

AQUI a lista completa do CBA. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag.6

«Há, neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, da dúvida sobre a vida ou a morte dos seus entes mais queridos. São pais, irmãos, mulheres, quem sabe maridos, que esperam o ausente, de um momento para outro, sempre que se abre a porta da rua. Ou sonham com a cena, nos intervalos das insônias. Ou pior ainda, quando as portas em que batem os cansados de esperar, se fecham de todo ou mal se entreabrem. Até quando haverá no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas de um Brasil que julgávamos isento de tais insanas crueldades» (trecho de Tristão de Athayde, retirado do boletim que convoca o culto ecumênico do dia 12).

DOCUMENTO

Aqui, a lista completa do CBA.

«Iniciamos uma grande campanha, visando o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos.

A existência destes crimes contra a humanidade, faz com que seja necessário lutar e exigir a completa elucidação, apuração e responsabilização daqueles que praticaram esses crimes».

O **Comitê Brasileiro pela Anistia - São Paulo**, em cumprimento às resoluções aprovadas no **I Congresso Brasileiro Pela Anistia**, realizado em novembro de 1978, em São Paulo, divulga a presente relação de presos políticos mortos e desaparecidos.

Esta relação, ainda parcial, compreende os presos políticos que foram mortos pelos órgãos de segurança, em circunstâncias até hoje não esclarecidas e que foram, em sua grande maioria, noticiados, através de notas oficiais dos órgãos de segurança, distribuidas à imprensa.

Compreende também, uma relação englobando os presos políticos desaparecidos, no período 1969 a 1970. Alguns destes desaparecimentos tiveram caracteristicas distintas, que permitem diferenciá-los em duas categorias: aqueles dos quais não se tem qualquer indício de sua morte, embora se tenha a certeza de sua prisão, e aqueles que existem testemunhos de sua morte, sob tortura embora não se tenha a confirmação oficial dos órgãos de segurança.

O que no entanto é comum a todos os presos políticos desaparecidos é o fato de seus familiares não possuirem atestado de óbito ou qualquer documento oficial que lhes dê o paradeiro e o destino de seu familiar preso. Nesta relação consta também os nomes de pessoas desaparecidas e outras presumivelmente mortas, durante as operações das forças armadas na região do Araguaia, cujos familiares não tem até hoje, nenhuma confirmação oficial de sua prisão ou de sua morte.

Todos os casos citados provêm de denúncias de familiares, amigos, presos políticos, entidades e instituições, que se avolumaram desde 1964. Durante o **I Congresso Brasileiro Pela Anistia**, a Comissão encarregada de presos políticos mortos e desaparecidos, de posse desses depoimentos e de outros que foram apresentados no Congresso, elaborou a presente relação.

Pela rigorosa censura que foi imposta, após 1968 e pelas medidas de excessão e de terror impostas à nação pelo regime militar e particularmente, pelos órgãos de segurança interna (DOI-CODI, CENIMAR, CISA, CIEX, DOPS) existem ainda casos com dados incompletos, nos quais a data, o local ou as circunstâncias dos fatos, permanecem ainda inconcistentes. Vários casos ainda estão em estudos, nos vários CBAs, visando a coleta de algumas confirmações de denúncias e indícios, tornando portanto, esta relação parcial.

Acreditamos que iniciamos um grande campanha, visando o esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos. A existencia destes crimes, contra a humanidade faz com que seja necessário lutar e exigir a completa elucidação, apuração e responsabilização daqueles que praticaram esses crimes.

1 Relação dos presos políticos desaparecidos

Anos de 1969 a 1975

ANOS DE 1969 — 1970

ANTONIO DOS TRES REIS OLIVEIRA — ex-presidente da União Estadual dos Estudantes do Parana. Residia em São Paulo, onde foi detido, em maio de 1970. Seu desaparecimento foi denunciado pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, em 1978

CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA — natural do Rio Grande do Sul, foi preso pelos órgãos de segurança, no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1970

JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA — engenheiro, formado pela Universidade Federal da Bahia, foi preso no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1970. A prisão de Jorge foi denunciada em Auditoria Militar, principalmente por Marco Antonio Machado Melo, que presenciou sua prisão.

MARCOS ANTONIO DIAS BATISTA — estudante secundarista em Goiânia, foi lider estudantil da UBES — União Brasileira de Estudantes Secundários. Sua prisão ocorreu na jzona rural da região norte do estado de Goiás, em janeiro de 1970. Foi visto, pela última vez, na cidade de Porto Nacional, estado de Goiás. Tinha 15 anos na data da prisão.

MARIO ALVES VIEIRA DE SOUZA — jornalista, preso no dia 16 de janeiro de 1970, no Rio de Janeiro, foi levado para o CODI do 1º Exército, situado no quartel da Policia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Foi barbaramente torturado e transferido para a enfermaria do quartel, em estado precário de saúde. Sua tortura foi presenciada por vários presos, que denunciaram sua prisão, em Auditoria. Atualmente, as testemunhas deram novas declarações e depoimentos aos jornais e ao CBA.

VIRGILIO GOMES DA SILVA — Preso em São Paulo, na avenida Duque de Caxias. Foi torturado na OBAN, localizada à rua Tomaz Carvalhal. Seu irmão, Francisco Gomes da Silva, e outros presos viram sua chegada e posteriormente o capitão do exército Benone de Arruda Albernaz, torturador da OBAN, percorreu as celas, afirmando que Virgilio havia «escapado» no dia anterior. A prisão de Virgilio ocorreu em 29 de setembro de 1969.

ANO DE 1971

ALUISIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA — exilado em 1964, retornou ao Brasil, na clandestinidade, em 1970, juntamente com o ex-cabo Anselmo, da Marinha Brasileira. Foi preso em São Paulo no dia 6 de maio de 1971.

ANTONIO JOAQUIM MACHADO — advogado, foi preso no Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1971, juntamente com CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS, também desaparecido.

AYLTON ADALBERTO MORTATI — estudante de Direito, foi preso em São Paulo, em 4 de novembro.

CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS — sociólogo pela UFMG, foi preso no Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro. Residia em uma pensão à rua Farme de Amoedo, bairro de Ipanema, que foi invadida pelos órgãos de segurança. Sua prisão teria ocorrido juntamente com a do advogado ANTONIO JOAQUIM MACHADO, também desaparecido.

ELENI TELES PEREIRA GUARIBA — cumpriu pena de prisão politica, em São Paulo. Pouco tempo após a sua soltura, em 12 de julho de 1971, foi presa novamente no Rio de Janeiro, juntamente com PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA, também desaparecido.

FELIX ESCOBAR — ex-membro do Sindicato dos Comerciários de Caxias-RJ foi visto na Fortaleza de Santa Cruz, Rio de Janeiro. Foi preso em outubro.

EDGAR DE AQUINO DUARTE — ex-fuzileiro naval, participou ativamente do movimento dos marinheiros, em 1964. Exilado no México, retornou ao Brasil com documentos em nome de IVAN LEITE. Trabalhava em uma empresa imobiliária à rua Benjanmim Constant, nº 20, em São Paulo, sendo preso pela OBAN. Foi visto por presos politicos no DOPS, em São Paulo, quando relatou que foi preso juntamente com o ex-cabo Anselmo, seu companheiro da marinha. Foi visto pela última vez no DEOPS/SP, em 1973, quando relatou sua peregrinação por várias prisões e cárceres clandestinos dos órgãos de segurança, sempre isolado, desde 1971.

JOAQUIM MARIANO DOS SANTOS — lider camponês, fez parte das ligas camponesas, em Pernambuco, antes de 1964. Foi preso em Recife, no dia 1 de maio de 1971 e trazido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu em cárcere clandestino dos órgãos de segurança, sendo visto por um preso politico.

LUIZ DE ALMEIDA ARAUJO — foi preso na cidade de São Paulo, em 18 de junho de 1971.

PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA — advogado, foi preso em 12 de julho de 1971, no Rio de Janeiro, em companhia de ELENI TELES GUARIBA, também desaparecida. Constou da nota do Ministro Armando Falcão, de 6 de fevereiro de 1975, como «foragido». A nota foi contestada, em carta pública, pelo seu pai.

RUBENS BEYRODT PAIVA — ex-deputado pelo PTB de São Paulo, cassado em 1964, advogado e empresário. Preso em sua residência no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1971, foi torturado na 3ª Zona Aérea e transferido para o CODI, na rua Barão de Mesquita. Treze dias após sua prisão, o Exército, em nota oficial, noticiou sua «fuga». Existem numerosas provas de que é falsa a alegação oficial.

STUART EDGARD ANGEL JONES — estudante de Economia. Foi preso em 14 de maio de 1971, no Rio de Janeiro. Sua prisão foi presenciada pelo preso politico ALEX POLARI DE ALVERGA, que em denúncia pública afirma ter visto STUART ser arrastado pelo pátio da base aérea do Galeão, nas dependências do Centro de Informações de Aeronáutica — CISA, amarrado a um jipe. A denúncia está contida no volume 20 da coleção «Pequena História do Brasil», do historiador Hélio Silva.

WALTER RIBEIRO NOVAIS — sequestrado na cidade de São Paulo, em 12 de junho de 1971. Trabalhou como salvavidas no SALVAMAR, no Rio de Janeiro.

IVAN MOTA DIAS — formado em História pela UFRJ. Foi preso no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1971.

ANO DE 1972

EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA — Geólogo, preso em Recife, no mês de março, juntamente com sua esposa, Guilhermina Bezerra, que foi posteriormente libertada. Indiciado como revel em processo do PCBR, que foi julgado em Recife.

FREDERICO EDUARDO MAYR — foi preso em São Paulo, em 25 de fevereiro de 1972, sendo torturado na OBAN, conforme denúncias de presos politicos.

ISIS DIAS DE OLIVEIRA — ex-estudante de Ciências Socias da USP, foi presa no dia 30 de janeiro de 1972, juntamente com PAULO CESAR BOTELHO MASSA, no Rio de Janeiro. Foi considerada foragida na nota do Ministro Armando Falcão, de 06/02/75. Sua mãe, em carta pública, contestou a nota.

JANA MORONE BARROSO — presa no mês de abril de 1972.

LUIZ EURICO TEJERA LISBOA — preso em São Paulo, em agosto de 1972. Correspondia-se regularmente com a familia, até que em agosto de 1972 a mãe recebeu a informação que fora preso em São Paulo. Desde então está desaparecido. Foi presidente da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas em 1968.

PAULO CESAR BOTELHO MASSA — ex-estudante e bancário, trabalhou no Banco do Brasil, agência Carioca. Foi preso em 30 de janeiro de 1972 no Rio de Janeiro.

PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS — engeheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia — RJ. Foi preso no Rio de Janeiro, em junho de 1972, juntamente com SERGIO LANDULFO FURTADO

SERGIO LANDULFO FURTADO — ex-estudante de Economia da UFBahia, foi preso no Rio de Janeiro em junho de 1972.

ANO DE 1973

CAIUBY ALVES DE CASTRO — bancário aposentado, foi preso no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1973.

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES — ex-presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE, preso na cidade do Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1973.

HUMBERTO CÂMARA NETO — ex-estudante de Medicina da UFPe. Foi preso no Rio de Janeiro em 8 de outubro.

JOÃO BATISTA DA RITA PEREDA — banido em 13 de janeiro de 1971, viajou para o Chile em troca da libertação do embaixado da Suiça no Brasil. Preso novamente em dezembro de 1973, em Buenos Aires, juntamente com JOAQUIM PIRES CERVEIRA, foi trazido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

JOAQUIM PIRES CERVEIRA — ex-major do Exército, cassado pelo AI-I. Banido do Brasil em 15 de junho de 1970, indo para a Argélia, em troca da libertação do embaixador alemão no Brasil. Foi preso em dezembro de 1973, em Buenos Aires, por policias argentinos, comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, conforme depoimentos prestados por pessoas que presenciaram a prisão, depoimentos em poder do Alto Comissário da ONU. Foi trazido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

JOSE PORFIRIO DE SOUZA — lider camponês do estado de Goiás, ex-deputado estadual cassado, fundador das ligas camponesas de Goiás. Cumpriu pena de prisão em Brasília, sendo libertado em 7 de junho de 1973.Esteve depois no escritório de sua advogada, Elizabeth Diniz, em Brasília. Estava retornando para sua casa, em Goiás, quando foi preso.

PAULO STUART WRIGHT — ex-deputado estadual por Santa Catarina, cassado em 1964. Sequestrado na cidade de São Paulo, no mes de setembro de 1973. Existem testemunhas de sua prisão, inclusive pessoa que foi acareada com Paulo, na prisão.

RAMIRES MARANHÃO DO VALLE — ex-estudante secundarista em Pernambuco. Foi preso na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1973.

ANO DE 1974

ANA ROSA KUCINSKI SILVA — professora do Instituto de Quimica da USP, foi presa em São Paulo, juntamente com seu mario WILSON SILVA, em 22 de abril, também desaparecido.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA — ex-deputado estadual em Pernambuco, pelo PCB, ex combatente da Guerra Civil Espanhola e combatente da Resistência Francesa. Foi preso na cidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, quando entrava no pais, em 16 de março de 1974, em companhia de JOSE ROMAM, também desaparecido. Foi julgado a revelia pela 2ª Auditoria de Marinha, em 20 de setembro de 1978.

EDUARDO COLLIER FILHO — ex-estudante de Direito da UFBahia. Foi preso no Rio de Janeiro, juntamente com FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA, em 23 de fevereiro de 1974. Existe contra ele processo na 1ª Auditoria do 2º Conselho de Justiça Militar, acusado de pertencer à Ação Popular — APML.

FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA — estudante da UFF — Universidade Federal Fluminense — e funcionário público do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo. Preso no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro. Fernando constou da nota oficial expedida em 06/02/75, onde é apontado como militante da Ação Popular — APML — afirmando ainda esta nota que ele se encontrava na clandestinidade. A nota foi contestada em carta pública, por sua mãe.

IEDA SANTOS DELGADO — advogada, sequestrada no percurso Rio de Janeiro e São Paulo, em 1 de abril de 1974.

ISSAMI NAKAMURA OKANO — estudante de Quimica da USP, preso em São Paulo, em 14 de maio de 1974.

JAYME AMORIM DE MIRANDA — advogado, preso no Rio de Janeiro, em junho de 1974, foi julgado no processo do PCB, de 20 de setembro de 1978, na 2ª Auditoria de Marinha, como revel, sendo absolvido.

JOÃO MASSENA MELO — lider sindical metalúrgico e ex-deputado pela Guanabara. Preso em São Paulo em 15 de março de 1974. Julgado a revelia em 20 de setembro de 1978, foi absolvido.

JOSE ROMAM — corretor de imoveis, preso juntamente com DAVID CAPISTRANO, em 16 de março, perto de URUGUAIANA, tendo desaparecido seu carro, no qual viajavam.

LUIZ INACIO MARANHÃO FILHO — ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, professor universitário, advogado e jornalista. Foi preso em 3 de abril de 1974, em São Paulo. Revel num processo do PCB, julgado em 20 de setembro de 1978, no qual foi absolvido.

RUI FRAZÃO SOARES — ex-estudante de engenharia da UFPe. Preso na cidade de Petrolina, estado de Pernambuco, na feira livre, em 27 de maio de 1974, sendo sua prisão presenciada por populares e pessoas conhecidas.

THOMAS ANTONIO DA SILVA MEIRELES NETO — sociologo, preso no dia 7 de maio de 1974, no percurso Rio de Janeiro a São Paulo. Cumpriu pena no Rio de Janeiro, anteriormente ao seu desaparecimento.

WALTER DE SOUZA RIBEIRO — ex-militar, jornalista. Preso em abril de 1974, em São Paulo. Consta da nota oficial do Ministro Armando Falcão, de 06/02/75, como foragido. A familia de Walter tem contestado publicamente o teor da nota, com relação a Walter.

WILSON SILVA — fisico formado pela USP, técnico em computadores, funcionário da SERVIX, em São Paulo., Preso em 22 de abril de 1974, juntamente com sua esposa ANA ROSA KUCINSKI SILVA.

ANO DE 1975

ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO — lider sindical, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light. Preso no Rio de Janeiro, em junho de 1975. Conforme denúncias de pessoas presas na ocasião, foi torturado no DOPS e DOI-CODI, do Rio e DOI de São Paulo. Entre as denúncias destacam-se as efetuadas publicamente por Gildasio Westin Cozenza e Delzir Antonio Mathias.

ELSON COSTA — desapareceu em 1975, segundo depoimento de MARCO ANTONIO COELHO, prestado junto à 2ª Auditoria de Marinha.

HIRAM PEREIRA DE LIMA — preso no Rio de Janeiro em fevereiro de 1975. Julgado a revelia em 20 de setembro de 1978, pela 2ª Auditoria da Marinha, absolvido.

ITHAIR JOSE VELOSO — lider sindical da construção civil, foi preso em 22 de maio de 1975, no Rio de Janeiro. Julgado como revel e absolvido no processo do PCB, julgado em 20 de setembro de 1978.

JOSE MONTENEGRO DE LIMA — ex- residente da União Nacional de Estudantes Técnicos Industriais. Preso em São Paulo, em 29 de setembro de 1975.

ORLANDO ROSA BONFIM JUNIOR — advogado, jornalista, foi diretor dos jornais «Imprensa Popular» e «Novos Rumos». Preso no Rio de Janeiro, em 8 de outubro. Julgado como revel no processo do PCB, de 20 de setembro de 1978, foi absolvido.

PROCURADOS

Eles foram presos, sequestrados e torturados.
Eram pais de família.
Encontram-se desaparecidos e talvez mortos.

ANISTIA — Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo



CBA — Qualquer informação procure o Comitê Brasileiro pela Anistia mais próximo

Com este cartaz, começa em todo o País a campanha do movimento pela anistia em favor dos desaparecidos.

2 Relação de desaparecidos na Região da Araguaia

(onde foram travados combates com as Forças Armadas)

Adriano Fonseca
André Grabois
Antonio Guilherme Ribeiro Ribas
Antonio Monteiro Teixeira
Bergson Gurjão Farias
Ciro Flávio Salazar
Dinalva Conceição Teixeira
Helenira Rezende de Souza Nazaré
Idalício Aranha Filho
Jaime Petit da Silva
José Francisco Chaves
José Humberto Bronca
José Toledo de Oliveira
João Carlos Haas Sobrinho
Kleber Gomes
Lourival Paulino
Lucio Petit da Silva
Maria Lucia Petit da Silva
Manuel José Nurchis
Mauricio Grabois
Nelson Dourado
Osvaldo Orlando Costa
Paulo Rodrigues
Paulo Norberto Pereira Marques
Suely Yomiko Kanayama
Walquiria Aranha

UDESC - FAED - IDCH

VOU processar o governo pela morte de meu marido. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7

UMA carta de dona Dilma Alves para a mulher do consul sequestrado: o drama em 1970: choro sozinha. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7

EU vi seu corpo esfolado. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7

EU vi o diálogo com os carrascos. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 7

Na semana em que o assassinato do dirigente comunista Mário Alves completava nove anos, sua esposa, dona Dilma Alves, anuncia:

Vou processar o governo pela morte do meu marido!

No mesmo apartamento pequeno e simples onde recebeu a reportagem do EM TEMPO, em julho do ano passado, dona Dilma Borges Vieira declarou, agora, que pretende reabrir o «caso» Mário Alves, seu marido, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, assassinado, sob tortura, no DOI-CODI do Iº Exército, na época sob o comando do general Syzeno Sarmento. «Acuso e responsabilizo o DOI-CODI do Iº Exército pela morte de Mário. Acuso e responsabilizo o coronel Alcyone Portela, comandante do CODI naquela ocasião: ele é o maior responsável direto pelo assassinato de Mário».

Os advogados já estão estudando as possibilidades do processo, reconhecendo as testemunhas indicadas por dona Dilma. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/Rio) pagará as custas necessárias. No dia 16, próxima terça-feira, a morte de Mário Alves completa 10 anos.



Mario Alves de Souza

Vivemos a angústia do silêncio imposto pelos militares

Eis as declarações de Dilma Alves sobre a reabertura do caso e as acusações sobre a responsabilidade pelo assassinato de um dirigente comunista:

Sim, eu já constitui advogado, já conversamos e os papéis terão andamento a qualquer hora: depois de nove anos vou reabrir o «caso» Mário Alves. Tem algumas coisas menores que ainda faltavam esclarecer, mas que eu vou reabrir o caso é certo. Quero o reconhecimento oficial de sua morte, quero saber onde está seu corpo. Há nove anos eu venho batalhando por isso.

Meu marido, Mário Alves, foi preso no dia 16 de janeiro de 1970, pelo Iº Exército, e levado para o Quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca (Rio). Espancado durante toda a noite, o corpo todo esfolado, ele ainda foi empalado com um cassetete denteado; alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e nariz, arquejante, pedindo água, e os militares em volta, os torturadores rindo, impedindo que lhe fosse prestado qualquer socorro.

A prisão de Mário foi negada pelas autoridades militares. Mas os depoimentos se sucederam, em Auditorias, durante vários julgamentos. Houve testemunhas, os fatos se tornaram públicos e notórios. Mário foi torturado e executado sem julgamento, «desaparecido», nós ficamos sem saber o destino dado a seu corpo. Vivemos a angústia desse silêncio imposto pelos chefes militares.

Brasileiro, jornalista, de caráter integro e perfeitamente coerente com o que pregava e praticava, Mário era querido e respeitado por todos os que com ele lutaram e viveram. Foi marido e pai dedicado e amado. É uma perda irreparável para todos nós.

Esse processo que vou reabrir agora tem para mim um sentido político e histórico. Há nove anos era impossível, mas agora eu espero que ele tenha uma repercussão nacional. Politicamente é que me interessa o reconhecimento da morte sob tortura de Mário. Ele foi, desde os 16 anos, um combatente pela liberdade de todos os oprimidos e explorados.

Acuso e responsabilizo o DOI-CODI do 1º Exército pela tortura, assassinato e «desaparecimento» de meu marido, Mário Alves de Souza Vieira.

Sucursal do Rio

O pacto das testemunhas

Eu vi seu corpo esfolado

«Ferido, no chão, Mário Alves balbuciou e pediu água», confirma o vereador Antonio Carlos Carvalho, do MDB-RJ.

Até hoje o governo não reconheceu a morte do jornalista Mario Alves. Sempre que foi obrigado a se pronunciar, disse que o jornalista encontra-se foragido. Mas a verdade é bem outra: Mario Alves foi morto na prisão. Morreu depois de ter sido violentamente torturado, seviciado e levado para o Hospital Central do Exército.

Entre os dias 15 e 16 de janeiro de 1970, estavamos presos em uma mesma cela eu, o advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, Augusto Henrique Maria D'Aurrelle Olivier, tenente da Revolução de 1930 e morto recentemente em um acidente de tráfego no Rio; Manoel João da Silva, lider ferroviário, camponês e operário, na época com 75 anos de idade e mais uma pessoa (motorista de Apolônio de Carvalho) presa no dia 12 do mesmo mês, mas que omito o nome por não ter sido consultado. Nesta noite fomos acordados por um grande alvoroço na Policia do Exército da Rua Barão de Mesquita no Rio, logo soubemos, tinha sido preso uma pessoa muito importante. Igual à noite quando Apolônio foi preso. Soldados nos informaram tratar-se de «peixe grande».

Nessa época a tortura era feita sem nenhuma cerimônia, não havia ainda as salas especiais que foram construidas dois meses depois. Como Mario Alves, assistimos também à tortura de Apolônio, Salatiel e vários outros que tiveram a infelicidade de ser presos naqueles meses que lá estivemos.

Nossa cela era no segundo andar, uma cela grande, bem em frente ao corpo da guarda. Ao lado pela direita existia uma outra sala que dava tanto para a nossa, quanto para uma outra, ao lado da nossa onde na época encontrava-se preso o cidadão Newton Leão Duarte, de quem nunca mais tive qualquer noticia. Nossa porta tinha grade de ferro e dava para a sala, além disso nossa cela era colada (parede com parede). com esta sala onde as pessoas eram supliciadas, além do que a parede não ia até o teto, (meia parede). A certeza de impunidade faz dessas coisas.

Não demorou muito a termos certeza de que se tratava, Manoel João e Augusto conheciam muito bem Mario Alves, identificaram sua voz e pelos dados de sua vida real que os torturadores foram arguindo. Não dormiamos acompanhando os interrogatórios e sofrendo com cada uma das torturas que sabiamos estar sendo aplicada e que cada um de nós já conhecia de perto.

Diante de sua recusa de atender as exigências dos torturadores, e pelas formas cada vez mais violentas que apareciam as novas torturas, afogamento, empalamento, temi pela sua vida, pois tinha sido dito por alguém ali que ele já estava com 56 anos e tinha pouca saúde. Os torturadores insistiam em saber onde morava, ele respondia que na sua casa estava sua mulher e sua filha e que preferiria a morte a vê-las passando por aquilo tudo a que estava sendo submetido.

De manhã bem cedo o cabo da guarda chamou a mim, ao Manel João e ao Augusto para fazermos faxina na sala ao lado, nos vestimos e fomos. A sala estava enlameada, cheia de água e no chão deitado estava uma pessoa, toda machucada com a pele bem ferida cheio de hamatomas, e sem se mexer, apenas balbuciava pedindo, «água, água». Tentamos dar-lhe água, mas foi difícil, não conseguia beber. O capuz estava levantado bem acima dos olhos, era um rosto magro com um pequeno bigode. Manuel João e Augusto confirmaram, era Mario Alves. Depois disso vieram algumas pessoas lhe retirar da sala e o levaram embora, ainda vivo. Nós continuamos presos.

A única coisa que fizemos no momento foi acertar entre nós o compromisso de que se um dia fosse exigido de nós o testemunho daquele fato, nós não negariamos e autorizávamos os outros a incluir os nossos nomes como testemunha. Foi o que aconteceu no Congresso da Anistia em São Paulo, fui citado como testemunha e aqui estou confirmando as denúncias que foram feitas.

Quando saí da prisão, sua mulher me procurou e lhe fiz este relato, ela disse que seu marido tinha sido esfolado com uma escova de aço e eu lhe afirmei que não. As feridas se deviam ao açoite a que lhe submeteram com uma borracha oca, de mais ou menos 8 centimentros de diâmetro e um metro de comprimento.

UMA CARTA DE DONA DILMA ALVES PARA A MULHER DO CONSUL SEQÜESTRADO

O drama em 1970: choro sozinha

No Uruguai os Tupamaros haviam sequestrado o policial Dan Mitrione e, de cambulhada, um agrônomo norte-americano e o cônsul brasileiro em Montevidéo, Aloísio Gomide. No Brasil, Dilma Borges ainda esperava encontrar o corpo de Mário Alves. Os jornais faziam estardalhaço com o «caso» Gomide, abrindo espaços para declarações de sua esposa. Eis a carta que dona Dilma lhe escreveu por esta época: setembro de 1970, oito meses após a morte de seu marido.

«Sra. Aparecida Gomide:

Todos conhecemos o seu sofrimento e a sua angústia. **A imprensa falada e escrita focaliza, diariamente; o seu drama. Seu marido, um funcionário em serviço fora do País, foi sequestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política, a sra. não chora sozinha.**

Mas do meu sofrimento, da minha angústia ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para também dizer que «tenho o coração partido», que «quero o meu marido de volta». O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura pelo I Exército, foi executado sem processo e sem julgamento. Reclamo seu corpo. Nem a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana **me atendeu. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.**

Sei que a sra. não tem condições de avaliar meu sofrimento porque a dor de cada um é sempre maior que a dos outros. Mas espero que **compreenda que as condições** que levaram meu marido a ser torturado até a morte, e o seu a ser sequestrado, ainda são as mesmas. Que é importante saber que a violência-fome, que a violência-miséria, a violência-pressão, a violência-atraso, a violência-tortura levam à violência-sequestro, à violência-guerrilha, e que é muito importante saber quem é que pratica a violência: os que criam a miséria ou os os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante em sua vida. Mario Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava, era inteligente, culto, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelos oprimidos e injustiçados, os sem voz e sem vez».

Dilma Alves

Eu ouvi o diálogo com os carrascos

Testemunha, o advogado Raimundo Teixeira Mendes,

Cerca das 20h30m do dia 16 de janeiro de 1970 sexta-feira, encontravámo-nos presos no 2º andar do PIC - Pelotão de Investigações Criminais, da Policia do Exército do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Mesquita na Tijuca, quando duas horas após havermos jantado no rancho dos soldados, ouvimos a algazarra que caracterizava a chegada de um preso considerado importante.

O DOI-CODI do Rio de Janeiro, fundado solenemente, salvo lapso de memória, no dia 13 de janeiro de 1970, acabava de prender o jornalista Mário Alves de Souza Vieira, ex-diretor do Jornal Novos Rumos, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, de onde saira para fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

No momento em que Mario Alves foi introduzido em uma sala ao lado da cela em que nos encontrávamos, foi estabelecido o seguinte diálogo entre o preso e seus algozes:

— Teu nome completo é Mario Alves de Souza Vieira?

— Vocês sabem

— Você é o secretário-geral do Comitê Central do PCBR?

— Vocês já sabem.

— Será que você vai querer dar uma de herói?

— (silêncio)

— Herói foi Guevara, que morreu na Bolivia com uma metralhadora na mão, você caiu e não tem nem um canivete no bolso, disse o torturador.

A partir deste momento iniciou-se uma sessão de tortura que só acabou às 5h da manhã. Depois de ser violentamente espancado, sofrer choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos etc. Mario Alves, manteve-se na posição de não responder absolutamente nada aos seus torturadores. Coisa que considero ter aumentado a ira dos torturadores, por se verem impotentes diante de um individuo desarmado, sem defesa, a não ser sua vontade férrea de não prestar informações àqueles que considerava seus inimigos. O lance final entre Mario Alves e seus torturadores, foi a introdução de cassetete de madeira com estrias de aço que provocou a perfuração de seus intestinos, causando-lhe depois uma hemorragia interna que determinou a sua morte.

Durante as oito horas de torturas sofridas por Mario Alves, interrompidas pelo ato brutal que provocou sua morte, a monotonia angustiante e desesperadora, para nós que ouviamos os seus gritos e gemidos, só foi quebrada uma vez:

— Onde está tua filha?

(A resposta veio rápida e agressiva):

— Na Bahia, disse Alves.

(Pareceu-nos que Mario se sobressaltou com a pergunta, que veio em meio a insistentes inquirições sobre uma suposta área de guerrilha que estaria sendo levantada no Interior de Goiás)

— Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais, prosseguiu o interrogador.

— Então vão buscá-la.

Esta resposta, num misto de sarcasmo e segurança, significou um desafio dito, no desafio permanente que representou o comportamento de mutismo e resistência do torturado-assassinado diante de seus torturadores, que afinal, lhe tiraram a vida mas perderam o desafio.

3 Relação dos presos políticos mortos

ANO DE 1964

Alfeu de Alcantara Monteiro — *Porto Alegre, 4 de abril*
Astrogildo Pascal Viana
Bernardino Saraiva — *São Leopoldo, RS*
Carlos Schirner — *Belo Horizonte*
Ivan Aguiar — *Recife*
José de Souza — *Rio de Janeiro*
Jonas José Albuquerque Barros — *Recife, 1º de abril*
Pedro Domiense

ANO DE 1966

Manoel Raimundo Soares — *Porto Alegre, agosto*

ANO DE 1967

Milton Palmeira de Castro — *Juiz de Fora, MG, setembro*

ANO DE 1968

Edson Luiz de Lima Souto — *Rio de Janeiro, 28 de março*
Jorge Aprigio de Paula — *Rio de Janeiro, novembro*
José Carlos Guimarães — *São Paulo, 3 de outubro*
Luís Paulo da Cruz Nunes — *Rio de Janeiro, 9 de novembro*

ANO DE 1969

Carlos Mariguela — *São Paulo, 4 de novembro*
Carlos Roberto Zanirato — *Rio de Janeiro, 25 de junho*
Catarina Abi-Eçab — *Vassouras, RJ*
Chael Charles Schreiber — *Rio de Janeiro, 25 de novembro*
Eremias Dolisoikov — *Rio de Janeiro, 5 de outubro*
Fernando Borges de Paula Ferreira — *São Paulo, 3 de julho*
Hamilton Fernando Cunha — *São Paulo, 28 de fevereiro*
Ishiro Nagami — *São Paulo, setembro*
João Domingos da Silva — *São Paulo, 19 de setembro*
João Antonio Abi-Eçab — *Vassouras, RJ*
João Roberto Soares de Souza — *Recife, outubro*
João Lucas Alves — *Belo Horizonte, abril*
José Wilson Lessa Sabag — *São Paulo, 3 de setembro*
Luiz Fogaça Balboni — *São Paulo, 24 de setembro*
Marco Antonio Brás de Carvalho — *São Paulo, 21 de janeiro*
Nelson José de Almeida
padre Antonio Henrique Pereira — *Recife, 26 de maio*
Reinaldo Silveira Pimenta — *27 de junho*
Roberto Cieto — *Rio de Janeiro, 4 de setembro*
Sergio Correia — *São Paulo, setembro*
Severiano Viana Colon — *Rio de Janeiro, abril*
Sebastião Gomes da Silva — *Cachoeiro de Macacú, RJ, abril*

ANO DE 1970

Abelardo Rauch Alcantara — *Brasília, 13 de dezembro*
Alcere Maria Gomes da Silva — *São Paulo, 10 de maio*
Aveimar Barros — *Porto Alegre*
Antonio Raimundo Lucena — *Atibaia, 20 de fevereiro*
Ari da Rocha Miranda — *São Paulo*
Ari de Abreu Lima da Rosa — *Rio Grande do Sul, novembro*
Dorival Ferreira — *São Paulo, 3 de março*
Eduardo Leite — *São Paulo, 8 de dezembro*
Edson Cabral Sardinha — *São Paulo, 22 de setembro*
Edson Quaresma — *São Paulo, 5 de dezembro*
Eraldo Palha Freire — *Rio de Janeiro, 1º de julho*
Joelson Crispim — *São Paulo, 23 de abril*
José Roberto Spigner — *Rio de Janeiro, 17 de dezembro*
José Idésio Brianesi — *São Paulo, 14 de abril*
Joaquim Camara Ferreira — *São Paulo, 23 de outubro*
Yoshitami Fujimore — *São Paulo, 5 de dezembro*
Juarez Guimarães Brito — *Rio de Janeiro, 18 de abril*
Luciano Brandão Guimarães — *Minas Gerais, 31 de julho*
Luis Afonso Miranda da Costa Rego — *Rio de Janeiro*
Marco Antonio Silva Lima — *Rio de Janeiro, 13 de janeiro*
Norberto Nehring — *São Paulo, 24 de abril*
Olavo Hansen — *São Paulo, 8 de maio*
Roberto Macarini — *São Paulo, 28 de abril*

ANO DE 1971

Aderval Alves Coqueiro — *Rio de Janeiro, 6 de fevereiro*
Aldo Sá Brito de Souza Neto — *Belo Horizonte, 10 de janeiro*
Amaro Luiz de Carvalho — *Recife, 22 de agosto*
Antonio Sergio de Matos — *São Paulo, 23 de setembro*
Carlos Eduardo Pires Fleury — *Rio de Janeiro, 10 de dezembro*
Carlos Lamarca — *Bahia, 28 de agosto*
Cleide Dall'Ojo — *Recife*
Denis Antonio Casemiro — *São Paulo, abril*
Devanir José de Carvalho — *São Paulo, 7 de abril*
Dimas Antonio Casemiro — *São Paulo, 17 de abril*
Eduardo Antonio da Fonseca — *São Paulo, 23 de setembro*
Flavio de Carvalho Molina — *São Paulo, 5 de novembro*
Francisco José Oliveira — *São Paulo, 5 de novembro*
Gerson Teodoro de Oliveira — *Rio de Janeiro, 15 de março*
Joaquim Alencar de Seixas — *São Paulo, 17 de abril*
José Campos Barreto — *Bahia, 28 de agosto*
José Gomes Teixeira — *Rio de Janeiro*
José Manuel Mendes de Abreu — *São Paulo, 23 de setembro*
José Milton Barbosa — *São Paulo, 5 de dezembro*
José Raimundo da Costa — *Rio de Janeiro, 5 de agosto*
José Roberto Arantes de Almeida — *São Paulo, 5 de novembro*
Luis Antonio Santa Bárbara — *fazenda Buritti, Bahia, 28 de agosto*
Luis Eduardo da Rocha Merlino — *São Paulo, 15 de julho*
Luis Hirata — *São Paulo, dezembro*
Marilena Villas Boas Pinto — *Rio de Janeiro, 5 de abril*
Mario de Souza Prata — *Rio de Janeiro, 3 de abril*
Mauricio Guilherme da Silveira — *Rio de Janeiro, 15 de março*
Nilda Carvalho Cunha — *Bahia, 14 de novembro*
Odijas Carvalho de Souza — *Pernambuco, fevereiro*
Otoniel Campos Barreto — *Bahia, 28 de agosto*
Raimundo Eduardo da Silva — *São Paulo, 10 de janeiro*
Raimundo Gonçalves Figueiredo — *Recife, 24 de abril*
Raul Amaro Nin Ferreira — *Rio de Janeiro, 12 de agosto*
Valdeir Silva — *outubro*
Yara Iavelberg — *Bahia, 6 de agosto*

ANO DE 1972

Alex de Paula Xavier Pereira — *São Paulo, 29 de janeiro*
Alexandre José Ibsen Voeroes — *São Paulo, 27 de fevereiro*
Ana Maria Nacinovic Correia — *São Paulo, 14 de junho*
Antonio Benetazzo — *São Paulo, 30 de outubro*
Antonio Carlos Nogueira Cabral — *São Paulo, 1º de abril*
Arno Preiss — *Goiás, 15 de fevereiro*
Aurora Maria Nascimento Furtado — *Rio de Janeiro, 11 de novembro*
Carlos Nicolau Danielli — *São Paulo, 31 de dezembro*
Fernando Augusto da Fonseca — *Rio de Janeiro, 29 de dezembro*
Gastoni Lucia Beltrão — *São Paulo, janeiro*
Gelson Reicher — *São Paulo, 29 de janeiro*
Getulio de Oliveira Cabral — *Rio de Janeiro, 29 de dezembro*
Helcio Pereira Fortes — *Rio de Janeiro, 28 de janeiro*
Hiroaki Torigoi — *São Paulo, 5 de janeiro*
Ismael Silva Jesus — *Goiás, 9 de agosto*
Jeová Assis Gomes — *Goiás, 9 de janeiro*
James Allen Luz — *Rio Grande do Sul*
João Carlos Cavalcanti Reis — *São Paulo, 30 de outubro*
João Mendes Araujo — *Olinda, PE, 24 de janeiro*
José Bartolomeu Rodrigues de Souza — *Rio de Janeiro, 29 de dezembro*
José Julio Araujo — *São Paulo, 22 de agosto*
José Silton Pinheiro — *Rio de Janeiro, 29 de dezembro*
Lauriberto José Reyes — *São Paulo, 27 de dezembro*
Ligia Maria Salgado Nobrega — *Rio de Janeiro, 29 de março*
Lincoln Cordeiro Oest — *Rio de Janeiro, 25 de dezembro*
Luciana Ribeiro da Silva — *Rio de Janeiro, 29 de dezembro*
Luis Alberto de Sá e Benevides — *Pernambuco, março*
Luis Guilhardini — *Rio de Janeiro, 25 de dezembro*
Marcos Nonato da Fonseca — *São Paulo, 14 de junho*
Marco Antonio Pinto de Oliveira — *Rio de Janeiro, 29 de março*
Miriam Lopes Verbena — *Pernambuco, março*
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo — *Rio de Janeiro, 29 de março*
Ruy Oswaldo Pfitzenreuter — *São Paulo*
Valdir Sales Saboia — *29 de dezembro*
Wilson Ferreira — *Rio de Janeiro, 30 de março*
Yuri Xavier Pereira — *São Paulo, 14 de junho*

ANO DE 1973

Almir Custódio de Lima — *Rio de Janeiro, 18 de outubro*
Alcir Gomes da Silva — *agosto*
Alexandre Vancucchi Leme — *São Paulo, 17 de março*
Anatalia Alves de Melo — *Recife, 22 de janeiro*
Antonio Carlos Bicalho Lana — *São Paulo, 30 de novembro*
Arnaldo Cardoso Rocha — *São Paulo, 15 de março*
Eudaldo Gomes da Silva — *Recife, 8 de janeiro*
Evaldo Luiz Ferreira de Souza — *Recife, 9 de janeiro*
Francisco Emanuel Penteado — *15 de março*
Francisco Seiko Okama — *15 de março*
Gildo Macedo Lacerda — *28 de outubro*
Helder José Gomes Goulart — *São Paulo, 18 de julho*
Jarbas Pereira Marques — *Recife, 8 de janeiro*
José Manuel da Silva — *Recife, 8 de janeiro*
José Mendes de Sá Roris — *Rio de Janeiro*
José Carlos Novaes Mata Machado — *28 de outubro*
Lincoln Bicalho Roque — *Rio de Janeiro, março*
Luis José da Cunha — *São Paulo, 13 de julho*
Manoel Aleixo da Silva — *Ribeirão, PE, 29 de agosto*
Manoel Lisboa de Moura — *São Paulo, 4 de setembro*
Emanoel Bezerra dos Santos — *São Paulo, 4 de setembro*
Marcio Beck Machado — *Goiás, maio*
Maria Augusta Thomaz — *Goiás, maio*
Marivaldo Araújo — *Rio de Janeiro, 7 de maio*
Pauline Reichstul — *Recife, 8 de janeiro*
Rannsia Alves Rodrigues — *Rio de Janeiro, 16 de outubro*
Ronaldo Mourth Queiroz — *São Paulo, 6 de abril*
Sônia Maria Moraes Rego — *São Paulo, 30 de novembro*
Soledad Barrei Viedma — *Recife, 8 de janeiro*

ANO DE 1974

frei Tito de Alencar Lima — *suicidou-se no exílio*

ANO DE 1975

José Ferreira de Almeida — *São Paulo, 28 de agosto*
José Maximiniano de Andrade Neto — *Campinas, SP, setembro*
Pedro Jerônimo de Souza — *Fortaleza, 19 de setembro*
Wladimir Herzog — *São Paulo, 25 de outubro*

ANO DE 1976

Maria Auxiliadora Lara Barcelos — *suicidou-se no exílio*
Angelo Arroyo — *São Paulo, 16 de dezembro*
João Batista Franco Drumond — *São Paulo, 16 de dezembro*
Pedro Pomar — *São Paulo, 16 de dezembro*
Manoel Fiel Filho — *São Paulo, 17 de janeiro*

UDESC - FAED - IDCH

MARTINS, José de Souza. Galdino, um preso político. **Em tempo:** Semanário Nacional, n.46, 11 a 17 de jan. de [19--]. Pag. 8

No manicômio do Juqueri:

Galdino, um preso político.

«Espero que Deus não me tenha colocado aqui apenas para dar entrevistas», desabafou Aparecido Galdino Jacinto, há seis anos preso no Manicômio Judiciário de São Paulo, por decisão da Auditoria Militar, que viu nas práticas religiosas um perigo para a segurança nacional Ele defendia os lavradores de Rubinéia e Santa Fé do Sul, interior do estado, contra a violência dos latifundiários. À medida que a repressão aos trabalhadores foi acentuada, e a sua luta não produzia resultados, Galdino passou por um processo de transformação representado pela sua conversão à prática religiosa, à meditação, ao jejum. Virou benzedor e profeta. Nessa situação é que foi preso. O caso de Galdino só se resolverá incluindo-o em nosso protesto político.

José de Souza Martins

O que é efetivamente um preso político?

Essa pergunta começa a ser feita somente agora em face da denúncia de que o Manicômio Judiciário de São Paulo - Juqueri - há seis anos um homem está preso só porque a Auditoria Militar, achou que suas práticas religiosas e messiânicas constituiam um perigo para a segurança nacional.

Com isso, Aparecido Galdino Jacinto, um boiadeiro, sertanejo da antiga frente pioneira paulista, já completou oito anos de cadeia, (desde 1º de outubro de 1970), depois que um contingente da Polícia Militar tomou de assalto a igreja rústica de roça onde ele orava junto com seu povo.

Galdino já percorreu várias prisões do interior, passou pelo presídio Tiradentes e pela Casa de Detenção (onde esteve junto com outros presos políticos) para terminar por um longo período no hospício, um presídio de segurança máxima.

Tensão no campo

Galdino procede de uma das mais tensas regiões de São Paulo, nas décadas de cincoenta e sessenta, a região de Rubinéia e Santa Fé do Sul, na Alta Araraquarense. Fazendeiros recrutavam arrendatários para, em troca do direito de fazer culturas próprias, sob pagamento de renda, plantarem capim e formarem o pasto no meio das plantações.

«E o capim matou as roças
Antes dos pobres colher
Muitos coitados ficaram
Sem recursos prá comer
Crianças morrem à mingua
Sem remédios pra beber.»,

conforme a narrativa de um dos arrendatários, Olímpio Pereira Machado, escrita em versos durante o período em que estava na prisão.

É que diante da ameaça dos latifundiários, de despejar os trabalhadores antes que pudessem colher suas roças, estes resolveram agir por conta própria. arrancando o capim, já que medidas legais e judiciais não produziam efeitos, pois os contratos com os fazendeiros eram verbais.

«A agitação que fizemos
Foi de tudo denunciar
Essas grandes injustiças
Que os pobres vinha esmagar
Com tamanha crueldade
Que dava horror, presenciar.»,

completa Olímpio no seu «Poema da Terra», de 1961. No intuito de expulsar os lavradores, casas foram incendiadas pelos jagunços, perseguições de toda ordem foram praticadas.

Embora não fosse arrendatário, Galdino estava entre os lavradores que reivindicavam justiça para os arrendatários de Rubinéia. Já nessa altura ele entendia, como tantos outros brasileiros de muitas regiões do país, que a terra não podia ser utilizada para que o homem explorasse o homem, para que o rico subjugasse o pobre. À medida em que a repressão se tornou violenta contra os trabalhadores e à medida em que a sua luta não produzia resultados, diante da obstinação e da intransigência dos que podiam resolver o problema, Galdino foi passando por um processo de transformação representado pela sua conversão à prática religiosa, à meditação, ao jejum.

Galdino reviveu um processo comum no Brasil, em situações semelhantes. Ele se transformou em benzedor e profeta - reconverteu para um código religioso as propostas aprendidas na dura realidade do seu povo. Nessa situação é que foi preso, alguns anos depois, na fase mais aguda da repressão policial e militar.

Protesto social

Há duas questões a considerar. Em primeiro lugar a nossa atitude diante dessas formas toscas de protesto social. Pode-se tomar o caso de Aparecido como eloquente expressão das nossas próprias distorções interpretativas. Quase todas as vezes em que os meios de comunicação, acadêmicos e não acadêmicos se referiram a esse caso, encararam-no como um acontecimento folclórico, uma espécie de aberração.

Não estamos muito longe dos julgamentos racistas de Euclides da Cunha, no final do século passado, diante da tragédia de Canudos. A única transformação havida nos nossos julgamentos, seguramente fruto do cinema épico que abordou o cangaço e o messianismo, é a de que agora somos mais tolerantes, conseguimos ver um certo romantismo quixotesco nos messias e bandidos.

O autor deste artigo é sociólogo e foi quem reabriu o «caso Galdino», no mês de dezembro, ao fazer uma denúncia pública. Na última sexta-feira, ele entrevistou o boiadeiro, sertanejo, benzedor, profeta, e antes de tudo, defensor dos lavradores.



Galdino...



...8 anos depois

Folclorizamos o protesto social, como coisa artística, que pouco ou nada tem a ver conosco. Assim como concedemos ao estético a piedade da autonomia relativa, concedemos aos muitos místicos deste país, aos seus crentes e seguidores a mesma autonomia, abrimos um abismo entre esse mundo e o nosso, entre a superioridade do nosso conhecer estético e científico, e a inferioridade do romantismo popular e do conhecimento de senso comum. Essas pessoas estão longe de nós e fora do nosso mundo. Apenas servem para decorar as paredes de nossa ordem social preconceituosa. E nós nos esquecemos que servem também para lotar os nossos manicômios e prisões, bem no âmago da nossa sociedade.

Uma frase lúcida de Galdino, durante a visita que lhe fiz na semana passada, expressa bem essa situação: «Espero que Deus não me tenha colocado aqui apenas para dar entrevistas».

E um dos entrevistadores, que com ele conversara há alguns anos, depois de enquadrá-lo em todos os estereótipos cinematográficos sobre o homem do campo, cultivadas em áureos tempos por setores festivos, concluí sem maior abalo um relatório acadêmico com esta constatação: «...é certo que nunca mais voltará à liberdade.»

Há aí o grave esquecimento de que o caso de Galdino só se resolverá se o incluirmos no nosso protesto político, se conseguirmos compreender que, apesar das distâncias que nos separam, estamos juntos no mesmo processo social e político, ainda que expressando-o de formas distintas. Galdino só não recobrará a liberdade de viver e de ser se nós nos omitirmos.

A folclorização do protesto social do pobre, como ocorreu várias vezes em relação a Galdino, constitui uma prática de exclusão política tão grave quanto a decisão que o levou ao Manicômio. Porque na verdade, assim agindo, estamos julgando e decidindo segundo os mesmos critérios que nortearam o tribunal que decretou a sua segregação. No meu modo de ver, Galdino foi atingido por duas condenações: a do juiz militar e a nossa.

Condenado na absolvição

A segunda questão a considerar é que Galdino foi julgado e submetido a medida de segurança detentiva, renovável a critério médico, por um tribunal que julga crimes políticos e toma decisões tendo em vista a segurança do Estado. Ele já havia sido absolvido na justiça comum. E a justiça militar encontrou para ele uma classificação e um enquadramento que, absolvendo-o, na verdade condenou-o a um período ilimitado de prisão.

É significativo que nos pareceres médicos que tem sustentado a renovação da medida detentiva, os psiquiatras falem em defesa da sociedade, falem no perigo que Aparecido representaria para a sociedade, decidam por mantê-lo na prisão para «segurança da sociedade». A concepção de sociedade que aí se utiliza não deve ser confundida com a nossa noção de senso comum. Fluindo para a decisão do médico a partir de uma decisão de um tribunal de ordem política, a noção de sociedade é aí aquela que consta definida nos códigos, na acepção burguesa de contrato social. A sociedade a que se referem os médicos é a boa sociedade concebida pela classe dominante e consagrada a partir da Revolução Francesa.

A forma religiosa do protesto social de Galdino e seus seguidores, a sua interpretação da vida e do mundo, contrapõe-se à sociedade, isto é, à forma contratual burguesa da vida social.

Por isso, o procurador militar que requisitou o seu exame de sanidade mental podia dizer, em 1971, que «a Justiça Militar de São Paulo não deseja criar mártires, nenhum novo Padre Cícero. Arigó ou Antonio Conselheiro, que levem a inquietação às populações rurais do interior do Estado».

O que se revela aí, na verdade, é a dissimulação do caráter político de qualquer medida que viesse a ser tomada em relação a Galdino. Se ele sofresse uma condenação com base na Lei de Segurança Nacional e fosse oficial e abertamente definido como preso político, o Estado estaria reconhecendo que ele representava uma contestação ao regime. Aparecido e seus seguidores poderiam ampliar, em decorrência, a sua interpretação dos fatos até a dimensão política propriamente dita. Porque o próprio tribunal estaria lhes mostrando o caráter político das suas práticas religiosas.

A solução do manicômio, no entanto, não faz com que Galdino deixe de ser um preso político, um homem que podia levar a inquietação às populações rurais, como entendeu o promotor, sem ter em conta que toda a história da região de Aparecido é uma história de tensões, conflitos e injustiças praticadas por latifundiários e jagunços.

A dimensão política das atividades de Galdino e seus seguidores já estava abertamente presente nas práticas proféticas, na recusa da prática religiosa e política institucionais, na recusa em separar política e religião, no intento de preservar o todo da ação humana, de não aceitar a alienação que decorre da sua fragmentação na sociedade capitalista. A decretação da medida de segurança detentiva no manicômio judiciário, feita por um tribunal militar, constituiu apenas o reconhecimento final de que o seu confinamento impunha-se por razões de Estado, isto é, por razões políticas.

O preso político Aparecido Galdino Jacinto abre, com seu caso, o caminho para averiguarmos o caráter político de prisões semelhantes

Com base nas ricas experiências de 78.

Popularização, o desafio da anistia em 79.

Por Joviniano S. de C. Neto, presidente da CBA-Bahia

A partir do balanço de 1978 e da análise das perspectivas que se abrem em 1979 torna-se fácil, ao nosso ver, reconhecer e explicitar a estratégia que se impõe aos movimentos de anistia este ano. Esta estratégia comportaria:

• A transformação do movimento pela anistia em movimento de massa a partir das reivindicações pela anistia que surgiram em 1978, dos mais variados segmentos da sociedade civil.

• A implementação de uma estrutura e de uma programação nacional que emerge, a partir das tentativas que surgiram em 1978 - de organizações voltadas prioritariamente para a defesa da anistia e dos direitos humanos.

• A manutenção da bandeira de Anistia **Ampla, Geral e Irrestrita** e a vinculação da luta pela anisita à luta pelos direitos humanos, liberdades democráticas, desmantelamento do aparelho de repressão política, fim do regime de exceção e estabelecimento de um Estado de Direito democrático.

Em síntese trata-se de fortalecer as condições sociais que permitam defender o caráter amplo da anistia e a sua vinculação a outras lutas democráticas num momento em que os governantes, através de porta-vozes mais ou menos autorizados como os senadores Dinarte Mariz e Jarbas Passarinho, começam a admitir pagar o preço da anistia pela obtenção de um mínimo de legitimidade através de uma institucionalização e liberalização controladas, participação popular e a alternância de poder. Para a oposição essa é uma das etapas de um processo de democratização. A outra é a Constituinte Soberana e Livremente Eleita.

Nesta linha, os movimentos de anistia enfrentam esse ano o retorno de exilados e banidos a partir de janeiro; as Reformas Políticas e a nova lei de «Segurança Nacional», os esforços de políticos governistas para encontar uma anistia «salvaguardada» menos dos «terroristas», o retorno de políticos como Brizola e Arraes; a colocação, pela própria direção moderada do MDB da Anistia como preliminar a qualquer possível entendimento com o Governo Figueiredo, a discussão dos projetos de devolução ao Congresso Nacional da competência para legislar sobre Anistia e de modificação da lei de Segurança Nacional tornada ainda menos legítima pela aprovação por decurso de prazo. O prosseguimento da reconstituição da história nacional recente, as denúncias e o julgamento pela opinião pública e até pelos tribunais das violações dos direitos humanos praticados à sombra ou em nome do regime de exceção deverão transformar a Anistia em um dos temas políticos centrais do ano que se inicia e colocar os movimentos de anistia diante da necessidade de aprofundar sua capacidade de iniciativa e resposta política, inclusive, para enfrentar as tentativas de esvaziamento como as anistias parciais e condicionadas.

Um balanço - ainda que sumário e incompleto - de 1978 ajuda a perceber o crescimento e a situação atual do movimento pela anistia.

A difusão da bandeira da Anistia e a sua aceitação por setores cada vez mais amplos da sociedade civil são uma das caracterisitcas de 1978 — ano em que o AI-5 completou 10 anos e teve seu fim (ou «domesticação») decretado. O lançamento, em fevereiro, no Rio, do primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia terá um duplo impacto nacional — deflagra, pelo exemplo, a criação de comitês similares e contribui para a aceleração do processo de revisão histórica do arbítrio do qual o caso PARA-SAR, levantado no lançamento pelo gen. Pery Bevilacqua, era exemplo incômodo. Os números de 1º de março de Veja (matéria de Capa) e «**Isto É**» refletem o impacto do caso e a sua ligação com a necessidade da anistia.

Durante o ano há outros índices da difusão da idéia da Anistia. A reiteração do apoio dos advogados (Declaração de Curitiba da VI Conferência Nacional da OAB — maio), dos jornalistas em manifestações da ABI e na Carta de Maceió do 17º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais (agosto), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Julho), da Comissão Pró-UNE e outras organizações estudantis. Uma explicitação do apoio dos bispos reunidos na CNBB (Apelo de Itaici — abril), a incorporação à luta pela Anistia dos maçons, formalmente comprometidos pela Declaração de Alagoas da III Assembléia Extraordinária da Maçonaria (junho). A tomada de posição do XI Congresso Nacional de Servidores Públicos (agosto), do Conselho Federal dos Arquitetos na Carta de Natal, dos sindicatos mais combativos presentes no Congresso dos Trabalhadores na Indústria (julho). O apoio dos militares favoráveis a candidatura EULER que se consubstanciou no compromisso do general em remeter projeto propondo a anistia como primeira medida após eleito. Durante o ano multiplicaram-se apoios à Anistia provenientes de associações de nível nacional, regional e local. Alguns fatos dos últimos dois meses do ano demonstram a amplitude do apoio obtido pela Anistia. No Congresso Nacional da Anistia (S. Paulo, novembro) além das comissões por tipo de atingidos pelos atos de exceção, cerca de 1.400 inscritos distribuiram-se por comissões que reunem profissionais de saúde, advogados, professores, jornalistas, outros profissionais liberais, estudantes, artistas, religiosos e engajados, em movimentos femininos. Durante a Campanha eleitoral que se encerrou em novembro e em reunião promovida em dezembro pelo Centro Brasil Democrático ficou claro que as duas principais bandeiras políticas da oposição são Anistia e Constituinte tendo, acrescente-se, a primeira até então demonstrado maior poder motivador. As declarações ambíguas do senador Passarinho apoiando a anistia para os que não cometeram «crime contra a pessoa humana» e desabusadas do senador Dinarte Mariz aceitando anistia para todos que pegaram em armas por motivos políticos se, na forma, são coerentes com a personalidade pública dos autores, revelam a consciência da amplitude da reivindicação. Finalmente, o Natal se comemora com a Mensagem de Paz ao povo Brasileiro subscrita pelo Presidente da CNBB, pelo bispo primaz da Igreja Episcopal e pelos dirigentes máximos das Igrejas Metodista, Luterana e Cristão Reformada em que, além da reivindicação dos direitos humanos e do pronto estabelecimento do Estado de Direito, reivindicam uma anistia geral aos atingidos pelos atos de exceção.

A Anistia e os Temas relacionados com as vítimas da repressão política conquistaram também, mais espaço na imprensa e no debate político. Esta conquista está bastante relacionada com a multiplicação dos movimentos pela anistia cuja instalação oficial deu origem a atos públicos e passou a gerar fatos políticos; com o julgamento do regime perante o Tribunal de opinião pública que se acelerou com o próprio processo de liberalização e institucionalização deflagrado pelo governo e que tolera um maior debate político e permite o acontecimento e a cobertura jornalística de fatos como o retorno de exilados e banidos, julgamento e greve de fome de presos políticos etc. Não se pode falar em difusão da bandeira de Anistia em 1978 sem referência ao lançamento do livro «**Liberdade para os Brasileiros — Anistia, ontem e Hoje**», sucesso editorial, objeto de resenhas em periódicos de circulação nacional, além de fundamentar histórica e politicamente a Anistia foi objeto de lançamento em atos públicos com a presença dos autores em cerca de 20 cidades — a maioria das capitais brasileiras inclusive.

Multiplicação dos movimentos especializados, explicitação de linha política, criação de estrutura e programação nacional são os resultados organizacionais de 1978.

Após a criação do primeiro núcleo do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio, surgiram de fevereiro a dezembro, organizações na Bahia (CBA), R.G. do Sul (Comitê Unitário e depois CBA), Goias (CBA), Mato Grosso do Sul (Mov. Mato Grossense pela Anistia e Dir. Humanos), Pará (Comitê de Anistia da Soc. Paraense de Defesa Direitos Humanos), Distrito Federal (CBA), Minas Gerais (CBA), Rio. G. Norte (Comitê Norte Rio Grandense pela Anistia), Pernambuco (CBA), Paraíba (CBA — Camp. Grande), Paraná (CBA — Londrina, Sergipe (MEPA) na capital e interior de S. Paulo (CBA), interior da Bahia (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos de Feira de Santana).

Reunião preparatória em agosto (Brasília), Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia em setembro (Salvador) o Congresso Nacional pela Anistia em novembro (S. Paulo) explicitaram uma linha política nacional do qual são marcos a Carta de Salvador e a Carta de Princípios de S. Paulo, promoveram grande levantamento sobre a situação dos atingidos pelos atos de exceção (demitidos, reformados, aposentados, cassados, presos, torturados, mortos e desaparecidos).

Em termos de estrutura ocorreram avanços significativos ainda que não consolidados:

• a participação no Congresso e a inclusão em Conselho Consultivo nele aprovado de entidades nacionais que apoiam luta pela Anistia (OAB, ABI, CNBB, IAB, com. Pro. NE, SBPC, ANCS, MDB, CJP)

• a constituição de Comissão Executiva Nacional (CBA da Bahia, S. Paulo e Rio, MFPA Nacional e de Minas, Mov. Mato Grossense e Comitê SDDH do Pará), que se vem reunindo periodicamente.



• definição de programa mínimo de atividades a nível nacional cuja implementação se tem procurado fazer e que incluia — ainda em 1978 — Manifestações contra a Lei de Segurança Nacional, comemoração do aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, mobilização nos julgamentos políticos e campanha de solidariedade a Flavio Kutzi e Flavia Schiling.

Os movimentos pela anistia se fortaleceram em cada análise dos motivos e denuncia da violência das punições por motivos políticos. Ao mesmo tempo é na ação destes movimentos que se vai encontrar parte ponderável da iniciativa destas denúncias e da sua repersursão.

Boa parte do trabalho dos movimento de anistia foi a denúncia dos atos de exceção e o apoio às suas vítimas. A divulgação da situação e posição dos exilados brasileiros, objeto, inclusive, de documento em que os comitês de exilados concluem que «somente uma anistia geral e irrestrita para todos os presos, perseguidos, exilados e banidos permitirá a volta de todos...». O apoio a banidos e exilados que retornaram ao País. O levantamento de listas e casos de mortos e desaparecidos, a denúncia da situação carcerária e o apoio à greve de fome (vitoriosa) dos presos políticos brasileiros em solidariedade a presos de Itamaracá, o apoio a jornal que sofreu atentado após publicar lista de torturadores, a assistência pessoal e política no cotidiano das prisões e nos julgamentos dos presos políticos, a reação a prisões por motivos políticos, a divulgação da situação de brasileiros presos no exterior, são parte do «dossier» da violência e da luta pelos direitos humanos dos perseguidos políticos. Luta que obteve, em 1978, duas vitórias históricas nas quais os movimentos pela anistia não tiveram interferência decisiva e que interferem na sua ação posterior: o reconhecimento da responsabilidade da União na morte de VLADEMIR HERZOG e a condenação e início de pagamento pelo Estado do Paraná da indenização (12 milhões) devida ao ex-deputado WALTER PECOITS, torturado em 1964.

Mas, o apoio à luta dos posseiros de Alagamar (Paraíba) ou Várzea do Boi (Ceará), a defesa de manifestações ou greves operárias no Rio e S. Paulo, a promoção de conferências de Helio Bicudo sobre Direitos Humanos, são exemplos de vinculação crescente com a luta pelos direitos humanos em geral.

A comemoração do aniversário da declaração dos direitos humanos na Paraíba (dramatização dos desrespeitos cotidianos aos pobres na cidade e no campo), Bahia (distribuição e debate de mensagens em bairros periféricos) e Pernambuco (canticos, jograis e manifestações em bairro proletário) mostra os movimentos de anistia em promoções conjuntas e apontam para uma linha de atuação cujo símbolo pode ter sido dado pelo MFPA de Minas Gerais quando assume despesas de enterro de menino assassinado em delegacia de B. Horizonte

O fortalecimento da estrutura existente, a multiplicação dos comitês por cidades e setores ocupacionais, a vinculação com a luta pelos direitos humanos especialmente a liberdade de manifestação e organização de todos os setores da população; a execução da programação nacional já esboçada até o Dia Nacional da Anistia em abril, devem ser entendidos, dentro de uma estratégia de popularização da luta pela anistia, através da explicitação do seu sentido social e político e da vinculação com a história e as reivindicações populares.

A luta pela Anistia não visa apenas defender os atingidos pelos atos de exceção, mas evitar que a arbitrariedade se desencadeie sobre os que estão expressando as reivindicações populares. Parte fundamental da estratégia de popularização é, em cada região ou grupo social, mostrar como as punições estão vinculadas à luta que os punidos — com maior ou menor correção — procuraram desenvolver em defesa dos interesses nacionais e populares. Tornar claro — **ANISTIA PARA OS QUE REIVINDICARAM E LIBERDADE PARA REIVINDICAR.**

UDESC - FAED - IDCH

024 | PUGLIESI: "Vamos mudar de vida". Deitos: só perspectiva não basta. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 de jan. de 1979. Pag. 19



Os novos e suas idéias (VII)

É característica fundamental dos regimes de exceção, o desvirtuamento das instituições políticas, com a manutenção de um Poder Legislativo submisso, o controle absoluto do Poder Executivo por um grupo minoritário, que toma decisões à revelia da sociedade nacional, e um Poder Judiciário tolhido em suas garantias e atribuições constitucionais.

Por isso, quando se fala em processo de abertura política no País, após 15 anos de autoritarismo, inevitável se torna questionar o papel do Poder Legislativo. Até onde esse anunciado processo de abertura permitirá que o Legislativo exerça suas funções como Poder autônomo e independente? Até que ponto terá o parlamentar poderes para exercer seu papel de legislador, fiscal das ações do Executivo e verdadeiro representante da Nação?

Essas questões são colocadas nas duas entrevistas publicadas hoje, dentro da série "Os Novos e Suas Idéias". O deputado Waldyr Pugliesi, do MDB, entrevistado pelo repórter Jair Gazzoli, da Sucursal de Londrina, entende que os novos tempos vão exigir que a Assembléia – e o Poder Legislativo como um todo – esteja à altura das grandes responsabilidades que terá de assumir, ainda mais encontrando-se, a partir de março, no Palácio Iguaçu, um homem que não admite "independências".

Seu colega de partido, Darcy Deitos, entrevistado em Curitiba, entende que o papel do parlamentar é muito importante, desde que num regime totalmente aberto, onde o Legislativo exerça suas funções como poder autônomo e independente. A imposição de nomes para a presidência do Senado, da Câmara e da Assembléia, no seu ponto de vista, contraria a proposta de abertura.

Texto de José Laurentino Gomes

Pugliesi: "Vamos mudar de vida"

> *"A anistia deve ser ampla, irrestrita, e não a entendo como esquecimento ou perdão"*

O deputado Waldyr Pugliesi, eleito pelo MDB de Arapongas, afirma que depois de 15 anos de regime militar "não só é possível como profundamente desejável que as Forças Armadas se atenham às suas responsabilidades constitucionais". No seu ponto de vista, "a presença dos militares na política, a partir de 1964, representou um pacto com a tecnoburocracia e o capital monopolista, em oposição às reformas de base e outros benefícios que seriam levados à classe dependente do imperialismo econômico".

Waldyr Pugliesi, cirurgião-dentista, foi fundador e presidente do MDB de Arapongas. Foi vereador pelo PTB e MDB, com dois mandatos, num total de 9 anos, de 1964 a 1972. No ano de 1972 foi eleito prefeito de Arapongas, ocupando o cargo até janeiro de 1977. É delegado do MDB de Arapongas à convenção estadual. Do MDB do Paraná é delegado na convenção nacional. É membro do conselho de assessoria do Diretório Regional do MDB a prefeitos e vereadores do partido. Político identificado ideologicamente com o grupo autêntico do MDB. Em 1968 foi o vereador mais votado do Paraná; em 1972 foi prefeito mais votado na história do município; agora em 1978 elegeu-se deputado estadual, sendo recordista de voto mais uma vez, tendo alcançado perto de 60 por cento dos votos da Comarca. Como prefeito de Arapongas, sua obra mais importante foi a construção do Centro Cultural Érico Veríssimo, com biblioteca que possui 100 mil volumes (prêmio Cândido Portinari) e Teatro Oduvaldo Vianna Filho. O Centro Cultural está situado na Praça Cacilda Becker.

A entrevista que concedeu a O ESTADO é a seguinte:

"VOLTA AOS QUARTÉIS"

O ESTADO — Cresce a opinião de que "é hora dos militares voltarem aos quartéis". Isso seria possível e desejável depois de 15 anos? Como o deputado avalia a presença dos militares na vida política brasileira mais recente?

WALDYR — Não só é possível como profundamente desejável. Que se atenham às suas responsabilidades constitucionais. Acredito, inclusive, que esse é o desejo da grande maioria dos próprios militares, que indubitavelmente se desgastaram perante a Nação, no apoio irrestrito que deram ao regime arbitrário que penalizou milhões de brasileiros.

O golpe desfechado em 1964 desencadeou repressão jamais vista no campo econômico e político, propiciando a mais despudorada concentração de renda, jogando na miséria amplas camadas da população.



Cirurgião-dentista, o deputado estadual Waldyr Pugliesi foi eleito pelo MDB de Arapongas, onde ocupou os cargos de prefeito e de vereador, este por duas vezes.

A presença dos militares na política a partir de 1964 nada mais é do que um pacto entre eles e a tecnoburocracia e o capital monopolista (nacional e estrangeiro), em oposição às reformas de base e outros benefícios que seriam levados à classe dependente do imperialismo econômico. Tudo isso foi possível graças à tutela que se implantou, impedindo que o povo pudesse se organizar e defender seus direitos básicos. A repressão se institucionalizou e as maiores arbitrariedades foram cometidas sem que os culpados fossem punidos.

O ESTADO — Em 1979 deverá ampliar-se o debate em torno da anista. Há setores que a defendem ampla, irrestrita e geral. Em contrapartida, outros a querem parcial, ou seja, somente para crimes políticos, isto é, aqueles que não envolveram violências. Outros ainda querem somente a revisão processual, caso por caso. O sr. como se coloca nessa questão? Que função teria a anistia agora?

WALDYR — Coloco-me de maneira clara. A anistia deve ser ampla, irrestrita e geral. Entendo a anistia como esquecimento, não como perdão, indulto ou graça. Quando brasileiros lutaram contra o Estado de exceção, mesmo que o tivessem feito de armas na mão, estavam combatendo a violência inaudita praticada pela ditadura, regime ilegítimo que tinha intercedido nos

> *"O episódio Márcio Moreira Alves foi uma jogada do pantanal da exceção"*

sindicatos e manietando-os, colocado a polícia dentro das escolas, fechado o Congresso, enfim, arbitrariamente, fechando todas as portas para aqueles que não comungavam nas idéias reacionárias dos que praticaram o golpe de 1964.

A anistia agora é um dos pré-requisitos, digamos a "avant-première" para se chegar ao regime democrático, tendo a função de pacificar o conturbado processo político brasileiro.

O ESTADO — Até que ponto se pode esperar uma Assembléia menos submissa ao Executivo?

WALDYR — Realmente, nos últimos anos, vividos sob o arbítrio e o autoritarismo, o que vimos neste País foi a vassalagem mais desbragada, praticada pelos incondicionais dos poderosos do dia ou de plantão. A função parlamentar, já por si esmaculada pelas restrições que lhe foram impostas, será totalmente desmoralizada se não for independente.

No geral, creio que todos os deputados do MDB fizeram uma proposta de mudanças ao eleitor. A renovação, em termos de MDB, foi grande. Os novos tempos vão exigir que a Assembléia esteja à altura das grandes responsabilidades que terá de assumir. Em termos de Arena, foi menor a renovação e não devemos ter ilusões, ainda mais encontrando-se, a part ir de março, no Palácio Iguaçu, um homem que não admite "independências" e que vem com curso de pós-graduação alcançado na universidade de arbítrio, que foi o governo Geisel ao qual ele serviu.

Fazendo política em termos programáticos e ideológicos, repudiando com virulência o adesismo, o carreirismo e o fisiologismo, tríade cancerosa que emporcalha a atividade política, creio já ter demonstrado, no exercício de mandatos que me foram confiados, que a submissão não faz parte do meu dicionário.

O ESTADO — Os militares têm feito, repetidamente, "alertas" a respeito dos riscos da abertura. Como o sr. vê esses alertas nas áreas do sistema? Há possibilidade de um retrocesso a curto prazo?

WALDYR — Os alertas nada mais são do que a tentativa de os militares continuar a sua tutela sobre a sociedade brasileira. É o resquício do autoritarismo que praticaram até a exacerbação nos últimos 15 anos, mesclado ao medo que os íntimos da ditadura têm da livre discussão, que mostraria os caminhos que o povo brasileiro deseja trilhar.

As condições externas e internas não são favoráveis a golpes e a retrocessos. Os recentes episódios vividos pela Espanha, Nicarágua, Irã e outros são por demais pedagógicos. Creio, firmemente, que o retrocesso não se verificará, se a sociedade civil se organizar, rapidamente, em todos os seus setores, para conter o golpismo que vive em estado latente.

O ESTADO — As áreas mais duras do sistema entendem que as greves e as reivindicações salariais são um fácil caminho para caos e a baderna. Como o deputado vê a questão sindical no Brasil?

WALDYR — Com naturalidade. Depois de 64 os trabalhadores tiveram os seus líderes mais eminentes eliminados. Alguns foram até mortos. Os sindicatos, tutelados, empelegados, se tornaram muitas vezes intérpretes das aspirações dos... patrões. Tanta ignominia algum dia terá de chegar ao fim. Direitos conquistados com tanta luta, alguns há tantos anos, direito à greve, autonomia sindical, etc. foram perdidos. Mas os fatos sociais sendo dinâmicos, e estando as condições objetivas amadurecidas, o resultado não poderia ser outro: luta pela reconquista de seus direitos e avanço na elaboração de novas propostas. Os sindicatos daqui para frente deixarão de ser meros instrumentos nas mãos dos representantes da ditadura. Haverá avanço para mudanças estruturais, hoje arcaicas, inclusive.

A direita afirma que atendendo as reivindicações dos operários, permitindo greves, viria a baderna, o caos. Nada mais errado, no meu entendimento. Problemas seríssimos virão se os trabalhadores permaneceram marginalizados, comprimidos como estão nos dias de hoje pela mão pesada das elites insensíveis.

O ESTADO — Alguns parlamentares arenistas, como Petrônio Portela, Jarbas Passarinho, andam dizendo que o processo de abertura política dependerá do comportamento que tiver a oposição no Congresso e nas assembléias. Como o sr. avalia o papel da classe política nesse período? Ela poderia ser responsabilizada, como foi em 68, no episódio Márcio Moreira Alves, por um eventual retrocesso?

WALDYR — Os alertas de Passarinho e Portela e outros nada mais são do que ecos emanados do sistema elitista e direitista, procurando, falsamente, condicionar a abertura ao comportamento da crise política. Nada mais falso, torno a repetir. Pelo contrário, a classe política tem agido como descompressora das tensões sociais.

As afirmativas dos próceres arenistas são ardilosas e falsas. A abertura política, na realidade, não depende de comportamento mais ou menos agressivo da classe política. Ela será conquistada à medida que se verificar a pressão organizada de amplos setores da sociedade brasileira.

Cabe a classe política interpretar corretamente os anseios desses setores, participando na sua organização e dando fundamentação política a eles, a nível parlamentar. Toda a Nação, dez anos após a ocorrência do episódio Márcio Moreira Alves, sabe que foi jogada no pantanal da exceção, não por causa desse episódio, mas sim pela vontade de poucos que empalmavam o poder, em nome de uma minoria privilegiada, e que não queriam a democracia florescendo entre nós. O pretexto poderá ser tentado novamente, mas creio que dessa vez não vingará.

O ESTADO — Com relação à questão partidária, apesar das resistências à criação de novos partidos, que ao que tudo indica seria uma experiência para neutralizar agora a oposição, o problema continua. Ou seja, os dois partidos que aí estão foram criados por ato institucional, sem qualquer debate nacional, tem sua razão de ser questionada e mais dia menos dia, a reformulação deve chegar. Considerando-se que todos os nossos partidos até hoje, ou quase todos, foram criados de cima para baixo, como seria possível evitar os erros do passado? Como repetir fórmulas artificiais?

WALDYR — Para que tenhamos partidos que não sejam criados de cima para baixo, é necessário viver o regime de plena liberdade. O MDB, embora tenha sido criado por ato institucional, passou por esses anos a congregar amplos setores da oposição brasileira e a sua permanência, para tentar romper o cerco da ditadura, é importante.

Acho que no presente momento, a sua manutenção é fator de unidade e a sua extinção só vem servir à ditadura. É verdade que pregamos a criação de novos partidos, que tenham coloração ideológica, mas no presente isso é impraticável e só serve a propósitos escusos.

A luta do MDB se define por pontos comuns: livre organização sindical, anistia, Constituinte e outros. A partir do momento em que esses anseios se tornarem realidade, daí sim teremos condições de ver em nosso País partidos ideológicos, que tenham suas cartas-programas a explicação do pensamento coletivo de setores afins. Porém, é necessário que na elaboração das idéias programáticas de um futuro partido haja ampla mobilização e participação dos interessados, e as assembléias decidirão, através do voto, os pontos fundamentais desse partido e quais os caminhos que devem ser trilhados a partir daquele momento.

Deitos: só perspectiva não basta

> *"Precisa haver anistia ampla, irrestrita e eleições diretas para todos os cargos"*

O fim da legislação excepcional veio dar novas perspectivas à classe política e à sociedade nacional. Mas isso não basta, é necessário que se tenha realmente um regime aberto e democrático, que deve começar por uma anistia ampla, geral e irrestrita, e por eleições livres e diretas para todos os cargos. Essa é a opinião do deputado estadual Darcy Deitos, eleito pelo MDB, na região de Campo Mourão. O parlamentar entende que a forma pela qual foi composto o ministério do general Figueiredo e a clara interferência na eleição da Mesa do Senado, contrariam o espírito da anunciada abertura política.

Essa foi a segunda vez que Darcy Deitos disputou eleições. A outra foi em 1976 quando, embora conseguindo a maior votação dentro do MDB, não chegou a ser prefeito de Campo Mourão. Ingressou no MDB em agosto de 1974, mas sempre esteve envolvido com a política, desde quando era estudante secundário. É economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná e agricultor em Campo Mourão. Em 15 de novembro conseguiu 14.943 votos.

Sua entrevista a O ESTADO é esta:

TRANSIÇÃO

O ESTADO — Deputado Darcy Deitos, algumas correntes procuram identificar no governo do general Figueiredo um período de transição entre um regime autoritário e um regime democrático. Outras correntes, no entanto, entendem que esse governo nada mais representa que a continuidade sumária, embora com tonalidades diferentes, dos outros governos da Revolução, em especial o governo Geisel. O sr. como vê esse novo governo? Que perspectivas ele traz?

DEITOS — O fim dos atos de exceção, sem dúvida alguma, veio dar novas perspectivas à classe política. Mas é necessário que não se fique apenas nas perspectivas e que tenhamos realmente um regime aberto e democrático. É preciso lembrar que todos os governos anteriores falaram basicamente as mesmas coisas e ao chegarmos ao final do governo Geisel, vemos que praticamente nada mudou, salvo agora com a revogação do AI-5, e dos banimentos. Mas isso é pouco: para que cheguemos realmente ao regime que vá de encontro aos anseios nacionais, precisa haver uma anistia ampla e irrestrita, bem como eleições diretas para todos os cargos.

O ESTADO — E o sr. acredita que este novo governo tenha condições de fazer isso?

DEITOS — Esperanças a gente sempre tem, mas ao vermos a montagem do seu ministério, cremos que será um tanto difícil. Vários ministros voltaram de experiências mal sucedidas, outros são reconhecimento despreparados para os cargos que vão ocupar. Todos eles agraciados com o posto. Donde se deduz que a estrutura que comandará a Nação não trocou de objetivos, e sequer de nomes em alguns casos. Permanecerá, a meu ver, o mesmo Sistema.

CONTRADIÇÃO

O ESTADO — A propósito da composição dos ministérios: o general Figueirédo apareceu prometendo muito para a agricultura, colocando-a como setor prioritário em seu governo, mas ao mesmo tempo coloca no Ministério da Agricultura um nome que, ao que se sabe, pouco entende do ramo. E o mesmo acontece com um Estado chave na produção agrícola, como é o Paraná. Qual sua opinião a respeito?

DEITOS — Essa contradição é muito própria da oligarquia e do sistema político que aí está. Porque os cargos são distribuídos para um grupo que se assenhorou da Nação brasileira. Você não viu nessas nomeações nada de novo praticamente, não é? Na esfera federal permaneceu o Simonsen, o Rischbieter, o Golbery, e voltou o sr. Delfim e o sr. Andreazza, de tristes lembranças por suas obras mirabolantes e faraônicas.

O sr. Delfim Neto, de memória nada boa para toda a Nação, agraciado com o Ministério da Agricultura. Mas quem não se lembra de Delfim Neto como ministro da Fazenda, como mentor do falso milagre brasileiro, com o reajuste dos salários dos trabalhadores em índices irreais, beneficiando tão somente os grupos multinacionais e as grandes empresas? Qual o pecuarista que não se lembra do preço do boi achatado durante três anos. Preços irrisórios. Entendo que um homem para ser ministro da Agricultura precisa realmente conhecer agricultura.



Economista, envolvido com a política desde o tempo de estudante secundário, Darcy Deitos é um dos novos deputados estaduais do MDB, oriundo de Campo Mourão.

Alguém que seja sensível a todos os problemas do setor primário. Precisa conhecer o sacrifício e o trabalho do lavrador, quando lavra a terra, quando planta a semente, quando coloca adubo, quando cuida de sua plantação, quando corre os riscos de sol, chuva e geadas, quando colhe e fica à mercê de preços impostos pelos poderosos grupos multinacionais, que dominam o mercado agrícola brasileiro. Precisa ser um ministro da Agricultura que tenha um espírito essencialmente nacionalista e imponha uma política que vá de encontro aos reais interesses do homem do campo.

No mesmo nível da indicação feita na esfera federal, vejo a escolha do sr. Reinhold Stephanes, para a Secretaria da Agricultura do Estado que é responsável por 25 por cento da produção agrícola brasileira. A exemplo de Delfim Neto ele não deve ter a sensibilidade necessária para executar uma política que vá de encontro aos produtores rurais.

ECONOMIA E ABERTURA

O ESTADO — No dia da divulgação oficial dos nomes do ministério do general Figueiredo, o general Golbery do Couto e Silva, saiu-se com essa frase, quando procurado pelos repórteres: "o ideal para a abertura política é uma situação de *boom* na economia". E argumentou que o general Geisel só não levou mais avante o seu programa de "distensão" porque enfrentou, logo de início a crise do petróleo. Que opinião o sr. tem a esse respeito? Até que ponto a economia pode servir de entrave à abertura política e vice-versa?

DEITOS — Olha, isso tudo é pretexto, mais um pretexto do grupo dominante. Porque democracia nunca esteve condicionada ao bom desempenho da economia de País nenhum. Democracia nada mais é do que o povo no poder, nomeando seus legítimos representantes, com eleições livres e diretas. É assim que se resolve qualquer problema sócio-econômico. E com melhor distribuição de rendas: com justos salários aos trabalhadores, que através de sindicatos livres façam as negociações e reivindicações aos patrões. Essa é a democracia que a Nação quer, não a meia-sola que temos aí.

O ESTADO — Nos últimos dias vem ganhando corpo a proposta de criação de um partido dos trabalhadores. O próprio líder dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, o Lula, vem fazendo restrições ao MDB, como partido político de oposição, e apelando para a necessidade dos trabalhadores se organizarem numa legenda própria. Como é que o MDB nessas circunstâncias? Que partido de oposição é esse que não consegue catalizar os trabalhadores? O MDB não estaria sofrendo um acentuado desgaste como partido?

> *"Democracia nunca esteve condicionada ao bom desempenho da economia de País nenhum"*

> *"Quem não se lembra de Delfim Neto como mentor do falso milagre brasileiro?"*

DEITOS — Não creio em desgastes para o MDB porque o Lula não faz parte ainda dos quadros do nosso partido. Acho válida a sua idéia, mas no momento em que atravessamos o melhor caminho e a melhor forma é fazer com que os trabalhadores e seus representantes se filiem ao MDB, porque o MDB nada mais é do que a federação das oposições brasileira e nós veremos com muita satisfação todos os trabalhadores compondo nosso quadro. A partir daí será o grande partido do povo brasileiro.

O ESTADO — Mas o MDB pode ser considerado um partido político, na plena acepção do termo? Afinal ele foi criado por força de um Ato Institucional, sem qualquer participação popular. Além disso parece que o MDB nada mais é que uma alternativa consentida para a manifestação de segmentos da oposição nacional. Como o sr. vê o MDB no processo político?

DEITOS — Creio perfeitamente que o MDB é um partido político mesmo, porque tem um programa que nada mais é do que aquilo que o povo espera ver restabelecido no País: o verdadeiro regime democrático. É só ver o seu programa e ver que nele estão inseridos os objetivos de toda a Nação.

MILITARES

O ESTADO — Como o sr. interpreta o papel dos militares no processo político brasileiro?

DEITOS — As Forças Armadas do Brasil sempre cumpriram com o seu papel institucional. Eu disse, veja bem, Forças Armadas, não disse grupos dentro das Forças Armadas. Acredito que, sendo restabelecido, nesta Nação, o verdadeiro regime democrático, com o fim de todos os atos de exceção, com anistia e eleições diretas, as Forças Armadas cumprirão com seu papel de segurança das instituições, deixando a política para os políticos.

O ESTADO — O parlamentar teve seu papel e sua função no processo políticos distorcidos nos últimos anos: tornou-se uma figura castrada, acuada e, muitas vezes, submissa aos donos do poder. Agora, quando se fala em abertura, que papel é reservado ao parlamentar, no seu ponto de vista? E ao Poder Legislativo? Até que ponto terá condições de assegurar sua independência e sua autonomia?

DEITOS — O papel do parlamentar é muito importante desde que seja num regime totalmente aberto, onde o legislativo exerça suas funções, como poder autônomo e independente. Creio que se tivermos a esperada democracia neste País, aos deputados e senadores está reservada a grande missão de conduzir, através do Poder Legislativo, o País a tornar-se uma grande potência no Terceiro Mundo, mas uma potência democrática, cuja riqueza seja toda a Nação e não de uns poucos grupos. Agora, a primeira vista o Poder Legislativo voltará ser um Poder Independente. Mas ao vermos o futuro governo impondo nomes para as novas Mesas, tanto no Senado, como na Câmara e na Assembléia — aqui será o primo do governador — ficamos apreensivos, perguntado-se não continuaremos só nas expectativas de abertura.

PROJETOS

O ESTADO — Uma última pergunta: Quais são as propostas e seus projetos como deputado recém-eleito?

DEITOS — Serei, antes de tudo, um parlamentar fiel ao povo da minha região do Paraná, dentro do programa do MDB que é lutar pelas liberdades e pela democracia. Pretendo lutar por mais escolas gratuitas, por mais estradas, atendimento médico devido e decente às classes menos favorecidas, e criação de um novo hospital regional para Campo Mourão. Quanto às estradas, eu pretendo lutar especialmente pelas ligações, por asfalto, entre Campo Mourão e Guarapuava; Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste; Campo Mourão, Roncador e Nova Cantu: uma forma de melhorar o escoamento da produção agrícola de inúmeros municípios.

UDESC - FAED - IDCH

025	GRUPO DE TORTURA NUNCA MAIS – SÃO PAULO. **Nunca mais: mortos e desparecidos.** 1989

Nunca Mais!

MORTOS E DESAPARECIDOS


Tùlio Roberto Quintiliano


Joel Vasconcelos Santos


Aurora Maria N. Furtado


Bergson Gurjão


Getúlio de Oliveira Cabral


Elmo Corrêa


Dinalva Oliveira Teixeira

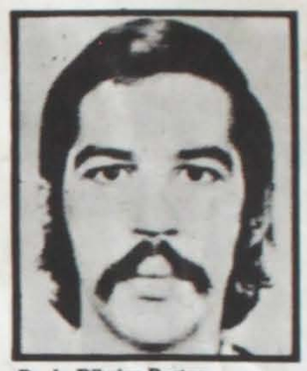

Flávio de Carvalho Molina


Uirassú de Assis Batista


Vandick Reidner P. Coqueiro


Rubens Beirodt Paiva


Humberto Câmara Neto


Paulo Ribeiro Bastos


Rosalindo Souza


Marcos Antonio Dias Batista


Mauricio Grabois


André Grabois


Gilberto Olimpio Maria


Carlos Lamarca


Carlos Alberto de Freitas


Luiz Ignácio Maranhão Filho


Edgar Aquino Duarte


Maria Lucia Petit da Silva


Fernando Santa Cruz


Orlando Bonfim Júnior


Joaquim Câmara Ferreira


Maria Célia Corrêa


Adriano Fonseca Filho


Antonio Guilherme R. Ribas


Antonio Carlos M. Teixeira


José Milton Barbosa


Osvaldo Orlando Costa


José Carlos Mata Machado


Luiz Eduardo Rocha Merlino


Eduardo Collier Filho


Sonia Maria Lopes Moraes


Nelson Lima Piauhy Dourado


José Lima Piauhy Dourado


Juarez Guimarães de Brito


Luiza Augusta Garlipe

Devanir José de Carvalho

José Humberto Bronca

1989 - Grupo Tortura Nunca Mais - São Paulo

UDESC - FAED - IDCH